

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

A revitalização do Mercado Central de Pelotas e sua ressignificação social

Ana Estela Vaz Xavier

Pelotas, 2017

Ana Estela Vaz Xavier

A revitalização do Mercado Central de Pelotas e sua resignificação social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Cidade, Estado e Esfera Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Rosa Ribeiro

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

X3r Xavier, Ana Estela Vaz

A revitalização do mercado público de Pelotas e sua
ressignificação social / Ana Estela Vaz Xavier ; Maria Thereza
Rosa Ribeiro, orientadora. — Pelotas, 2017.

224 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,
Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Revitalização. 2. Espaço público. 3. Resignificação
social. 4. Gentrificação. 5. Mercado central de Pelotas. I.
Ribeiro, Maria Thereza Rosa, orient. II. Título.

CDD : 301

Ana Estela Vaz Xavier

A revitalização do mercado central de Pelotas e sua ressignificação social

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 09 de maio de 2017.

Banca examinadora:



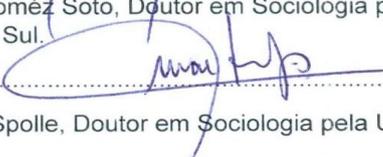
Profa. Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro (Orientadora), Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.



Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Dedico este trabalho aos meu filhos,
Cainan e Marina.**

Agradecimentos

Agradeço a minha vida e às pessoas que fazem parte dela.

Agradeço aos meus dois filhos, Cainan e Marina, que pelo simples fato de existirem, contribuem efetivamente para que eu seja uma pessoa cada dia melhor.

Agradeço a todas as oportunidades que surgiram no decorrer da minha jornada em busca de conhecimento.

Agradeço aqueles que participaram e que colaboraram voluntariamente para a presente pesquisa sociológica, concedendo-me as entrevistas e fornecendo-me informações relevantes para este estudo que resultará no título de Mestre.

Agradeço a todos os professores que desempenham o trabalho árduo de ensinar e não desanimam frente aos desafios que esta tarefa impõe.

Agradeço aos colegas, parceiros de estudos e descobertas na sociologia, por me incentivarem a abrir novos rumos de pensamento a partir de nossas trocas e conversas durante estes dois anos do curso de mestrado realizado.

Em especial, agradeço a minha orientadora, professora Maria Thereza, que me recebeu com firmeza, com conhecimento e com a solicitude esperada, jamais abandonando o profissionalismo e a seriedade que a ciência requer.

*"Logo que, numa inovação, nos mostram alguma coisa de antigo, ficamos sossegados".
Friedrich Nietzsche*

Resumo

XAVIER, Ana Estela Vaz. **A revitalização do Mercado Central de Pelotas e sua ressignificação social**. 224f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

A presente dissertação pretende investigar as consequências da revitalização do Mercado Central de Pelotas (MCP), verificando seu impacto para os antigos e novos ocupantes que vivenciaram a mudança deste espaço público. Busca-se analisar a ressignificação social que ocorreu após a revitalização do Mercado para os permissionários e frequentadores, levando-se em consideração os aspectos econômicos, sociais e culturais envolvidos. Ocorreram mudanças na estruturação das lojas internas do MCP e na parte externa com a criação do Largo Edmar Fetter, que repercutiram no comércio e nos frequentadores do local. Hoje, o Mercado Central é bastante procurado como um ponto turístico, cultural e de entretenimento, diferentemente do que ocorria antes da revitalização. A metodologia qualitativa conta com aplicação de entrevistas aos antigos e novos permissionários do MCP e ao Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo da cidade. Utiliza-se da aplicação de questionários aos atuais frequentadores do Mercado, bem como da análise de documentos e da técnica da fotografia que mostram as condições objetivas pelas quais se registra a revitalização do Mercado Central. Como embasamento teórico foram utilizados os conceitos de Revitalização da Carta de Lisboa (1995), Peixoto (2009) e Costa (2014), de espaço público dos autores Ângelo Serpa e Cerqueira (2013) e de gentrificação dos autores David Harvey, Sharon Zukin e Neil Smith.

Palavras-chave: Revitalização. Espaço Público. Ressignificação Social. Gentrificação. Mercado Central de Pelotas.

Abstract

XAVIER, Ana Estela Vaz. **Revitalization of the Central Market of Pelotas and its social resignification.** 224f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

The present dissertation aims to investigate the consequences of the revitalization of the Central Market of Pelotas (MCP), verifying its impact on old and new occupants who have experienced the change of this public space. It seeks to analyze the social resignification that occurred after the revitalization of the Market to the permission holders and goers, taking into consideration the economic, social and cultural aspects involved. There were changes in the structure of the indoor market shops and in the outdoor part with the creation of the “Edmar Fetter” square that reverberated in the commerce and in the goers of the place. Today, the Central Market is visited as a tourist, cultural and entertainment point, differently from what occurred before the revitalization. A qualitative methodology brings the application of the interviews with former and new permission holders of the MCP and with the secretary of the Economic Development and Tourism of the city. The application of the interviews is used with the current market goers, as well as the analysis of the documents and of the photography technique that show the objective conditions by which the revitalization of the Central Market is registered. As the theoretical basis, the concepts of revitalization of the Lisbon Letter (1995), Peixoto (2009) and Costa (2014), the concepts of public space of Ângelo Serpa and Cerqueira (2013) and the concepts of gentrification of David Harvey, Sharon Zukin and Neil Smith were used.

Key-words: Revitalization; Public space; Social resignification; Gentrification, Pelotas Central Market.

Lista de Quadros

Quadro 1	Rol de entrevistados - Sujeitos sociais da pesquisa.....	74
Quadro 2	Categorias de análise.....	86
Quadro 3	Quadro que representa o Capital social dos frequentadores do MPC de Pelotas.....	114
Quadro 4	Opinião dos frequentadores sobre a revitalização do MCP.....	119

Lista de Figuras

Figura 1	Prédio do Mercado Central de Pelotas de 1911.....	23
Figura 2	Fachada com nome do Mercado Público de Pelotas. Data: 02/08/2012.....	28
Figura 3	Vista panorâmica do MCP de Pelotas e seu entorno. Data: 21/02/2012.....	32
Figura 4	Corredor central do Mercado Central de Pelotas revitalizado. Data: Dezembro de 2016.....	34
Figura 5	Corredor do MCP. Data: Nov. 2016.....	34
Figura 6	Beco da Travessa Ismael Soares- Bancas dos permissionários do MCP.....	36
Figura 7	Shopping Praça XV. Prédio que abrigou os antigos permissionários do MCP.....	36
Figura 8	Feira de alimentos orgânicos. Data: Novembro de 2016.....	67
Figura 9	Movimento nos bares externos. Data: 03/02/2015.....	68
Figura 10	Roda de Choro no Mercado. Data: Agosto de 2016.....	69
Figura 11	Samba no Mercado. Data: Maio de 2016.....	69
Figura 12	Feiras livres e exposição de artesanatos e antiguidades. Data: abril de 2017.....	71

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
AC	Acre
ALOMPEL	Associação dos locatários do Mercado de Pelotas
CCEB	Critério de Classificação Econômica Brasil
CE	Ceará
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
FAU	Fundação de Apoio Universitário
FLORIPA	Florianópolis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MC	Mercado Central
MCP	Mercado Central de Pelotas
MP	Ministério Público
MPC	Mercado Público Central
MPM	Mercado Público Municipal
MPP	Mercado Público de Pelotas
NY	Nova York
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
POA	Porto Alegre
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I - Contextualizando o objeto de estudo.....	20
1.1 Breve histórico do Mercado Central de Pelotas.....	20
1.2 Apresentação de levantamento sobre o tema e seu objeto.....	24
1.3 Sobre a revitalização do prédio do Mercado Central.....	27
Capítulo II - Considerações sobre as teorias e os conceitos que embasam a pesquisa.....	39
2.1 A ressignificação social no espaço urbano do MCP e sua centralidade na cidade.....	39
2.2 O espaço público do Mercado Central enquanto espaço social voltado para a sociabilidade e para a prática da interação social.....	45
2.3 Estudando a possibilidade de gentrificação do espaço público do Mercado Central.....	50
2.4 As terminologias: revitalização e requalificação.....	55
Capítulo III - Metodologia e campo de pesquisa.....	59
3.1 Considerações sobre a metodologia.....	65
3.2 A pesquisa de campo no Mercado Central de Pelotas.....	66
3.3 O recorte do objeto e a dinâmica do espaço pesquisado.....	70
Capítulo IV - Descrição dos resultados.....	73
4.1 Apresentando os sujeitos entrevistados na pesquisa.....	73
4.1.1 Os antigos permissionários que não retornaram ao Mercado Central após a revitalização.....	74
4.1.2 Os antigos permissionários do MCP que retornaram ao Mercado após a revitalização.....	75
4.1.3 Os novos permissionários do Mercado Central.....	77
4.1.4 Entrevista com o Secretário de desenvolvimento econômico e turismo.....	78

4.2 Poder de participação dos permissionários nas decisões do MPC....	79
4.3 Das categorias de análise.....	85
4.3.1 Indícios de gentrificação e a ressignificação social no Mercado Público Central de Pelotas e seus elementos.....	87
4.3.1.1 Preço e área das bancas, lojas e quartos do MCP antes e depois da revitalização.....	87
4.3.1.2 Enobrecimento do espaço público do Mercado Central.....	96
4.3.1.3 Higienização do espaço do Mercado Central de Pelotas.....	104
4.3.2 Centralidade e a necessidade da revitalização no Mercado Central de Pelotas.....	112
4.4 Dos questionários aplicados aos frequentadores do MCP.....	113
4.5 Dos Documentos analisados.....	120
Considerações Finais.....	127
Referências.....	136
Apêndices.....	143
Anexos.....	160

Introdução

Nesta dissertação, busca-se compreender em que consistiu e resultou o processo de requalificação do prédio do Mercado Central e a criação do Largo Edmar Fetter na cidade de Pelotas. O interesse pelo tema surgiu na ocasião da reabertura do prédio do Mercado Central, que chamou a atenção por ser o prédio que mais se salientou dentre os demais locais históricos que fizeram parte do Programa Monumenta. Além da curiosidade empírica que despertou a busca por desvelar a teia de circunstâncias que inferiram nas mudanças do MCP, a pesquisadora foi movida a construir o objeto de estudo com o aporte de autores que trataram de temas e casos muito semelhantes em suas obras, proporcionada pela disciplina Sociologia das Cidades, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Rosa Ribeiro, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2014. Sendo assim, ao ingressar como aluna regular na turma de 2015, em uma conversa com a referida professora e orientadora dessa pesquisa, foi possível expor as inquietudes em relação ao Mercado Central, que fazem parte deste trabalho de pesquisa, e se espera ter alcançado o êxito em descortinar parte das obscuridades que perseguiram os pensamentos da mestrandia.

A pesquisa sociológica tem como foco de investigação o Mercado Central de Pelotas, localizado no centro da cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

O Mercado Central, tombado no ano de 1985, fez parte do rol dos prédios que passariam pelo restauro, a partir da requalificação da área central de Pelotas, que contou com recursos do Programa Monumenta, dos Ministérios da Cultura e do Planejamento e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desenvolvido com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e em parceria com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência

e Cultura (UNESCO). O Mercado Central passou a contar também com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) que foi criado pelo governo Federal no ano de 2007¹.

O Programa Monumenta tem como objetivo juntar a recuperação e a preservação do patrimônio histórico com o desenvolvimento social e econômico, com o intuito de garantir a sustentabilidade dos bens tombados, gerando recursos para que estes se mantenham conservados e com equilíbrio financeiro advindo das atividades desenvolvidas nestes locais.

Este estudo pretende observar quais os fenômenos sociais e culturais estão envolvidos no processo de revitalização do Mercado Central de Pelotas, acompanhado do Largo Edmar Fetter, que foi construído no mesmo período das obras de reforma do Mercado e é parte integrante do projeto de requalificação. Estes dois espaços públicos municipais despertaram maior interesse de estudo por se observar traços importantes de ressignificação social. Cabe, desde logo, esclarecer que embora o Largo Edmar Fetter não seja especificamente o objeto deste estudo, ele fará parte da abordagem de pesquisa, visto que passou a integrar o Mercado Central desde sua construção. Além do mais, as atividades que frequentemente acontecem no Largo intercambiam com os acontecimentos e a rotina do Mercado.

A Revitalização do espaço público degradado, pode acarretar tanto benefícios quanto prejuízos na vida da população, dado que muitas vezes é capaz de modificar as atividades econômicas originárias no espaço edificado, gerando uma nova dinâmica de uso e de ocupação do espaço. Por isso, o foco da pesquisa é investigar a ressignificação social do uso do Mercado Central de Pelotas após a sua revitalização.

Deve-se ressaltar que a intervenção urbana decorre, na maioria das vezes, de decisões políticas, do poder público e setores do capital, favorecendo a especulação imobiliária e do capital financeiro e comercial. De acordo com Peixoto (2009), a recuperação física e ambiental ocorre especialmente nos centros históricos das cidades, pelo fato de que este tecido urbano é formado por habitações antigas, além de que a recuperação contribui para o equilíbrio social, com atividades culturais e turísticas e, portanto, a valorização e a conservação de um patrimônio localizado no

¹ Sobre o PAC, consultar: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>

centro são tarefas coletivas.

O Mercado Central, entendido como o espaço público, constituinte do espaço urbano, é onde os indivíduos se encontram no dia a dia movidos por alguns interesses comuns e outros diferentes. Conseqüentemente, esse espaço público possui uma centralidade que atrai pessoas, objetos e signos, estabelecendo entre esses elementos relações de troca, seja econômica, seja simbólica, as quais sustentam processos de interação social, conforme concebe Lefebvre (2008).

Para Deslauriers e Kérisit (2010), o objeto de pesquisa, principalmente na pesquisa qualitativa, é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada. Conforme mencionam os autores, a tradição da pesquisa qualitativa frequentemente insistiu no caráter pessoal dos trabalhos e o envolvimento do pesquisador com seu objeto é que constrói o ponto de partida.

Neste sentido, salienta-se que o objeto eleito para esta pesquisa teve como motivação a curiosidade acerca dos fenômenos sociais que ocorreram e se desenvolveram no Mercado Central de Pelotas em decorrência das mudanças resultantes da revitalização, no âmbito de sua ressignificação social.

Atenta-se para o fato de que atualmente no Mercado Central de Pelotas não se presencia o mesmo cenário anterior à reforma, nem mesmo nas atividades se encontram aquelas características na forma de comércio dos produtos oferecidos, bem como é notória a mudança relativa aos ocupantes frequentadores que procuram o Mercado não apenas para fazer compras, mas também para entretenimento e lazer, fazendo deste espaço público um meio de sociabilidade (SIMMEL, 2006).

O problema de pesquisa está em compreender e identificar os motivos que levaram a ressignificação social do uso do espaço público do Mercado Central de Pelotas, depois de revitalizado, configurado pelas novas atividades comerciais e culturais do mesmo.

Sendo assim, a pesquisa busca compreender a ressignificação construída pelos antigos e atuais comerciantes e pelos frequentadores do Mercado Central pós-reatualização. Para isso, se identificam os agentes promotores e responsáveis pela execução do projeto de revitalização do MCP, a fim de atentar aos objetivos da proposta de reforma e sua repercussão por meio de documentos da prefeitura de

Pelotas que versam sobre as regras de utilização deste espaço público. Foram analisados alguns dos memoriais, legislação, editais de licitação e concorrência para atividades de comércio no MCP. Sobretudo, se averigua até que ponto os antigos ocupantes tinham conhecimento do projeto de revitalização e em que condições eles participaram ou atuaram na tomada de decisões relativas à reforma.

Ao estudar as mudanças estruturais do Mercado Central, é possível compreender no que resultou, após a reforma, identificando se ocorreram mudanças no modelo original do Mercado no que referem ao uso e a destinação deste espaço público. Levam-se em conta as condições do MCP, antes e após a reforma, abarcadas nas falas dos entrevistados sobre a revitalização e seus efeitos nas atividades comerciais típicas de mercados públicos. A hipótese principal é de que a revitalização do Mercado Central de Pelotas ensejou práticas comerciais e culturais distintas das que se preservaram, por exemplo, nos Mercados Públicos de algumas capitais, como Porto Alegre, do estado do Rio Grande do Sul (RS), Fortaleza, do Ceará, e Florianópolis, de Santa Catarina, e também da cidade do Rio Grande, do estado do Rio Grande do Sul.

A partir da reabertura do MC de Pelotas em 2012, que esteve fechado desde o final de 2008 (embora parcialmente), novos fenômenos sociais em decorrência da revitalização, tais como higienização e gentrificação, passaram a chamar a atenção ao olhar sociológico e, paradoxalmente, pode-se considerar que alguns destes fenômenos passam despercebidos, embora se façam presentes.

O objetivo geral da pesquisa é investigar as consequências da revitalização do Mercado Central da cidade de Pelotas, que levou a uma mudança no que tange ao uso do espaço público pelos ocupantes, resultando na sua ressignificação social.

Para que fosse possível atingir o objetivo geral da pesquisa, elencou-se os seguintes objetivos específicos:

a) verificar o impacto da revitalização no uso do espaço do Mercado Central para os antigos e novos ocupantes;

b) Compreender a ressignificação social que ocorreu após a revitalização do Mercado Central para os comerciantes e frequentadores atuais deste espaço social;

As hipóteses levantadas nesta pesquisa são as seguintes:

1. A revitalização do Mercado Central resultou na ressignificação do uso deste espaço público pelos antigos e atuais permissionários, pelos expositores culturais, pelos artistas e pelos frequentadores.

1.1. Há idiosincrasia entre os permissionários atualmente estabelecidos no Mercado Central e os antigos permissionários que dali migraram para outros prédios, locais comerciais, no tocante à ressignificação do Mercado.

2. A revitalização do Mercado Central de Pelotas contribuiu para a requalificação da centralidade de atividades comerciais e culturais no espaço público.

3. A revitalização repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores e na evasão de um público com menor poder aquisitivo, conseqüentemente com menor capital social – situação que pode configurar o fenômeno gentrificação.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa e para a coleta de dados foram aplicadas as técnicas das entrevistas semiestruturadas com sete entrevistados envolvidos no processo de revitalização do Mercado Central de Pelotas: dois antigos permissionários que não permaneceram no Mercado, dois que permaneceram, dois novos permissionários e o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turístico do Município de Pelotas.

Os questionários foram aplicados a vinte frequentadores do MCP e foram analisados quatro documentos considerados relevantes para a discussão deste estudo: dois Decretos (Anexos A e B), dois Editais de concorrência (Anexos C e D), além da planta baixa do MCP (Anexo E), que serviu de suporte para a descrição do objeto de estudo.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos.

O Capítulo I apresenta o objeto de estudo desta pesquisa. No primeiro tópico, procura-se fazer um relato histórico sobre o MCP desde a compra do lote para a construção do prédio até seu tombamento e a inclusão da cidade de Pelotas no Programa Monumenta, que ensejou a sua requalificação. No segundo, consta o levantamento de estudos sobre o tema e seu objeto e em seguida, no terceiro tópico, fala-se sobre a revitalização do prédio do Mercado Central e da criação do Largo Edmar Fetter, salientando-se os agentes promotores da intervenção.

O Capítulo II trata das teorias e dos conceitos eleitos pela pesquisadora que darão suporte teórico a este estudo. Neste capítulo foram cuidadosamente apresentadas as palavras-chave deste estudo, abordadas através do referencial teórico. No primeiro tópico, perpassa-se pelos conceitos e teorias que procuram explicar os termos resignificação social, espaço urbano e a centralidade na cidade, com suporte em autores como Heitor Frúgoli, Henri Lefebvre, Ana F.A. Carlos, Sidney Vieira e Flávio Villaça. No segundo, procura-se explicar o espaço público, a sociabilidade e a interação social, a partir dos autores Ângelo Serpa e Georg Simmel. Por sua vez, o terceiro tópico trata do termo gentrificação, com suporte teórico mais amplo, a partir de estudos de David Harvey, Sharon Zukin, Neil Smith dentre outros autores. No quarto, procura-se analisar as terminologias revitalização e requalificação à luz da Carta de Lisboa de 1995 e de outros autores como Peixoto (2009), Vargas e Castilho (2009) e Casares (1997).

No Capítulo III apresenta-se detalhadamente o procedimento metodológico e o campo de pesquisa atinente ao recorte do objeto de estudo sobre a resignificação do MC de Pelotas. Igualmente, está dividido em tópicos, que tratam da metodologia e do campo de pesquisa. Primeiramente, são tecidas algumas considerações sobre a metodologia aplicada na pesquisa. Em seguida, discorre-se sobre a pesquisa de campo no Mercado Central com suas peculiaridades e, por fim, trata-se do recorte do objeto e da dinâmica do espaço pesquisado.

O Capítulo IV dá conta de descrever e interpretar os resultados da pesquisa, obtidos através dos seguintes instrumentos utilizados: entrevistas, questionários e documentos. Neste capítulo é feita uma pequena apresentação dos entrevistados da pesquisa, que foram devidamente identificados nas entrevistas. Um tópico foi dedicado à discussão sobre o poder deliberativo dos permissionários do MCP em reuniões que versavam sobre questões do processo de requalificação do prédio de Mercado. Em outro, as categorias analíticas gentrificação, revitalização e centralidade e resignificação social, cujo arcabouço conceitual-teórico foi desenvolvido no Capítulo II, são interpretadas à luz da significação das falas dos entrevistados. Sendo assim, este último capítulo proporcionou um diálogo entre a empiria e a teoria constituinte desta dissertação.

Por fim, apresentam-se as Considerações Finais, onde restam explicitadas as conclusões elaboradas a partir dos dados obtidos com o processo investigativo

aliados às teorias e aos conceitos que corroboraram para a construção deste estudo. Procurou-se dar cabo às hipóteses levantadas inicialmente, justificando os resultados encontrados na pesquisa, que comprovaram ou refutaram tais hipóteses.

Capítulo I - Contextualizando o objeto de estudo

O presente capítulo tem por objetivo proporcionar uma visão geral do tema e do objeto de pesquisa a partir de três tópicos considerados relevantes a este estudo, que são: o apanhado histórico sobre o Mercado, o levantamento de produções científicas sobre o assunto e sobre como se deu o processo de requalificação do prédio do Mercado e da criação do Largo.

1.1 Breve histórico do Mercado Central de Pelotas

Para a compreensão do tema proposto, inicialmente será feito um apanhado histórico sobre o Mercado Central de Pelotas, objeto da presente pesquisa sociológica.

Conforme informações obtidas nas obras consultadas, a história do Mercado Central de Pelotas tem início um ano após o fim da Revolução Farroupilha, em 1845. De acordo com o que relata Santos (2014), em sua obra sobre o Mercado, nessa época a cidade de Pelotas buscava retomar sua economia através do charque, ancorado na mão de obra escrava. Foi neste período, cercado de contradições, por volta de 1846, que, com a aglomeração desordenada do comércio de todo tipo de produtos vendidos ao ar livre ou em quitandas improvisadas, pelas ruas alagadiças da cidade, surgiu a necessidade de um local específico para o comércio em geral, em prédio coberto, tais como os “modernos” atacados do Brasil Império.

Desse modo, o arquiteto Bruno (2010), em sua dissertação de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural intitulada Mercado Central de Pelotas: a permanência no lugar do consumo, em seu capítulo 1, procura identificar a origem do Mercado Central de Pelotas. Segundo ele, o historiador Sergio da Costa Franco (2000) diz que foi em 11 de abril de 1846 que a Presidência da Província de Rio

Grande de São Pedro, que estava nas mãos de Patrocínio José Corrêa da Câmara, autorizou a construção da Praça do Mercado da Cidade de Pelotas, por meio da Lei nº 11 de abril de 1846 do seu mandato.

A Câmara Municipal, na sessão de 04 de junho 1846, liberou verba destinada para a compra de um lote, que media 81,4m X 101,2m, onde se construiria a Praça do Mercado de Pelotas. Ao contrário de muitos outros mercados, o Mercado de Pelotas viria a ser construído em área central e não em zonas portuárias como de costume (SANTOS, 2014).

Com o breve apanhado histórico sobre o Mercado Central, pode-se verificar o propósito a que este sempre se prestou, ou seja, ao comércio de todo tipo de produtos advindos de produções rurais, caseiras, artesanais, pesqueira, etc.

O diferencial do Mercado Central de Pelotas está na sua localização central. Na época, haviam duas possibilidades de compra de terrenos destinados à construção do Mercado Central, mas a escolha foi aquela onde hoje está situado o Mercado, próximo a antiga Praça da Regeneração, hoje chamada de Praça Coronel Pedro Osório.

A partir de informação obtida na obra do jornalista Santos (2014), o Mercado teve seu primeiro projeto arquitetônico apresentado à Comissão responsável pela Praça do Mercado, por Rafael Mendes de Carvalho, artista da cidade de Laguna do Estado de Santa Catarina, cuja planta foi adotada pela Câmara, que em seguida tratou de estudar propostas orçamentárias para que a obra fosse realizada a partir de janeiro de 1847. No entanto, os recursos levantados foram insuficientes e, mesmo com a ajuda de acionistas, depois de um semestre foi publicado novo edital para outros possíveis interessados no investimento, o que não surtiu resultados.

Segundo Santos (2014), perduraram as indefinições em relação à obra do Mercado até janeiro de 1849, época em que solicitaram a ocupação da área destinada ao Mercado pelas quitandeiras, permitindo a montagem de barracas no local ainda descampado, mediante pagamento, com a intenção de ocupar a Praça do Mercado mesmo antes do começo das obras. Em seguida, foi aprovada emenda à proposta do vereador Nascimento Filho, que ofertava novas ações a preço mais elevado, visando angariar verbas para erguer pelo menos uma das faces do prédio. Desta forma, as quitandeiras, por decisão da Câmara, ficaram de fora, com a

retomada do projeto e pedido de novos empréstimos junto à Província.

Santos (2014) menciona que, inicialmente, surgiu a necessidade da construção de uma cisterna e com isso foi apresentada e aprovada nova planta para a construção do prédio, pelo arquiteto Roberto Offer, além da abertura de concorrência em busca de menor orçamento para execução da obra, cujo construtor vencedor foi José Vieira Pimenta. Outro fator importante é que o reservatório de água do Mercado ajudava no abastecimento da população, quando ainda não havia água encanada, conforme menciona Santos (2014).

De acordo com Santos (2014) e Gutierrez (2012), o Mercado Central foi construído em etapas face ao alto custo da obra, decisão tomada pelos vereadores da época. Muitos dos acionistas do Mercado pagaram suas ações com material de construção e por partes foi sendo construído o prédio do Mercado, cujo projeto original de Rafael Mendes de carvalho não foi inteiramente respeitado.

Conta Santos (2014), em sua obra sobre a história do Mercado, que em meados de 1851, através de edital no Jornal a Câmara, dão por concluída as duas primeiras partes do Mercado, mas como não conseguem lotar a totalidade dos quartos disponíveis, os vereadores começam a estudar a possibilidade de baixar os preços dos mesmos, além do fato de que as quitadeiras transitavam pelas ruas antes da abertura do Mercado, levando à queixa da diminuição das vendas.

A arquiteta, professora da Universidade Federal de Pelotas, Ester Gutierrez, em seus estudos relata que em 1853 o Mercado se transformava em uma das principais fontes de renda da cidade de Pelotas, juntamente com o imposto relativo ao abate de gado nas charqueadas. O empresário Teodolino Farinha, considerado o maior investidor do Mercado, foi louvado por ser responsável pela edificação que em termos de arquitetura era considerada muito melhor que os primitivos mercados de Porto Alegre e de Rio Grande, podendo ser comparado ao Mercado da Candelária no Rio de Janeiro, o primeiro a ser construído no Brasil. Segundo Gutierrez (2012), por sua forma arquitetônica, não fosse o conjunto de enormes portas e portões, o Mercado poderia ser confundido com uma fortaleza, onde se podia armazenar inclusive água potável.

Gutierrez (2012) diz que por volta de 1874 por decisão da Câmara, duas frentes do Mercado foram reservadas para carros de aluguel (carroças,

seges/coches ou luxuosas carruagens). Em 1881, os leiteiros deviam comparecer no Mercado diariamente para que os fiscais procedessem no exame do leite antes da venda pelas ruas.

Conforme relata Bruno (2010), na década de 1890 foi construída a torre central do prédio do Mercado, encerrando o acesso à cisterna e finalmente deixando o Mercado com o aspecto em que ele era visto em fotografias antigas.

Gutierrez (2012) afirma que o Mercado Central de Pelotas é o mais antigo remanescente no país e foi inspirado no Mercado Les Halles, de Paris, erguido em 1863, cujas estruturas de ferro difundiu um novo modelo de arquitetura, que serviu de referência no mundo inteiro. E quando da reforma iniciada, em 1911, com o projeto do engenheiro Manuel Barbosa de Assumpção, de Itaqui, o Mercado de Pelotas sob a influência do ferro também mudou a fisionomia do prédio, época da instalação da torre do relógio suíço, inspirada na Eiffel, e do aumento das bancas de peixes, dentre outras mudanças, passando a ser cenário importante do cotidiano do povo pelotense. Em 1915 foi construído o pequeno prédio dos banheiros, ao sul, que lá permanece até os dias de hoje (GUTIERREZ, 2012).



Figura 1 - Prédio do Mercado Central de Pelotas de 1911.

Fonte: <<http://www.ecult.com.br/artes/livro-conta-a-historia-do-mercado-central-de-pelotas>>

O Mercado sempre foi propriedade da Prefeitura de Pelotas e no ano de 1912, em virtude do primeiro centenário da cidade, o prédio passou por esta

reforma, mudando sua característica arquitetônica para *Art Nouveau*. Em 1969 houve uma segunda reforma, devido a um incêndio cuja causa não se sabe ao certo, onde parte do prédio ficou em ruínas, rompeu-se a estrutura metálica, além de seus vitrais terem sido destruídos. Santos (2014) conta que a obra de reforma não foi fiel, pois a Prefeitura estava economicamente desfalcada, não sendo possível a restauração total do prédio que teve seu espaço de circulação diminuído, porém restaram maiores o número de bancas para comerciantes.

Para Gutierrez (2012), o Mercado Central conserva seu valor histórico e artístico e, sobretudo, até a reforma mantinha seu uso original. O Mercado teve seu tombamento em nível municipal, fazendo parte do sítio reabilitado desde a entrada de Pelotas no Programa Monumenta, em 2002.

1.2 Apresentação de levantamento sobre o tema e seu objeto

Através de pesquisa bibliográfica sobre o Mercado Central de Pelotas, foram encontrados dois trabalhos acadêmicos do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, cujo o objeto de estudo foi o MCP. Um deles é o Seminário de Graduação de Ana Laura Vianna Villela, intitulado Proposta de reciclagem - Mercado Público de Pelotas (VILLELA, 1995), que tinha como objetivo o levantamento de dados para futura proposta de revitalização quanto ao patrimônio e função, visando ganhar a simpatia de todas as classes sociais, tornando o local agradável ao convívio a baixos custos para compra. E o outro, Entorno Urbano, foi um trabalho proposto pela disciplina Projeto Arquitetônico V, com levantamento efetuado por alunos da UFPel do curso de arquitetura, tendo por finalidade o levantamento físico, histórico e fotográfico do Mercado Público de Pelotas, tendo como autor o Prof. Silvio Jantsen, consultando professores da FAU-UFPEL e os arquitetos Dom Arturo, Roberto Martins e Nirce Medvedovski.

Além dos trabalhos supracitados, foram encontrados outros artigos e trabalhos acadêmicos que trataram do Mercado Central de Pelotas, com abordagens e problemáticas diversas da que se presta a presente pesquisa sociológica. O primeiro a ser mencionado tem como título O comércio informal de Pelotas: características e contradições no centro histórico da cidade, artigo de Balsan e Ueda (1998), que conta que os camelôs já estiveram estabelecidos no Largo do Mercado

Público e, segundo as autoras, a relação das economias formal e informal nesta época remete a um mercado público enquanto um espaço além de um local de trocas, mas um lugar que também influencia na constituição da sociedade urbana. Neste artigo, as referidas autoras consideram o Mercado Central um fator social e um fator histórico predominante na maioria das cidades brasileiras. Neste ponto elas corroboram para o presente estudo, que busca entender os fatores sociais que restaram evidenciados após a revitalização do Mercado de Pelotas sem olvidar ou menosprezar o que ele representa como um fator histórico da cidade. Nesta pesquisa, após a análise das respostas às entrevistas, foi constatado que no Mercado Central, espaço público de trocas muito antigo, como mencionam Balsan e Ueda (1998), 80% dos comerciantes eram homens e passavam suas bancas para seus filhos, negócio que perdurava de geração a geração, numa relação familiar, mas que em função da presença dos camelôs no entorno estavam sendo vendidas em razão de fatores econômicos. Também foi constatado pelas autoras que existia uma necessidade de organização com relação ao espaço público e à utilização do mesmo, que levasse em consideração os aspectos arquitetônico e cultural do Mercado Central e seu entorno (BALSAN; UEDA, 1998).

Foi encontrado um capítulo de livro que fala do MCP, obra da professora do curso de arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, Ester Bondjuya Gutierrez (2004), intitulado Barro e Sangue: Mão de obra, Arquitetura e Urbanismo em Pelotas (1777-1888). Neste livro, a autora teve como hipótese que os projetos modernos foram germinados a partir de concepções renascidas, ou seja, de soluções estéticas cultivadas desde o Renascimento. Nesta obra, Gutierrez (2004) relata a relação entre a mão de obra escravagista e a construção arquitetônica urbana que, por influência dos senhores endinheirados da época, buscava demonstrar a erudição e disfarçar a escravidão existente na era do charque na cidade de Pelotas.

Também, além desses três trabalhos, encontrou-se o artigo Programa Monumenta: a relação dos centros históricos com os fluxos de capital internacional e o turismo, de autoria de Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos, da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, que tem como objeto a investigação do Programa Monumenta em âmbito nacional e mais especificamente em âmbito municipal (SANTOS, 2010). A autora menciona os objetivos do Programa Monumenta, que são:

[...] permitir que o patrimônio histórico e artístico com proteção federal tenha suas características restauradas e que, cada vez menos, dependa de recursos federais para sua conservação”, “[...] preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano [...]”, “[...] estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente”, estimular o desenvolvimento de “[...] critérios de preservação [...]” e “[...] projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto [...]” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009) (SANTOS, 2010, p.13-14).

Outro trabalho considerado relevante para a pesquisa foi a dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, intitulado Mercado Central de Pelotas: a Permanência no Lugar do Consumo, de Guilherme Rodrigues Bruno, sob a orientação do Professor Dr. Sidney Gonçalves Vieira. Nesta pesquisa, o autor procura fazer um estudo interpretativo dos mercados tradicionais, comparando os Mercados Públicos de Pelotas, de Buenos Aires e de Bagé. Bruno (2010) utiliza como piloto o MCP e, segundo ele, os mercados públicos seriam equipamentos capazes de oferecer gêneros alimentícios a preços acessíveis, bem como promover o empreendedorismo. O autor propõe uma interpretação dos fenômenos de consumo urbano no que tange à construção, à percepção e ao uso do espaço. Bruno (2010, p.7) assevera que: “as cidades se formaram justamente porque a troca permitiu um equilíbrio pacífico entre as demandas e ofertas dos gêneros necessários à preservação da vida”. Neste sentido, esta dissertação virá a contribuir para a presente pesquisa sociológica relativamente à parte histórica sobre o Mercado Central de Pelotas e sua tradição. Nesta pesquisa, o autor coincidentemente entrevistou pessoas comuns aos entrevistados por esta pesquisadora, permissionários antigos do Mercado, o que sinaliza que o presente estudo possivelmente esteja dando continuidade aos estudos sobre o Mercado Central de Pelotas, agora com uma abordagem sociológica do tema, buscando identificar os fatores que levaram a resignificação social do uso deste espaço público tradicional da cidade de Pelotas.

Foram encontrados outros tantos trabalhos acadêmicos, especialmente na área da arquitetura, certamente por ser o Mercado Central considerado um prédio de importante valor histórico patrimonial e arquitetônico para a cidade de Pelotas, além de que foram identificados dois trabalhos de licenciatura de história, O Mercado Central de Pelotas (1846-1994) de Marcia Vieira Rochefort (1994) e Apontamentos para uma história do Mercado Central de Pelotas de Lucio Juarez Dornelles Ramos (2004), e um trabalho da geografia de Mellisa Hassan Cohen (2006), sob o título

Apontamentos para uma reflexão sobre a revitalização do Mercado Público de Pelotas.

Também foram efetuadas buscas em sites como Scielo e Google Acadêmico por trabalhos científicos relacionados a esta pesquisa onde foram encontrados outros artigos e dissertações sobre temas pertinentes a este estudo (Mercados Públicos, revitalização, ressignificação social e Mercado Central de Pelotas), porém nenhum possui a mesma abordagem proposta pela presente pesquisa, o que a torna inédita no meio acadêmico e científico.

No entanto, estes materiais serão utilizados como referencial teórico para a elaboração e o enriquecimento da pesquisa sociológica, visando atingir o objetivo deste trabalho.

Salienta-se que este trabalho é uma análise científica original do Mercado Central de Pelotas a partir de sua revitalização com foco na ressignificação social trazida a este espaço público tradicional e histórico da cidade de Pelotas, que procura suscitar questões ainda não estudadas sobre o tema com enfoque sociológico.

1.3 Sobre a revitalização do prédio do Mercado Central

Ao longo dos anos, o centro da cidade de Pelotas ficou abandonado, muitos prédios ficaram deteriorados e do ponto de vista urbano-ambiental restaram espaços frequentados por mendigos e assaltantes, além de um ambiente de prostituição e violência, não diferindo do que ocorreu em diversas cidades do Brasil e do mundo. O resgate do uso dos centros antigos das cidades tem sido um processo que frequentemente se observa em muitos locais, da mesma forma que se presencia em Pelotas. Isto vem ocorrendo através da reforma de prédios antigos que passaram a servir de espaços para atividades culturais, exposições, comércio, turismo e entretenimento. Porém, observa-se que o processo envolve uma higienização do espaço público e dos prédios envolvidos na requalificação do local, que por certo ganha uma ressignificação em vários âmbitos enquanto espaço social.

Conforme o estudo dos arquitetos e professores da FAU-UFPEL, Dom Arturo e Roberto Martins (em meados de 1980), o Mercado não mais exercia

função centralizadora, pois os grandes atacados passaram a ocupar a periferia da cidade em razão da facilidade do abastecimento. Nesse sentido, o Mercado havia mudado suas funções de distribuidor para local que abrigava pequenas bancas de sapatos, miudezas, roupas e barbearias, fugindo muito de seu uso original. Por causa destes apontamentos, os autores propuseram que o Mercado fosse transformado em um “centro de cultura”, em um “ponto de vendas de artesanato”.

Como mencionado anteriormente, o Mercado Central de Pelotas, diferentemente de outros mercados públicos que foram construídos em zonas portuárias, está localizado na zona central da cidade de Pelotas, próximo a Praça Central e prédios antigos que fazem parte da administração da cidade, Prefeitura e Finanças, assim como está perto da Biblioteca Pública, do Grande Hotel e dos Teatros Guarani e Sete de Abril, todos com grande valor histórico e arquitetônico, localizados no centro antigo ou centro cultural da cidade. Daí depreende-se porque o local veio a ser chamado de Mercado Central, como será tratado na presente pesquisa.



Figura 2 - Fachada com nome do Mercado Público de Pelotas. Data: 02/08/2012.
Fonte: <https://www.flogao.com.br/zhukov/142044896>

Outro aspecto importante se refere ao fato de que nem sempre os agentes responsáveis pelas intervenções e pelos projetos urbanísticos conseguem realizar a leitura do espaço e examinar o seu uso, sua experiência e as percepções do local.

Neste sentido, menciona Arantes (2009) que na requalificação de centros históricos tem prevalecido critérios de intervenção que reforçam a dimensão estética monumental e os sentidos alegóricos dos bens patrimoniais, em desvantagem do uso que faziam os antigos ocupantes, o que parece ter ocorrido no MCP. Segundo o referido autor, no seu artigo Patrimônio Cultural e Cidade,

Esses critérios contribuem para que se considerem substituíveis – ou descartáveis – edificações protegidas em razão de sua singularidade [...] respondendo em primeiro lugar, e muitas vezes unicamente, a oportunidades de negócio, essa hipervalorização do aspecto estético do patrimônio sobrepõe-se ainda frequentemente aos interesses e necessidades das populações que vêm ocupando tradicionalmente áreas que se tornaram protegidas. (ARANTES, 2009, p.20).

Conforme o Relatório de cumprimento do objeto - Convênio 392/2002², a requalificação da área central de Pelotas contou com recursos do Programa Monumenta e do Ministério da Cultura e do Planejamento, por tratar-se de prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e se deu por meio das intervenções de restauro e reforma dos prédios pertencentes ao centro histórico da cidade, abrangendo os prédios da Administração, da Prefeitura, da Biblioteca Pública, os Teatros Sete de Abril e Guarani, a Praça Coronel Pedro Osório, e também com a revitalização do Mercado Central e a criação do Largo Edmar Fetter. Estes últimos são locais que despertaram maior interesse de estudo por se observar traços importantes de ressignificação social.

De acordo com as informações obtidas no site do IPHAN³, o Mercado Público de Pelotas, foi tombado em 1985 pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e no ano de 2002 a Prefeitura de Pelotas firmou um Convênio de Cooperação junto à União por meio do IPHAN para a implantação do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Pelotas, que inclui o Mercado, além de ter contado com verbas advindas do Tesouro Nacional.

O Mercado Central de Pelotas foi restaurado através do Programa Monumenta, que fez parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com a Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e com o Sinduscon (s./d., s./p.), que é uma

² Documento fornecido, via e-mail, por Gisela Frattini, Gerente de Memória e Patrimônio da cidade de Pelotas, em data de 30/05/2016. Nele estão as ações que envolvem a execução do projeto de recuperação do patrimônio histórico de Pelotas, a área delimitada para o Programa Monumenta, o valor do convênio e as metas a serem alcançadas no plano de trabalho, bem como determina o valor destinado a cada etapa de obra dos prédios que passariam pelo restauro, dentre eles está o MPC.

³ Conferir *link*: <www.iphan.gov.br>.

entidade que busca representar, perante às autoridades administrativas e judiciais, os interesses individuais e coletivos de seus associados, celebrar contratos coletivos, convenção ou acordos coletivos de trabalho, eleger ou designar representantes da categoria, colaborar com os poderes públicos, como técnico e consultivo, no estudo e solução de problemas relacionados à categoria econômica.

A Prefeitura Municipal de Pelotas, através do seu relatório de cumprimento do objeto, diz que:

A recuperação do patrimônio histórico em Pelotas constitui-se numa oportunidade ímpar de alterar o conceito de nossa cidade e a autoestima de nosso povo em virtude do estado em que se encontram muitos dos nossos prédios [...] (PELOTAS, 2002, p.2).

Ainda, conforme disposto no documento supracitado, o Programa Monumenta, também financia iniciativas de caráter cultural, visando garantir a autossustentabilidade econômica do patrimônio físico e imaterial que, restaurado ou recuperado, deve gerar renda.

A obra do MCP foi concluída, e de acordo com a planta baixa do prédio, apresentada no anexo E, a revitalização do Mercado incluiu os pátios internos, novos pisos de passeios públicos e do acesso ao Mercado, as bancas, as peixarias e os terraços. Verifica-se que houve a instalação de uma nova cobertura translúcida nos pátios internos, assim como as fachadas internas e externas do prédio ganharam trechos recuperados. O restauro manteve a fachada e toda a parte externa do prédio, incluindo o banheiro (pequeno prédio aos fundos/Sul). Na parte interna, encontram-se corredores mais largos, espaços abertos, bancas/lojas menores, a preços mais elevados e, conseqüentemente, com novas atividades comerciais e novos permissionários, além dos poucos antigos que ali permaneceram. As torres também foram recuperadas com a revitalização dos quartos próximos aos terraços.

O Relatório Monumenta, no convênio nº 392 de 2002 (PELOTAS, 2002a), dispõe que a verba se destinou especificamente à reforma dos sanitários, à restauração da cobertura e calhas das peixarias, à restauração das fachadas, à restauração das esquadrias externas e à restauração geral do interior, bem como à criação do Largo.

O IPHAN, em 20 de dezembro de 2015, fez a entrega oficial da última obra realizada na cidade de Pelotas pelo Programa Monumenta, que “financia iniciativas de caráter cultural de acordo com a filosofia de garantir a autossustentabilidade

econômica do patrimônio físico e imaterial que, restaurado ou recuperado deve gerar renda” (PELOTAS, 2002a, s./p.), e dá por restaurado e reformado o Mercado Central de Pelotas em solenidade que contou com a presença do coordenador das cidades históricas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a superintendente do IPHAN-RS⁴, encerrando o ciclo de ações do Programa Monumenta que visou a modernização e o suprimento das novas necessidades locais.

Por sua vez, a Lei nº 4.792, de 1º de março de 2002, cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural da Cidade de Pelotas – Fundo Monumenta – e dá outras providências. Esta Lei dispõe sobre a composição de um conselho curador que estabeleceu regras a serem respeitadas pelo Fundo. Este fundo é de natureza contábil-financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e possui o objetivo de financiar as ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Projeto Monumenta (PELOTAS, 2002b).

No “Relatório de Cumprimento do Objeto”, assinado pelo Prefeito Eduardo Leite (PELOTAS, 2002a), constam os termos da restauração de cada prédio requalificado, bem como especifica as partes do Mercado que foram restauradas, com os seus respectivos orçamentos. Este documento foi obtido pela pesquisadora junto à Secretaria de Cultura, Memória e Patrimônio de Pelotas.

No Mercado Central presenciava-se um cenário distinto do que se vê hoje. O comércio tinha uma aparência informal, despojada, os comerciantes podiam expor seus produtos sem regras, de modo desordenado, e até mesmo nos corredores do Mercado. No local, haviam outros tipos de produtos comercializados que desapareceram, como, por exemplo, a casa de carnes, a casa de sementes e iguarias, as fruteiras, as casas de calçados e as de produtos rurais, que atendiam principalmente aos colonos e que eram destinados a todos os públicos, inclusive os consumidores “de menor poder aquisitivo”.

Em relação às ruas que contornam o prédio do Mercado Central de Pelotas, também pode-se perceber mudanças, já que sua revitalização ensejou algumas melhorias nos prédios comerciais vizinhos, localizados nas ruas laterais Andrade Neves e XV de Novembro e na Rua Tiradentes, ao Sul do Mercado. Tais melhorias a que se refere são perceptíveis de plano, nas fachadas dos prédios comerciais com

⁴ Rio Grande do Sul – RS.

novas pinturas e reformas, supõe-se terem sido realizadas por iniciativa dos próprios comerciantes locais, com intuito de se adequarem às mudanças estruturais que ocorreram com a revitalização do Mercado Central e com a criação do Largo Edmar. No entanto, salienta-se que não é possível afirmar que essas mudanças relativas aos prédios vizinhos, concomitantes à revitalização do MCP estejam diretamente relacionadas com o mesmo processo, já que este estudo não se prestou a investigação do entorno do prédio do Mercado Central, se ateve, tão somente, ao espaço público do prédio, calçadas e Largo Edmar Fetter na parte da frente do Mercado.

Também pode-se incluir que houve uma certa higienização do local, pois antes haviam os botecos (bares) frequentados por pessoas de baixa renda, os mendigos que ficavam numa rua lateral para consumir a sopa oferecida pelo grupo filantrópico "Sopão da Rua" e as prostitutas da Rua Tiradentes, que dali foram removidos e que hoje aos poucos estão retornando de maneira muito discreta.



Figura 3 – Vista panorâmica do MCP de Pelotas e seu entorno. Data: 21/02/2012
Fonte: <http://pelotasdeportasabertas.blogspot.com.br>

No entanto, esta pesquisa é ensejada pelo fato de que se acredita que o Mercado Central não manteve seu uso de origem, destinado a concentração de comércio popular, como tradicionalmente ocorre.

Antes da reforma, o Mercado Central possuía corredores com aparência menos alargada, com bancas, lojas e quartos (como são chamadas as lojas localizadas na parte externa do prédio do Mercado) maiores, com áreas de tamanhos diversos, além do que não haviam regras estabelecidas para a disposição dos produtos nas prateleiras e nos corredores do local, tanto é que tratava-se de prática comum os comerciantes exporem suas mercadorias pelos corredores na frente e nas laterais de suas lojas – no entanto, o Mercado estava abandonado em relação a limpeza, iluminação e “organização” (se é que deve-se pensar em mercados organizados, sem o toque local e cultural dos seus ocupantes).

Após a revitalização, identificam-se as alterações físicas relativas ao seu interior, que recebeu uma aparência mais arejada e renovada, houve um alargamento nos corredores e diminuição da área útil das bancas, que foram adequadas pelo projeto de reforma ao novo modelo proposto. Também se pode perceber que os ocupantes do Mercado não são mais os mesmos de antes.

Ainda, em relação a exposição de mercadorias nos corredores, hoje, o que se sabe é sobre a proibição por parte da administração do Mercado (Secretaria Municipal). Porém, a figura abaixo mostra uma loja de permissionária antiga que retornou ao MCP após a revitalização e, que excepcionalmente, num certo dia utilizou o corredor para pôr seus produtos, o que entende-se tratar de caso isolado, presenciado pela pesquisadora, pois não se vê nada parecido no local.



Figura 4 - Corredor central do Mercado Central de Pelotas revitalizado. Data: dez. de 2016.
Fonte: <https://www.tripadvisor.com.br/>



Figura 5 - Corredor do MCP. Data: Nov. 2016.
Fonte: Fotografia da autora.

Sendo assim, além das mudanças físicas e arquitetônicas que se presencia principalmente na parte interna do Mercado Central e na parte externa, em especial, com a criação do Largo, também se percebe que outros fenômenos ocorreram no local, portanto, esta pesquisa busca identificar e compreender quais foram.

Atualmente, encontram-se na parte interna do Mercado somente três dos antigos permissionários (casa de vimes, casa de produtos gaúchos, casa de utilidades e bijuterias) e na parte externa do prédio foi possível identificar um número maior de antigos permissionários do Mercado, dos quais dois estão nos bares mais populares (Pastelaria Paiol e Lancheria Macanudo), na Casa de peixes e aquários e

em três Peixarias (Frutos do Mar, Casa de Peixes Z3, Estrela do Mar) e um açougue (Aquarius), todos localizados na parte oeste do prédio que fica na rua Andrade Neves. Duas destas peixarias permaneceram em funcionamento durante todo o período de obras de reforma do prédio, além das barbearias Mercado.

No entanto, a maioria das barbearias são de permissionários que já trabalhavam no Mercado Central e que retornaram após a revitalização do prédio. Estes totalizam sete e, após a reforma, passaram a ocupar os quartos⁵ localizados ao Sul do prédio do Mercado, na rua Tiradentes. Sendo assim, após ter sido realizado o levantamento *in loco*, foi possível identificar todos os antigos permissionários do Mercado que ainda hoje permanecem no local com suas atividades comerciais e de prestação de serviços, que perfazem um total de 14 ocupantes, daqueles 85 estabelecimentos de uso de antes da reforma do prédio.

Cabe mencionar aqui que durante o período em que o Mercado Central esteve em obras de reforma do prédio, com início no final do ano de 2008 até final do ano de 2012, um grupo de permissionários da época foram transferidos com seus comércios e serviços para o "Beco" da Travessa Ismael Soares, que fica localizado ao lado da Biblioteca Pública de Pelotas e que dá acesso ao Calçadão da Rua Andrade Neves, instalados aí em barracas improvisadas.

Outro grupo de permissionários do Mercado foram para o Shopping Rua XV, que era um prédio em construção, inacabado e que estava abandonado por muitos anos, localizado na Rua Andrade Neves, ao lado do prédio da Universidade Federal de Pelotas, esquina com a Rua Lobo da Costa. Estes dois locais foram escolhidos e cedidos pela Prefeitura Municipal para serem ocupados provisoriamente pelos antigos permissionários do Mercado. Em ambos os locais, a Prefeitura de Pelotas contava com o recurso do recolhimento do aluguel pago pelos permissionários do Mercado Central. Porém, conforme relato dos entrevistados (permissionários que retornaram e os que não retornaram para o MCP), ainda neste período em que estavam nestes locais, os comerciantes tinham a expectativa de retornar às suas lojas, bancas e quartos no Mercado Central, logo após a entrega das obras de revitalização, no entanto, isso não ocorreu. Pelo que se sabe, através das falas dos sujeitos de pesquisa, comprovadamente pelas fotografias aqui colacionadas, destes dois locais provisórios é possível concluir que os antigos permissionários do MCP

⁵ São considerados quartos os espaços comerciais voltados para a parte externa do MCP.

ficaram precariamente instalados com seus comércios durante o período de obras no Mercado, por quatro anos.



Figura 6 - Beco da Travessa Ismael Soares- Bancas dos permissionários do MCP

Fonte: <<http://wp.clicrbs.com.br/pelotas/author/pelotasmais/page/183/>>



Figura 7 - Shopping Praça XV. Prédio que abrigou os antigos permissionários do MCP.

Fonte: <<http://wp.clicrbs.com.br/pelotas/author/pelotasmais/page/183/>>

Os demais ocupantes do Mercado Central atualmente são novos, ou seja, instalaram suas atividades comerciais e de prestação de serviços depois da revitalização ocorrida, a partir da reinauguração do Mercado, datada de 20 de dezembro de 2012. No entanto, o que se percebe é que, passados mais de quatro anos da entrega das obras, o Mercado possui um grande número de lojas desocupadas que se encontram fechadas, presumindo-se que isso ocorra em virtude do alto preço do aluguel cobrado aos permissionários e também em decorrência da redução da área útil das lojas e bancas, bem como por questões de ordem burocráticas identificadas nos documentos que foram analisados.

De acordo com a informação obtida junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, documentada por e-mail, atualmente o Mercado Central de Pelotas conta com 77 (setenta e sete) estabelecimentos e, destes, 71 (setenta e um) já estão ocupados, porém, a mesma Secretaria não soube informar com quantos espaços o Mercado contava que eram destinados à permissão de uso antes de passar pelo processo de requalificação e quantas lojas, quartos e bancas encontravam-se ocupados por permissionários. Registra-se aqui o fato de que, em entrevista, o Senhor Secretário, administrador do Mercado Central, Fernando Estima, disse que o Mercado atualmente possui 84 (oitenta e quatro) bancas, lojas e quartos. Restando, assim, essa divergência.

No entanto, após analisar as plantas baixas do Mercado, de antes e de depois da reforma, é possível concluir que o que foi informado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e por parte do pessoal da Administração do Mercado Central de Pelotas não confere com os mapas que foram fornecidos pela mesma Secretaria, bem como pela Secretaria de Cultura. Através de tais plantas baixas, que estão nos anexos e que foram obtidas pela pesquisadora junto às Secretarias, é possível visualizar a quantidade de lojas, quartos e bancas que o Mercado Público contava antes e depois de ser reformado. O Mercado, então, possuía 85 locais de uso, entre lojas, quartos e peixarias, destinados ao comércio de diversos gêneros de produtos e à prestação de serviços.

Com a Planta Baixa⁶ do prédio do Mercado que foi enviada pela Secretaria responsável pela Administração do Mercado Central é possível identificar 87 (oitenta e sete) espaços disponíveis para carnes e peixes, gastronomia, comércio em geral, instituições, barbearias, floricultura, empório, agência de turismo, Memorial Pelotas, informação turística, além dos quatro espaços destinados à administração, zeladoria e manutenção do local.

Atualmente, o Mercado ainda possui espaços desocupados que, segundo informação da secretaria e administração do MCP, farão parte da próxima licitação que foi prevista para o início de 2017.

O Mercado Central de Pelotas tornou-se um espaço de sociabilidade destinado sobretudo a atividades culturais, de entretenimento e de lazer, além do

⁶ Conferir "Anexo E".

comércio. No seu exterior, diferentemente do que ocorria antes da revitalização, o Mercado passou a ser frequentado também à noite, especialmente nos bares e restaurantes instalados principalmente na frente norte do Mercado, voltados para o novo Largo Edmar Fetter.

Tudo isso leva a crer que restou lesionada a memória e a identidade dos antigos comerciantes, ocupantes e frequentadores do Mercado, o que se traduz na descaracterização do MC de Pelotas.

No capítulo II serão abordados os principais aspectos teóricos, conceituais e metodológicos que envolvem a presente pesquisa científica, ressaltando as teorias de autores brasileiros e estrangeiros, dentre os quais estão Heitor Frúgoli Jr.(2006), David Harvey, Sharon Zukin (2014), Henri Lefebvre (2008), Ângelo Serpa (2011), Peixoto (2009), Cerqueira (2013), Carlos (1996) e Georg Simmel (2006), além de outros que conduzirão e nortearão as questões pertinentes ao tema.

Capítulo II - Considerações sobre as teorias e os conceitos que embasam a pesquisa

O referencial teórico utilizado como suporte a este estudo sociológico será devidamente referenciado neste tópico a fim de facilitar a compreensão do que realmente se almeja alcançar com a presente pesquisa. Neste sentido, os conceitos basilares também serão evidenciados um a um para que o leitor tenha a possibilidade de orientar sua leitura e entendimento do tema proposto de acordo com os mesmos. Sendo assim, passa-se a análise conceitual e do referencial teórico.

2.1 A resignificação social no espaço urbano do Mercado Central e sua centralidade na cidade

O Mercado Central de Pelotas teve seu surgimento no espaço urbano, ele está inserido especificamente no Centro da cidade de Pelotas que é considerado o centro histórico, administrativo e cultural da cidade e foi criado para atender às necessidades da comunidade pelotense quando do início de sua formação e organização. Sendo assim, procurou-se fazer uma análise dos conceitos sociológicos de urbano e cidade, bem como os conceitos de centro e centralidade, visando contextualizar o objeto deste estudo.

Neste caso, o centro da cidade de Pelotas, foi considerado, por muito tempo, um ponto de referência em relação a concentração de comércio geral e, por sua vez, o comércio estabelecido no Mercado Central sempre fez parte desse contexto. Porém, com o decorrer dos anos e com o crescimento da cidade, o centro começou a ficar desprovido de forças para que se fizesse prevalecer o comércio central por motivos diversos, como: a falta de investimentos, os fatores de mercado, os preços

da área urbana mais altos, além do surgimento dos subcentros. Isso tudo, de acordo com Lithnov e Vieira (2015, p.5), resultou na popularização do centro tradicional, "se tornando refém de um consumidor proveniente das zonas periféricas, de poder aquisitivo mais baixo".

Como bem menciona Lihtnov e Vieira (2015, p.1), "o centro, *a priori*, é o local mais cobiçado e disputado para a instalação de comércios e serviços, em função de sua atratividade e acessibilidade privilegiadas, agregados ao fluxo de pessoas, capital e ideias". Segundo eles, são inegáveis a importância e o valor simbólico do centro para o espaço urbano.

Para Villaça (2001), o centro, surge a partir da necessidade de afastamentos indesejáveis que são obrigatórios, ele é um ponto que otimiza os deslocamentos condicionados da comunidade, ele surge pela disputa pelo controle do tempo e energia de gastos nos deslocamentos humanos, que considera-se como valor material que serve de fonte do valor simbólico do centro decorrente da importância comunitária e social.

Diferentemente de muitos outros mercados públicos, que recebiam as mercadorias através de embarcações, o Mercado Central de Pelotas, não se encontra em zonas portuárias, ele faz parte do cenário do centro da cidade, que se prestou ao comércio de todo o tipo, já que nos tempos idos as mercadorias que abasteciam as cidades eram distribuídas a partir dali.

Como bem leciona Santos (1979), o mercado autoriza a presença simultânea de formas, diferentes e contrastantes, de realização econômica na cidade. Por este viés, surgem os questionamentos acerca da ressignificação do uso do Mercado Central de Pelotas, o mercado público da cidade, que se supõe ter excluído certos tipos de comércio e conseqüentemente, de consumidores, após a revitalização.

Do ponto de vista conceitual, estudar a função do Mercado Público em uma cidade é relevante na medida em que engloba o contexto econômico, político e cultural, especialmente para este estudo que trata da revitalização do Mercado Central e sua ressignificação social.

O Mercado Público, nas cidades contemporâneas, em geral, possui expressão arquitetônica e impacto urbanístico, de que, em seu espaço público, ocorrem diversas manifestações socioculturais que concorrem temporalmente para

transformações no seu entorno (Vidal, 2012).

De acordo com Lefebvre (2008, p.90), “o urbano se define como lugar onde as diferenças são conhecidas, reconhecidas e postas à prova”. Neste sentido, o urbano é uma totalidade heterogênea e centralizada, marcada pelas particularidades e pelas diferenças que são o móvel da sociedade, pois a cidade acolhe o que é diferente. Assim sendo, pode-se afirmar que o urbano trata de centralizar tudo. As diferentes práticas agrupadas se confrontam, mas também se integram através das ações dos indivíduos.

Neste sentido, de uma forma “poética”, segue Lefebvre (2008, p.110):

Se a cidade sempre se oferece a si própria como espetáculo, do alto de um terraço, de um campanário, de uma colina, de um lugar privilegiado (de um lugar elevado que é o *alhures* onde se revela o urbano) não é porque o espectador percebe um quadro exterior à realidade, mas sim porque o olhar reúne. Ele é a própria forma do urbano, revelada.

No urbano ocorre a reunião das diferenças das relações sociais, nele estão as simultaneidades e, conseqüentemente, os conflitos. A cidade centraliza as criações, que carecem de trocas, aproximações e relações. Segundo Lefebvre (2008, p.111), “a cidade cria a situação urbana, onde as coisas *diferentes* advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças”.

Para esta pesquisa, importa conceituar o urbano, pois o objeto de estudo está inserido no meio urbano da cidade de Pelotas e, como bem menciona Henri Lefebvre (2008), o urbano é cumulativo de todos os conteúdos, ele possui signos que permitem a reunião das coisas: as ruas, as calçadas, as luzes, as praças, os largos, locais de reunião, onde vivenciamos a presença de signos e riquezas que propiciam espaços de intensa interação social. O urbano visto como forma possui tendência à centralidade, pelos distintos modos de produção e de relações de produção e à policentralidade, a ruptura do centro, que constituirá outros centros que servirão para a dispersão, assim como para a segregação.

O que se pretende estudar é a ressignificação social do Mercado no que tange aos costumes, as tradições, aos sentimentos e as práticas sociais que se identificam antes e depois da revitalização do Mercado Central. Entende-se, pois, que após a revitalização do Mercado, cujo prédio passou por modificações estruturais significativas na sua parte interna, na parte externa e com a criação do Largo, ocorreu uma ressignificação deste espaço social decorrente da conseqüente

mudança nas práticas comerciais e nas práticas de sociabilidade e de uso deste espaço público.

Destaca-se, assim, a necessidade de compreender sobre a significação e ressignificação do lugar, em especial do espaço público urbano, já que o prédio do Mercado Central está inserido no contexto urbano, especificamente em área central da cidade de Pelotas.

Então, procurou-se identificar os fatores que influenciaram na ressignificação social do uso do espaço público urbano do MCP, através da compreensão do conceito, pois percebe-se que as práticas sociais em muitos espaços sociais nem sempre estão em conformidade com os usos almejados e projetados para determinadas funções.

De acordo com Carlos (1996, p.21), "são os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida [...], pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso".

Conforme Frúgoli Jr., Andrade e Peixoto (2006) na apresentação da obra "A cidade e seus agentes":

Pensar as cidades e suas dimensões territoriais significa refletir sobre o repertório de significados que alimentam seus usos e contrausos, analisar as metáforas que povoam o imaginário construído sobre elas, enfrentar a memória e a história frequentemente acionadas nas políticas e projetos urbanos (FRÚGOLI JR.; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.11).

A articulação das intervenções urbanas com vistas a revitalização das áreas centrais das cidades tende a atrair capital e pessoas de classe médias e altas, tornando-as convidativas do ponto de vista turístico e comercial, por meio da ressignificação social dos espaços urbanos (HARVEY, 1992).

A definição sociológica de cidade é imprescindível a este estudo, pois ajuda a enfatizar as características peculiares da cidade como uma forma de associação humana, ocorrendo uma seleção de elementos do urbanismo que a marcam como um modo de vida distinto com seus agrupamentos humanos.

O direito à cidade passa pelo sentimento de pertencimento do cidadão, pelo acolhimento e pela convivência entre os diferentes, onde há a percepção de que a sociedade serve a todos e é destinada a todos os cidadãos, sem distinção, não permitindo qualquer tipo de exclusão social (LEFEBVRE, 2008).

No Mercado Central, após pesquisa exploratória, com a aplicação da prática da observação, que foi devidamente registrada em caderno de campo e a partir da aplicação de questionários aos antigos permissionários que retornaram ao local e posterior análise dos seus relatos, verificou-se que havia uma certa desilusão por parte deles, notadamente em relação ao sentimento de pertencimento e acolhimento, que estes demonstraram ter perdido quando falavam sobre o “*antigo mercado*”, o “*mercado do povão*” (denominação que praticamente todos os entrevistados utilizaram quando buscavam explicar o que esperavam do Mercado). Ao analisar as respostas dos questionários, foi possível identificar que a maioria dos permissionários não mais se identificam com o novo modelo do Mercado Central.

No Mercado Central, após pesquisa exploratória, com a aplicação da prática da observação, bem como com a aplicação de questionários aos permissionários e posterior análise dos seus relatos, verificou-se que havia uma certa desilusão por parte deles, notadamente em relação ao seus sentimentos de pertencimento e acolhimento, quando falavam sobre o “*antigo mercado*”, o “*mercado do povão*” (denominação que praticamente todos os ocupantes utilizaram quando buscavam explicar o que esperavam do Mercado revitalizado). Ao analisar tais questionários obteve-se a informação por parte dos permissionários atuais que eles, em sua maioria, não mais se identificam com o novo modelo do Mercado Central, pós revitalização.

A cidade deve voltada para o respeito e compartilhamento do espaço público, considerando a igualdade para a aproximação e o convívio entre as pessoas, com um maior grau de alteridade, onde o respeito à diversidade importa à coexistência do homem cidadão. No entanto, o que se entende ter ocorrido no Mercado Central foi justamente o contrário, pois suspeita-se de prática segregatória em relação a um grupo de pessoas que passaram a não usufruir mais deste espaço público após a intervenção urbana ocorrida no local.

A centralidade, diz Lefebvre (2008, p.110), “não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo”. Sendo assim, neste estudo procurou-se delimitar o objeto pesquisado em toda sua dimensão, levando ao entendimento do que se pode chamar de centralidade nas cidades de hoje.

Lithnov e Vieira (2015, p.2) explicam que o “conceito de centralidade” se multiplica pelo espaço urbano de formas diferenciadas, com o surgimento de outras

áreas comerciais e de serviços que, ao contrário de provocar a descentralização do centro tradicional, se instituem na produção e na (re)produção de centralidades. Sendo assim, cabe salientar que nesta pesquisa volta-se o olhar para a "centralidade" da área central do perímetro urbano da cidade de Pelotas.

Procura-se investigar, além de outros elementos, a questão da centralidade do centro da cidade relativamente ao comércio e às atividades culturais, pós-revitalização do prédio do Mercado e seu entorno. Percebe-se que, de certo modo, ocorreu um movimento de retorno das atividades culturais e de entretenimento para a área central da cidade, na medida em que atualmente o local passou a ser usado para feiras, shows, apresentações e outras formas de lazer e entretenimento, o que antes da reforma não acontecia há muitos anos, pois estava abandonado e era considerado por muitos um local perigoso. Mas o comércio, ao contrário, não se salientou tanto.

Em relação à centralidade, tema da obra de Heitor Frúgoli Jr. (2006) que teve como objetivo estudar e compreender as trajetórias, os conflitos e as negociações na metrópole de São Paulo, através da análise de espaços advindos da expansão urbana, com os projetos que visavam a revitalização de áreas que estavam deterioradas do ponto de vista urbano-ambiental, considera-se que os espaços observados pelo autor eram espaços que contavam com a presença de mendigos, ambulantes, assaltantes, dentre outros grupos de pessoas consideradas perigosas e indesejáveis para a população de classe mais abastada. Portanto, Frúgoli Jr. (2006), com seus estudos, possui uma visão crítica ao processo de higienização do espaço público decorrente da revitalização/requalificação, onde se passa a expulsão de camelôs e de agentes do comércio informal, além de outras expulsões de pessoas consideradas de risco para segurança pública. O autor procura compreender as concepções que norteiam as intervenções nas cidades, oferecendo interpretações das suas entrevistas muito importantes para a análise da complexa e difícil questão da apropriação do espaço urbano. Ao mesmo modo, busca-se nesta pesquisa averiguar questões semelhantes que correlatas ao processo de requalificação e revitalização do prédio do MCP e com a criação do Largo Edmar Fetter possam ter resultado em na expulsão de pessoas ou ainda na higienização deste espaço público.

Da mesma maneira que o autor consegue identificar casos de apartação

socioespacial e a higienização do espaço público nas áreas que foram revitalizadas na cidade de São Paulo - SP, nesta pesquisa procurou-se observar se ocorreram ou não casos semelhantes aqui na cidade de Pelotas - RS, com a requalificação do Mercado Central e de seu entorno.

Ora busca-se compreender e estudar como ocorreu e vem ocorrendo a nova dinâmica de uso do espaço público do Mercado de Pelotas, que se salientou logo após a finalização do processo de revitalização assegurado pelo Programa Monumenta e para isso se perpassa por breve explanação sobre o que se entende por espaço público e por espaço urbano na sociologia.

2.2 O espaço público do Mercado Central enquanto espaço urbano voltado para a sociabilidade e para a prática da interação social

O espaço urbano ocupado pelo homem citadino, que vai ao longo da vida estabelecendo relações de proximidade e de distanciamento de outros cidadãos em vários contextos, integra o que se busca compreender neste trabalho, que tem por objetivo verificar o que ocorreu no espaço do Mercado Central de Pelotas no tocante a seus sujeitos e grupos sociais, bem como o modo de interação e sociabilidade que levou a ressignificação social após a sua revitalização.

Ângelo Serpa (2011, p.9), em sua obra *O espaço público na cidade contemporânea*, considera que: “o espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade”.

Serpa (2011), a partir de uma perspectiva crítica, afirma que mesmo sendo considerado público poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos, já que este pode ser visto como um espaço simbólico, que relaciona sujeitos e percepções diversas na produção e reprodução desses espaços através da intersubjetividade.

O conceito de espaço público é amplo e plural na sua essência, pois como conceituar um espaço que pertence ao uso de todos e que se espera atender a tantas pessoas? Então, ao tentar compreender a qual espaço público se dedicava de fato este estudo, chegou-se à conclusão de que o conceito mais próximo a este

objeto de pesquisa é aquele que possibilita ampliar sua lente, ou seja, o espaço público considerado "como um ponto de representação da vida cidadina, expressão da relação dialética entre o espaço concreto e as dinâmicas urbanas (políticas, sociais, econômicas e culturais)" (CERQUEIRA, 2013, p.19).

Cabe analisar o que tem sido considerado espaço público na atualidade, pois interessa a esta pesquisa compreender as muitas formas de interação social, modos de consumo, capital social e cultural, dentre outros elementos que se apresentam como determinantes das identidades sociais no espaço público das cidades. Ora, trata-se do espaço público do Mercado Central, após sua revitalização concluída no ano de 2012, com vistas a ressignificação social, que deu uma nova perspectiva de uso ao Mercado, não somente do ponto de vista econômico, como também social.

A partir de estudos relativos às cidades, observa-se que a crise da modernidade ocorre nos domínios público e privado e, neste sentido, Sennett (1998) entende que existe uma erosão do equilíbrio entre vida privada e pública capaz de destruir a base que sustentava a sociedade na fase inicial do sistema capitalista.

Nas cidades brasileiras se verifica uma fragmentação do tecido sociopolítico espacial e a formação de enclaves territoriais no tecido urbano, sofisticando as formas de autoss segregação dos habitantes (SERPA, 2011). A esfera pública, além de reunir os indivíduos na companhia uns dos outros, também evita que colidam entre eles. No entanto, a dificuldade que a sociedade encontra no convívio em massa é a de juntar os indivíduos, relacionando-os e separando-os dialeticamente.

Neste ponto, também pode-se relacionar com a problemática que envolve esta pesquisa, no que tange a dificuldade de juntar os indivíduos no mesmo espaço social, já que se percebe que após a revitalização do Mercado Central ocorreu uma idiosincrasia por parte dos antigos e novos ocupantes e frequentadores do local.

O que parece ter ocorrido no Mercado equipara-se aos parques públicos onde, segundo Serpa (2011), as práticas urbanas que neles ocorrem incluem-se num processo de "territorialização do espaço", na medida em que seus usuários privatizam o espaço público através de barreiras simbólicas, até invisíveis, sendo dividido entre os diferentes grupos e tendo como consequência a sua acessibilidade limitada e controlada simbolicamente.

Os habitantes dos espaços urbanos possuem sistemas de significações a

partir do percebido e do vivido, pelo fato do seu habitar desejado, destacados na teoria de Henri Lefebvre. Entretanto, identificamos estratégias do poder estatal que gerem políticas do espaço por meio de parcerias do público e privado que geram a mercantilização das cidades, que na verdade nada mais são do que testemunhos da desintegração da cidade contemporânea (Serpa, 2011).

O presente estudo sociológico, como já mencionado, trata de estudar a ressignificação social do espaço público do Mercado Central considerado aqui também como um espaço social onde a prática da sociabilidade e da interação social sempre ocorreu de maneira intensa, principalmente por tratar-se de um local onde o comércio de produtos diversos carregou em si uma diversidade de práticas interacionistas.

Para Bourdieu (1983), o mundo social é representação e vontade, existir socialmente é também ser percebido como distinto. No espaço urbano há um sistema de relações onde a alteridade está evidenciada, delimitando-o de forma que as lutas de identidades moldam as divisões do mundo social, criando ou desfazendo os grupos. De acordo com este autor, o espaço social pode ser comparado ao espaço geográfico, onde conforme a proximidade dos grupos ou das instituições mais propriedades semelhantes estes terão em comum, pois são as interações que proporcionam experiências mais imediatas que podem ser tocadas, escondem suas estruturas, caso em que o visível imediato esconde o invisível que o determina.

Neste estudo busca-se compreender as prováveis questões sobre os interesses comuns e conflituosos que, por dedução, acredita-se que estão presentes no espaço público urbano do Mercado Central que está voltado à sociabilidade, ao intercâmbio de práticas e preferências igualitárias ou distintas.

De acordo com Serpa (2011), os usuários do espaço contribuem para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa. No mundo contemporâneo, o Estado funciona como uma administração caseira, formando um lar coletivo que ganha significado e sentido através das coletividades políticas. Sendo assim, o domínio público se afasta de uma conotação política e vai assumindo um significado cada vez mais “social”, interditando a possibilidade da ação, como defendido por Serpa (2011).

Nas palavras de Serpa (2011, p.39):

Em um mundo onde a cultura transformou-se em lazer e diversão, existe uma distância mais social que física, separando os novos equipamentos públicos daqueles com baixo capital escolar, o que mostra que segregação espacial e segregação social nem sempre servem para designar a mesma coisa.

Neste sentido, conforme o pensamento do referido autor, pretende-se analisar supostos casos de segregação social e/ou espacial que possam ter ocorrido no espaço social do Mercado Público de Pelotas após sua revitalização.

A *sociabilidade* é um conceito base deve ser analisado, pois nele está a possibilidade de investigar a sociedade face às interações recíprocas dos seus indivíduos, segundo Simmel (2006), porém, posteriormente, este conceito veio a ser ressignificado por conta de um diálogo entre a sociologia e a antropologia voltadas à vida urbana. A alteridade encontrada nos espaços públicos está interligada às questões de formação de identidades sociais. Porém, tal construção somente ocorrerá a partir da interação, das transações, das relações ou contatos entre grupos distintos.

Simmel (2006, p.65) assevera: “[...] defino então a sociabilidade como a *forma lúdica de sociação*, e - *mutatis mutandis* - algo cuja a concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade”.

Utiliza-se aqui as considerações de Frúgoli Jr. (2007) sobre como ocorre a sociabilidade no espaço urbano demonstrada por Donald Levine, ao lançar mão do conceito de sociedade de Georg Simmel, enfatizando que a sociedade existe como um modo de organização da experiência humana, designando um complexo de indivíduos concretamente socializados que fazem parte de uma rede.

Conforme o pensamento de Georg Simmel (2006), a sociedade une os indivíduos pela influência mútua entre eles e também pela determinação recíproca que estes indivíduos exercem uns sobre os outros, ou seja, para ele, a sociedade é concebida como a interação entre indivíduos.

O referido autor defende que a interação entre indivíduos surge a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades, a exemplo de interesses objetivos, instintos, impulsos religiosos, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e outros tantos que fazem com que o “ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um

estado de correlação com os outros” (SIMMEL, 2006, p.60). Neste sentido, o autor procura sinalizar que os efeitos que os indivíduos provocam com suas ações são recíprocos. Os portadores das finalidades e impulsos formam uma unidade, ou seja, a "sociedade".

Neste sentido, o conceito de *sociabilidade* em Simmel (2006) permitirá compreender o modo como se organiza a sociedade através de uma associação básica, por tratar-se de tipo ideal entendido como “social puro”, desprovido de interesses, de propósitos ou objetivos que não seja a própria interação, vivida como espécie de jogo com suas regras implícitas, sendo uma delas a de que todos fossem iguais.

Em contraponto ao pensamento de Émile Durkheim, que assinalava a proeminência do social sobre o individual, Georg Simmel (2006) vem a considerar que a sociedade não é composta apenas por indivíduos, mas sim por indivíduos em interação. Para ele, a sociedade provém de configurações mutáveis, decorrentes das influências recíprocas entre os atores sociais, bem como interpreta Frúgoli Jr. (2007).

Simmel (2006) afirma que a sociedade é flexível e não rígida, sendo o conflito uma forma de socialização. Para ele, não há uma sociedade “como tal”, mas um movimento constante que separa ou aproxima constelações constituídas.

O conceito de sociabilidade, para Simmel (2006), abarca o tema da interação social e a dimensão das experiências vivenciadas pelos habitantes das grandes cidades, locais que privilegiam a realização do moderno, que enquanto processo descontínuo, matizado e concomitante a processos não modernos está interligado à economia monetária e batiza o dinheiro como signo da modernidade.

Heitor Frúgoli Jr., em sua obra *Sociabilidade Urbana* (2007), segue o pensamento simmeliano à luz de Leopoldo Waizbort e considera que para Simmel o dinheiro possui caráter indiferente, por ser considerado um equivalente universal capaz de converter a qualidade em quantidade, podendo aproximar e afastar, alargar círculos sociais. Assim, “o dinheiro afina o entendimento e propicia o aplainamento de sentimentos, estabelecendo marcas indeléveis do estilo vida moderno: objetividade, exatidão, calculabilidade, pontualidade, praticidade e padronização” (FRÚGOLI JR., 2007, p.15).

Neste sentido, Lefebvre (1969), assevera que a diversidade social é uma referência básica no imaginário do espaço público da modernidade, para ele, são nos espaços públicos mais centrais que a diversidade se amplia e os significados se condensam em virtude do contato permanente e do intercâmbio entre indivíduos e grupos de múltiplos pertencimentos sociais.

Já, Frúgoli Jr. (2000) faz um comparativo com o projeto modernista da cidade de Brasília e afirma haver diferença entre premissas e intenções de determinados projetos urbanos e suas realizações concretas, já que a complexidade da conexão entre as intenções técnicas e as decisões políticas pode resultar em diversas formas de exclusão social, inclusive em projetos igualitários.

Frúgoli Jr., Andrade e Peixoto consideram que

O principal desafio diz respeito ao mapeamento dos conflitos em torno dos usos dos espaços públicos, que se acentuam à medida que tais fenômenos recentes de intervenção tentam delimitar linhas de pertencimento em termos de legitimidade em relação a quem fica "dentro" e "fora" dessas "novas concepções" de espaço público (FRÚGOLI JR.; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.14).

Harvey (1989), em sua obra *Condição Pós-Moderna*, menciona Jacobs, para quem os processos são a essência. Jacobs considera que é nos processos sociais de interação que se deve concentrar a atenção, pois quando se pensa nos processos urbanos se leva em conta seus catalisadores, essência. Neste ponto, Harvey (1989), comungando das ideias de Jacobs, salienta o fato de que quando se vê ambientes "saudáveis", descobre-se um intrincado sistema de complexidade antes *organizada* do que desorganizada, uma vitalidade e uma energia de interação social que depende crucialmente da diversidade, da complexidade e da capacidade de lidar com o inesperado de maneiras controladas, mas criativas.

2.3 Estudando a possibilidade de gentrificação do espaço público do Mercado Central

Face ao imenso desconforto que alguns sentiram em relação as mudanças ocorridas no Mercado Central de Pelotas no que se refere às práticas de uso do espaço, de comércio e de consumo, que levou ao deslocamento de antigos ocupantes para outros locais, suspeitou-se inicialmente ter ocorrido um processo de gentrificação. E para que reste evidenciado o significado deste termo se faz a seguir

uma análise conceitual.

O termo *gentrification* surgiu com os estudos da socióloga britânica Ruth Glass, mas posteriormente foi sendo cada vez mais utilizado em muitos estudos com acepções diversas. De acordo com Rubino (2009), ao falar em gentrificação, Glass se referia às casinhas modestas e geminadas das classes trabalhadoras de Londres, que foram invadidas pela classe média. Segundo Rubino (2009), os ambientes degradados eram revestidos de charme e distinção, não eram processos de ressignificação, calcado em demolições, ao contrário, era um processo destrutivo de relações, embora as características espaciais fossem preservadas na sua quase totalidade.

Posteriormente, o termo gentrificação, segundo Rubino (2009), foi tomando outras nuances, com vertentes de pensamentos distintos em relação ao processo, pois de um lado haviam autores que salientavam a ênfase de imóveis em áreas abandonadas vinculados ao papel das finanças públicas e privadas e, por outro lado, na ênfase das novas classes médias urbana, com toda a sua prática de consumo e suas demandas.

Pereira (2014, p.310) considera que Neil Smith entende a gentrificação como sendo o “retorno do capital e dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo ao centro”. Para ele, este processo resulta numa paulatina substituição de seus antigos moradores e frequentadores, que dificilmente conseguem resistir à pressão decorrente das mudanças provocadas pelo enobrecimento. Para Smith, o processo de gentrificação está muito mais vinculado às forças econômicas do que às culturais.

Ainda de acordo com Neil Smith (1987, p.463):

O ponto crucial sobre gentrificação é que ela envolve não somente uma mudança social, mas também, na escala da vizinhança, uma mudança física no estoque habitacional e uma mudança econômica no mercado de terra e habitação. Isto é uma combinação de mudança social, física e econômica que distingue a gentrificação como um processo identificável ou conjunto de processos⁷.

A partir do pensamento de Smith (1987), é possível relacionar os prováveis fatores econômicos, físicos e sociais que ensejaram a saída dos antigos permissionários do MCP e, conseqüentemente, de frequentadores e consumidores

⁷ *"The crucial point about gentrification is that involves not only a social change but also, at the neighborhood scale, a physical change in the housing stock and an economic change in the land and housing markets. It is this combination of social, physical and economic change that distinguishes gentrification as an identifiable process or set of process".*

que ocupavam este espaço público antes da revitalização.

Ainda de acordo com Pereira (2014, p.308-309), o termo gentrificação “é empregado como sinônimo de um processo que tem como traços fundamentais a retomada de investimentos em centros urbanos que passaram por períodos prolongados de decadência e alteração do perfil socioeconômico desses lugares”.

Recentemente identificam-se intervenções urbanas mais parciais ou pontuais, de caráter abrangente e macroestrutural, relacionado ao regime de acumulação de capital flexível (pós-fordista – capitalismo avançado), no começo dos anos 1970, quando as cidades passam a sofrer mudanças diante da crescente desindustrialização

De acordo com David Harvey (1992), pode ocorrer o fenômeno da *gentrification* ou “enobrecimento” quando as áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à criação de novos enclaves residenciais e à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores.

Para Gutiérrez (2014, p. 330),

gentrificação é um termo que induz a pensar na cidade, no que compreende seu território, suas fronteiras, suas mudanças físicas, seus progressos e retrocessos, sua gente, seus conflitos, suas mudanças dinâmicas sociais e econômicas, o efeito que ela tem ao longo do tempo e dos homens com suas ideias e medos, e sua cotidianidade, numa linguagem em um estilo de vida e em alternativas de vida.⁸

No entanto, Rafael Gutiérrez (2014) afirma que o termo gentrificação trata de um processo que não é homogêneo entre as cidades nem dentro delas próprias, onde convergem interesses tanto público como privados, que surgem ao redor deste e que em geral resulta excludente, diferenciador e focado no consumo. Ao compreender o que propõe Gutiérrez (2014), relativamente ao termo “gentrificación”, encontra-se base para levantar a hipótese de ter ocorrido tal processo no espaço do Mercado Central de Pelotas com a intervenção urbana sofrida.

Segundo Zukin (2014, p.10):

⁸ “*gentrification es un término que induce a pensar en la ciudad, en lo que comprende su territorio, sus fronteras, sus cambios físicos, sus progresos y retrocesos, su gente, sus conflictos, sus dinámicas sociales y económicas cambiantes, el efecto que en ella tiene el paso del tiempo y de los hombres con sus ideas y temores, y su cotidianidad, en un lenguaje, en un estilo de vida y en alternativas de vida*”.

A gentrificação é uma ótima estratégia para preservar o tecido físico da cidade: casas bonitas, ruas bonitas, usos variados, cafés, pequenas lojas. Mas os gentrificadores têm altos rendimentos se comparados com a maioria dos habitantes da cidade, então, eles alteram a economia local. Eles apoiam mercados de consumo cultural – cafés chiques em vez do café comum do dia a dia, restaurantes *gourmet* – mas não apoiam as pequenas lojas e as feiras livres das quais os residentes de menor renda dependem.

De certo modo, Neil Smith (1987) salienta o fator econômico, através da valorização da área e do diferencial de renda na gentrificação, enquanto Zukin (2014) dá enfoque a questão cultural como forma de valorização dos espaços gentrificados, que resulta no controle dos seus usuários.

Na dissertação de mestrado de Bruno (2010) que tem por objeto de estudo o Mercado Central de Pelotas, o mesmo justifica a escolha do tema logo no início do trabalho, utilizando o termo gentrificação velada, o que remete a um olhar crítico sobre o tema, quando relata:

Naquele momento e até a o ingresso no Mestrado, a escolha pelo Mercado Central sempre se justificou quase como um gesto de protesto contra um processo de gentrificação social velada, que estaria se processando com o consentimento elitista das pranchetas eletrônicas dos arquitetos, supostamente mais interessados em copiar modelos europeus de ambiente urbano, do que desenvolver a identidade local (BRUNO, 2010, p.16).

Fica evidente o fato de que houve um processo de higienização no Mercado Central e seu arredor, concomitante ao processo de revitalização, excluindo do local as chamadas "classes perigosas" (frequentadores de bares, de baixa renda, que consumiam bebidas como a "cachaça", as prostitutas e os prédios destinados à suas prestações de "serviços", moradores de rua, mendigos e outros considerados "ameaças" para a segurança da sociedade). Essa higienização é correlata ao enobrecimento da área central da cidade, o que demonstra indícios de gentrificação no local, neste caso, especificamente aos ocupantes frequentadores do espaço público do Mercado.

O Mercado Central, além de sofrer mudanças físicas decorrentes do processo de revitalização, também passou a ser frequentado por um público consumidor aparentemente com maior capital econômico do que o anterior, provavelmente isso tenha ocorrido em razão da saída de antigos permissionários do Mercado. É sabido que os comerciantes que não retornaram ao MCP após a revitalização do prédio, comercializavam produtos e serviços distintos dos que encontramos hoje no local, eles eram mais populares e tinham os preços bem acessíveis. Este fato também leva a crer que o Mercado pode ter sofrido um processo de gentrificação, que ora se

busca identificá-lo de maneira pontual.

Leite (2006), quando se refere aos processos de enobrecimento ou *gentrification*, enfatiza que estes exigem um novo olhar sobre a cidade, já que as demarcações espaciais criadas pelos usuários desses espaços parecem ser a forma de interação predominante. No entanto, ele assinala as assimetrias e desiguais possibilidades de uso, o que pode causar a supressão da natureza pública do espaço. Segundo este autor, as diferentes inserções socioespaciais e suas respectivas representações dialogam entre si em torno do espaço enobrecido, o que resulta em usos espacializados distintos, contrários e muitas vezes conflitantes.

Salienta-se que tradicionalmente o conceito de gentrificação está ligado à interpretação da gentrificação residencial, porém, aqui neste trabalho, o foco está no espaço público do Mercado Central, onde as práticas comerciais e de interação constituem fortes elementos na reconstrução deste espaço revitalizado da cidade de Pelotas. O foco deste trabalho está na gentrificação pontual, no âmbito da mutação da prática comercial e seu impacto na construção identitária e suas tensões, que levaram a ressignificação social deste espaço urbano público da cidade.

Conforme o estudo de Cerqueira (2014, p.418), “a análise das estruturas e da paisagem comercial emerge como um elemento capital para a compreensão do tecido urbano”. Para ele, o que se pode chamar de geografia de consumo se organiza por meio de paradigmas culturais que configuram os novos espaços de consumo e das identidades que surgem neles. Nesta pesquisa procurou-se identificar a gentrificação que surge a partir da nova dinâmica de comércio que se apresentou após a intervenção urbana no prédio e no entorno do Mercado Central, incluindo o impacto sobre a estrutura socioeconômica do local, bem como sobre as questões identitárias que delineiam a vivência neste espaço urbano.

A despeito de todos os conceitos e teorias que circundam o termo gentrificação, é possível identificar o uso indiscriminado do termo ao se referir às experiências de intervenção do espaço urbano que resulte em exclusão de pessoas, levando a dificuldade de tratar de suas especificidades e de formular a categoria de análise. Neste sentido, o presente trabalho procurou resumidamente delimitar o conceito de gentrificação para facilitar a compreensão dos resultados analisados.

2.4 As terminologias: revitalização e requalificação

No tópico a seguir serão analisadas as terminologias revitalização e requalificação utilizadas nesta pesquisa sociológica e pelo Programa Monumenta quando se refere ao processo de restauro e preservação do Mercado Público Central de Pelotas e de outros monumentos considerados patrimônios históricos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Primeiramente, pretende-se fazer um breve apanhado conceitual do termo requalificação, já que este é o termo utilizado no Projeto Monumenta e pelo IPHAN constantemente nas propostas destinadas à reforma e à restauração dos prédios históricos da cidade de Pelotas.

Para Peixoto (2009), a requalificação urbana corresponde a uma prática de planificação ou de proteção urbanística de equipamentos e de infraestruturas expostos à degradação e à obsolescência funcional.

Na Carta de Lisboa (1995), o termo requalificação urbana *"aplica-se sobretudo a locais funcionais da "habitação"; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma actividade adaptada a esse local e no contexto actual"*. Neste sentido, Peixoto (2009) diz que a Carta refere-se a operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que apostam em fomentar nesses espaços novas atividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos. De acordo com o autor,

a requalificação urbana dirige-se mais ao seu entorno e ao espaço público, ou, nas operações urbanas de larga escala, à reconvenção funcional de um dado espaço. O objetivo último da requalificação passa por (re)introduzir "qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área" (PEIXOTO, 2009, p.46).

Segundo consta na Carta de Lisboa de 1995 (p.1), o termo revitalização urbana *"engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas"*.

Neste sentido, Peixoto (2009) afirma que o termo revitalização aparece associado à ideia de requalificação urbana, podendo ser considerado sinônimo para uma realidade que busca conjugar a reabilitação física, arquitetônica e urbana dos centros históricos, visando revalorizar as atividades econômicas e culturais que aí se desenvolvem. É possível, então, verificar a proximidade dos termos revitalização

(aqui adotado) e requalificação (termo adotado pelo IPHAN e pelo Projeto Monumenta), ambos utilizados neste trabalho de pesquisa sociológica que pretende compreender a ressignificação social do Mercado Público após a sua revitalização.

O termo revitalização, escolhido para tratar das mudanças ocorridas no Mercado Central de Pelotas, nos seus vários âmbitos, como a arquitetura, o planejamento regional e o urbano, procura traduzir a noção de revitalização especificamente urbana num conceito menos estabelecido, encontrado na literatura do urbanista Costa (2014), que entende haver um valor heurístico que se relaciona com uma perspectiva disciplinarmente transversal, com capacidade de tratar dos processos sociais e humanos juntamente com os físicos e morfológicos de maneira proativa.

Para Costa (2014), a palavra revitalização oferece este tom revelador, muito mais do que outros conceitos próximos a ela, como a requalificação, por exemplo, pois se aplicado a áreas anteriormente centrais, vitais da cidade, que foram alvo de reestruturação, remeterá para os usos e para as lógicas de estruturação tradicionalmente existentes nesses espaços, mas não se restringindo a eles, assumem, portanto, novos contextos e desafios que surgem com a transformação, devendo equacionar (re)nova(da)s formas, dinâmicas e processos que levem vitalidade urbana para estes territórios.

Atenta-se para a diferença conceitual das terminologias utilizadas nas intervenções urbanas. De acordo com a Carta de Lisboa (1995), o conceito de *reabilitação* se apresenta como sendo uma estratégia de gestão urbana, que induz a compreensão de seu significado como sinônimo de *requalificação* e que em seguida aproxima esse conceito da definição de *revitalização* (VARGAS; CASTILHO, 2006). Ambos os conceitos carregam a necessidade de dar nova vida às áreas decadentes da cidade.

No entanto, há que se considerar que, de acordo Vargas e Castilho (2006), existe uma diferença entre a reabilitação, que exige que sejam mantidas a identidade e as características do lugar, e a requalificação, que pode ser adotada em zona com ou sem identidade. Na interpretação das mesmas, o termo revitalização se aproxima muito do termo de requalificação e ambos implicam em dar nova vida, nova atividade econômica a áreas decadentes das cidades.

Sobre as operações dirigidas às áreas urbanas antigas, Casares (1997) entende que a revitalização do centro histórico deve manter a população que se encontra no local, atrair a população que o abandonou, além de buscar novos usuários.

E Peixoto (2009) menciona Peña, quando ele diz que o objetivo da revitalização é conservar e reabilitar o patrimônio do centro histórico, devolvendo a sua importância funcional mediante a revitalização das atividades comerciais e dos serviços tradicionais, além de outros que tornem o local atraente para aqueles visitantes interessados pela história e pela cultura local. Neste sentido, observa-se que o que está ocorrendo no espaço público do Mercado Central se distancia do que se espera da revitalização.

Porém, há que levar em consideração o fato de que a “reposição da totalidade” implicaria num falso histórico, “afinal toda a cidade é histórica, pois ela é a materialização do processo histórico; é impossível não deixar de atribuir juízo de valor ao escolher as áreas para intervenções” (VARGAS; CASTILHOS, 2006, p.62). Sendo assim, como mencionam as referidas autoras, no caso da renovação urbana que abre espaço para a reabilitação (revitalização, regeneração), as práticas urbanísticas reconhecem o valor da história na cidade e do homem enquanto ser cultural.

Cabe salientar que a utilização dos prefixos RE faz menção a uma preexistência, ele procura incluir em sua estratégia o tempo na análise do espaço (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Ao enfatizar as questões nas quais se apoiam os projetos de revitalização, com suas motivações e necessidades, assim como suas consequências para a população, sejam elas negativas ou positivas, dispõe-se de uma série de argumentos para embasar este trabalho de pesquisa no que tange aos assuntos de interesse público e privado. E, como mencionado anteriormente, Frúgoli Jr. (2000) acredita que David Harvey considera a promoção da revitalização de áreas centrais das metrópoles como sendo um modo de atrair capital e pessoas, ressignificando os espaços urbanos e tornando-os mais convidativos do ponto de vista comercial e turístico.

Zukin (1995), quando se referia a revitalização do Bryant Park, em NY, deixou

claro o caráter seletivo das estratégias utilizadas, quando mencionou em sua obra que: “As estratégias culturais que foram escolhidas para revitalizar o Bryant Park levam consigo a implicação de controlar a diversidade, recriando uma visão consumada de civilidade” (ZUKIN, 1995, p.31)⁹.

Sharon Zukin (1995), já naquela época, ao estudar a cultura das cidades, observava as estratégias culturais de revitalização, enfatizando a questão consumista e o modo de controle da diversidade dos locais que sofreram as intervenções urbanas, evidenciando o interesse econômico e cultural. Ao trabalhar com o tema da ressignificação social do Mercado Central de Pelotas após sua revitalização, ler a obra de Zukin (1995) foi fundamental para atentar aos fenômenos que podem ter influenciado os agentes promotores da proposta de revitalização e uso do espaço público do Mercado.

Na proposta de reciclagem do Mercado Público de Pelotas, Villela (1995) menciona alguns conceitos de revitalização editados pela revista Projeto nº 160 e utiliza o seguinte conceito:

Revitalização é incentivar a atribuição de novos usos e funções, tornando as edificações compatíveis com as necessidades de uma sociedade contemporânea e apresentando-as como alternativa para a crescente demanda de novas construções e equipamentos urbanos (VILLELA, 1995, p.8).

A princípio, acredita-se ser este o conceito que mais se aproxima do processo de requalificação/revitalização do Mercado Público de Pelotas, utilizado na prática pelos agentes operadores e promotores da reforma.

No próximo capítulo serão apresentados os procedimentos de pesquisa e suas ferramentas metodológicas que foram empregadas, visando apresentar a escolha feita pela pesquisadora e facilitar a compreensão e acompanhamento do trabalho desenvolvido nesta dissertação.

⁹ “*The cultural strategies that have been chosen to revitalize Bryant Park carry with them the implication of controlling diversity while re-creating a consumable vision of civility*” (ZUKIN, 1995, p.31).

Capítulo III - Metodologia e campo de pesquisa

Este trabalho procurou observar e identificar as mudanças ocorridas no Mercado Central de Pelotas após sua revitalização, visando a compreensão dos fenômenos sociais que ocorreram e estão ocorrendo no local e que vêm ressignificando seu uso. Após serem aplicadas as técnicas metodológicas propostas, apoiadas no arcabouço teórico, bem como a interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo, foi possível identificar diversos fatores que contribuíram para a ressignificação social do uso do espaço público do Mercado Central da cidade de Pelotas/RS.

Foi realizado um estudo qualitativo com a aplicação das seguintes técnicas: a) entrevista com dois dos antigos permissionários do Mercado Central, com a identificação dos participantes; b) entrevista com dois novos permissionários do Mercado Central, com a identificação dos participantes; c) entrevista com dois dos antigos permissionários do Mercado Central que retornaram ao local após a revitalização, ambos identificados; d) entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas; e) questionário escrito com perguntas abertas e fechadas, aplicado a 20 frequentadores do Mercado Central, sem identificação dos participantes; f) análise de quatro documentos relativos ao MCP; e, g) fotografia utilizada como recurso ilustrativo.

A pesquisa exploratória foi realizada no local utilizando as técnicas da observação do espaço social e da fotografia concomitantemente, a fim de compreender a dinâmica social do uso do espaço do Mercado, bem como adquirir uma maior proximidade com o objeto de estudo. A observação não participante ocorreu de novembro de 2015 até junho de 2016, possibilitando à pesquisadora a obtenção de dados relevantes para a formulação das perguntas contidas nas entrevistas e no questionário, que vieram a ser aplicados pela pesquisadora após a

qualificação do projeto de pesquisa, em data de 04 de julho de 2016. A pesquisadora seguiu se valendo da observação até novembro de 2016.

Também foram previamente analisados documentos relativos à reforma e às regras sobre a utilização do espaço do Mercado pelos permissionários e ocupantes, dentre outros que viabilizaram a identificação de questões de ordem burocráticas e econômicas que possivelmente impediram o retorno de alguns dos antigos permissionários ao Mercado Central, bem como podem ter comprometido a ocupação da totalidade das lojas, bancas e quartos, pois até pouco tempo o Mercado ainda dispunha de um número significativo de espaços vazios.

Como especificado acima, a técnica da entrevista foi aplicada aos antigos e novos permissionários do Mercado e ao Secretário de Desenvolvimento Econômico e de Turismo de Pelotas, atual administrador do MCP e todos os entrevistados autorizaram sua identificação e a utilização das entrevistas e das informações concedidas na presente pesquisa. Os Termos de consentimento assinados por cada um deles encontram-se no Anexo F.

As entrevistas foram realizadas com perguntas abertas e pretendeu-se dar liberdade as pessoas entrevistadas para que se manifestassem sobre o que pensam da revitalização do Mercado e suas mudanças, além das perguntas específicas a cada grupo, que podem ser vistas nos roteiros de entrevistas que estão nos Apêndices A, B, C e D

O gravador e o telefone celular foram utilizados como instrumentos para registrar a fala destes atores sociais, visando garantir o sucesso das entrevistas que foram transcritas pela pesquisadora. Os entrevistados, inicialmente, foram comunicados pela pesquisadora sobre o tema da pesquisa e sobre a liberalidade que tinham para a qualquer tempo desistir de participar da pesquisa e também sobre o fato de que eles seriam identificados caso consentissem na participação, conforme sua vontade.

Segundo Ribeiro (2014, p.106),

a tarefa do entrevistador se realiza em organizar o “dito” e “não dito” em redes, “teia, com ramificações”, de vínculos sociais encarnados pelos diferentes estados do capital cultural – incorporado (“personificado”), “objetivado” e “institucionalizado”. A abertura hermenêutica da interpretação sobre a interpretação de identidades estigmatizadas pelo sistema cultural dominante viabiliza enxergar na coerência discursiva contradições e conflitos sociais.

As entrevistas realizadas com os antigos e novos permissionários do Mercado Central foram elaboradas com perguntas abertas, visando dar maior liberdade à fala dos entrevistados. Todos eles fizeram ou fazem parte do cenário do Mercado Central de Pelotas, pois os entrevistados possuíam ou possuem atividades comerciais e de prestação de serviços estabelecidas neste espaço público. No decorrer de cada entrevista foi concedida a liberdade aos antigos e novos permissionários, bem como ao Secretário, para suscitar novas questões pertinentes ao tema, que foram acolhidas e devidamente analisadas pela pesquisadora.

A pesquisadora foi bem recebida pelos entrevistados, que demonstraram grande interesse em participar da pesquisa, evidenciando a necessidade que cada sujeito tinha de falar sobre o tema, relatando, muitas vezes, suas angústias, através de desabaços.

Foram aplicados 20 questionários, constante no apêndice E, escritos com perguntas abertas e fechadas, sem identificação dos participantes, frequentadores do Mercado Central de Pelotas, que se encontravam no local consumindo em bares, lojas, feiras, simplesmente passeando ou ainda os passantes.

Este questionário buscou identificar o perfil socioeconômico do frequentador do MCP e as perguntas foram elaboradas pela pesquisadora que utilizou alguns dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O IPEA¹⁰ é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

Foram feitas perguntas como, ocupação, qual o grau de instrução, se possui ou não casa própria e se possui ou não automóvel, buscando apreender o perfil do frequentador, a prática de ir ao Mercado e as mudanças desta prática, após a revitalização do MC de Pelotas.

O questionário continha questões sociodemográficas sobre sexo, idade, ocupação, nacionalidade, naturalidade, se mora em Pelotas e em qual bairro reside.

Também foram inseridas perguntas sobre a prática de ir ao Mercado Central antes e depois da reforma, com a finalidade de obter informações sobre o público

¹⁰ Conferir link: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=1226&Itemid=68>.

frequentador, tais como: porque frequentava, porque não frequentava, porque frequenta atualmente ou porque não frequenta atualmente, bem como com que frequência frequentava ou frequenta o Mercado. Além disso, foi acrescentada uma última questão aberta para os voluntários da pesquisa falarem um pouco sobre o que pensam acerca da reforma do Mercado Central de Pelotas.

Ainda, em relação a aplicação dos 20 questionários aos frequentadores do Mercado, é importante destacar que ocorreu em dias e turnos alternados, distribuídos da seguinte forma: cinco foram aplicados na segunda-feira, em dia normal de funcionamento dentro do Mercado; cinco foram aplicados na terça-feira à tardinha, no dia do evento Terça com Música; cinco foram aplicados na quinta-feira à tarde, dia em que ocorre a feira orgânica no Largo do Mercado; e os últimos cinco foram aplicados aos frequentadores no sábado à tarde, dia em que ocorrem a Feira da Pulga e os shows de samba e pagode.

Os dias e os turnos foram escolhidos pela pesquisadora que se baseou na sua observação exploratória do Mercado, visando alcançar o maior número de frequentadores em dias distintos, procurando incluir os dias de atividades e eventos que ocorrem no Mercado e no Largo Edmar Fetter, como a “Feira da Pulga” (sebo, antiguidades e artesanatos), a Feira de alimentos orgânicos, bem como as atividades culturais (shows), a exemplo, a Roda de Samba e o Choro no Mercado, além de entender a relevância para a pesquisa do dia de funcionamento normal do Mercado sem a ocorrência de atividades culturais e de entretenimento.

Buscou-se atingir o maior número possível de frequentadores, com o objetivo de apurar o perfil socioeconômico dos mesmos a fim de verificar se ocorreu mudança relativamente à capacidade de consumo dos frequentadores, bem como averiguar se houve a evasão de um público com menor capital escolar e menor poder aquisitivo e, por consequência, a atração de um público com maior poder aquisitivo e capital escolar, buscando compreender quais foram as mudanças que ocorreram em relação às classes frequentadoras do Mercado Central de antes e da atualidade.

Os sujeitos entrevistados demonstraram boa vontade em participar da pesquisa e os resultados foram satisfatórios.

Com a análise de documentos pertinentes ao Mercado Central de Pelotas, também se encontrou suporte material e documental para embasamento desta

dissertação¹¹:

Foram eleitos documentos relevantes para a pesquisa que passaram a ser analisados pela pesquisadora com o intuito de conhecer e compreender o funcionamento do MCP, juntamente com sua administração municipal, bem como conhecer os processos de concorrência através de seus editais para a ocupação das lojas, bancas e quartos pelos permissionários após a reforma.

A seguir, apresenta-se o rol dos documentos que foram analisados:

a) o **Decreto nº 5.079**, de maio de 2008, que institui normas e procedimentos de utilização e de funcionamento do MCP, destinadas aos atuais ocupantes das bancas/lojas do Mercado. Este documento será comentado logo abaixo;

b) o **projeto arquitetônico** de revitalização do Mercado Público;

c) o **Relatório Monumenta**, que busca identificar os agentes promotores e responsáveis pela produção e execução do projeto;

d) o **Decreto Municipal nº 5.571**, de 11 de setembro de 2012, que define, conceitua e identifica os espaços existentes no Mercado Público e institui normas e procedimentos de utilização e funcionamento municipal e dá outras providências;

Este documento institui o regulamento do Mercado Público de Pelotas, nele encontra-se o conceito do Mercado, prédio tombado em 1985, patrimônio histórico do município de Pelotas. O capítulo II do Decreto trata da administração do MPC e suas atribuições. No capítulo III estão dispostas as regras de horário de funcionamento, bem como para o acesso ao Mercado Público. O capítulo IV trata da carga e descarga de mercadorias no MPC. E o capítulo V versa sobre a coleta e condicionamento do lixo.

e) a **Lei nº 4792**, de 1º de março de 2002, que cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural da cidade de Pelotas – Fundo Monumenta – e dá outras providências;

f) o **Decreto nº 5.198**, de 25 de agosto de 2009, que estabelece normas e procedimentos complementares para funcionamento do Mercado Público Municipal durante a fase de transição, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação, e dá outras providências;

¹¹ Alguns dos documentos utilizados estão disponíveis nos Anexos A, B, C, D e E.

g) o **Edital de Concorrência nº 11/2012**, de outubro de 2012, que dispõe sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

h) o **Edital de Concorrência nº 12/2012**, que dá Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

i) o **Edital de Concorrência nº 13/2012**, que trata sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

j) o **Edital de Concorrência nº 14/2012**, que versa sobre a permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

k) o **Edital de Concorrência nº 06/2013**, que fala sobre a permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 16 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

l) o **Edital de Concorrência nº 07/2013**, que dispõe sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 16 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

m) o **Edital de Concorrência nº 09/2013**, que dispõe sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de quatro bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

n) o **Edital de Concorrência nº 12/2013**, que dispõe sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 36 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

o) o **Edital de Concorrência nº 03/2016**, que trata sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 10 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

p) o **Edital de Concorrência nº 12/2016**, que versa sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais;

q) **Planta dos usos do Mercado Público Municipal** – Legenda da Proposta de uso.

Dos documentos supracitados que foram selecionados e analisados pela pesquisadora, apenas quatro deles serão comentados neste trabalho, por terem sido considerados de maior relevância para este estudo. Tais documentos corroboraram algumas das hipóteses levantadas inicialmente na pesquisa.

3.1 Considerações sobre a metodologia

Com o intuito de registrar um breve relato de pontos importantes sobre a experiência do trabalho de campo, bem como a utilização da metodologia eleita para esta pesquisa e também para que se acompanhe o passo a passo da pesquisadora até chegar aos seus resultados, faz-se necessário este tópico. A pesquisadora está ciente de que uma análise macrossociológica sobre as categorias possíveis de serem levantadas neste estudo seria uma tarefa um tanto longa que viria a requerer um espaço de tempo muito maior do que o tempo que se dispõe para a confecção de uma dissertação de mestrado. No entanto, consciente da dificuldade de delimitar a amostra deste estudo, a pesquisadora entende ter se estendido além das suas expectativas iniciais em relação a pesquisa de campo, cujos dados renderam muitos resultados, que tornou excessivamente trabalhoso na ocasião de suas análises.

Acredita-se que os resultados que foram alcançados dão suporte para a comprovação ou refutação das hipóteses levantadas inicialmente.

3.2 A pesquisa de campo no Mercado Público Central de Pelotas

Neste estudo, como mencionado anteriormente, foi utilizada a técnica da observação não participante, a observação naturalista e sem controle, típica de pesquisas qualitativas.

A técnica da observação no espaço público do Mercado Central e no Largo Edmar Fetter foi aplicada após a definição do tema, em novembro de 2015, e perdurou até a qualificação do projeto em julho de 2016, no entanto, permaneceu ocorrendo esporadicamente até novembro de 2016. A observação foi sendo realizada em meses, semanas e dias alternados, pois a pesquisadora procurou levar em conta fatores que lhe pareciam importantes, para que pudesse atingir o melhor resultado com obtenção do maior número de dados possível. As observações renderam algumas hipóteses que auxiliaram na elaboração do roteiro das entrevistas e dos questionários que foram aplicados e contribuíram para a análise dos dados e dos resultados. Verificou-se que em determinados dias da semana o Mercado era pouco frequentado, melhor referindo, nos dias em que o Mercado Central não conta com aqueles eventos já citados que costumam acontecer na parte interna e externa (no Largo) do Mercado.

De segunda a sexta-feira, o Mercado funciona com o comércio interno e externo das 8h às 18h, porém os bares e restaurantes podem funcionar até as 24h. Durante o tempo em que foi realizada a observação no local, identificou-se alguns fatores interessantes que serão abordados.

Na segunda-feira, o Mercado possui movimento relativamente fraco nas lojas internas e também nos bares e restaurantes da parte externa. No entanto, se percebeu que as barbearias localizadas ao sul, na Rua Tiradentes, possuem uma freguesia garantida, o que ocorre também com as peixarias e açougues localizados na Rua Andrade Neves.

Na terça-feira, o Mercado possui um maior número de frequentadores que vão ao Mercado para o evento “Terça com Música”, que acontece a partir das 18h. No entanto, este público não costuma consumir produtos nas lojas do Mercado, consomem nos bares e restaurantes.

Na quarta-feira, a vida no Mercado Central continua no mesmo ritmo de

segunda-feira, com produtos e serviços à disposição de todos, mas o que se verificou é que nestes dias da semana há um pequeno fluxo de consumidores nas lojas e bancas do Mercado. O que se vê basicamente, são os “passantes”, pessoas que utilizam o Mercado como passagem, passam pelos corredores como se passassem por galerias de comércio e não costumam parar. As pessoas param eventualmente para um cafezinho e um tradicional doce de Pelotas, na famosa doceria Imperatriz, loja que foi aberta quando da ocasião da reinauguração do Mercado Central e que visivelmente possui uma boa clientela.

Outro fato relevante é o sinal da internet, que qualquer pessoa pode utilizar até mesmo nos corredores do Mercado, que possuem bancos onde muitos se sentam para acessar internet, porém, não ficam muito tempo.

Já na quinta-feira, percebeu-se um maior movimento de pessoas na parte externa do Mercado, especificamente no Largo, onde se instala a feira de alimentos orgânicos. Neste dia, além dos consumidores de produtos da feira, possivelmente ocorre um aumento de consumidores nas lojas internas, pois parece que aqueles que vão à feira aproveitam para dar uma passadinha nas bancas do Mercado.



Figura 8 – Feira de alimentos orgânicos. Data: Novembro de 2016.
Fonte: Fotografia da autora

Na sexta-feira percebeu-se que durante o dia a dinâmica no Mercado permanece a mesma e que a partir das 18h começa a se formar a festa “Charmeira”,

que acontece no saguão esquerdo da frente do Mercado, uma festa de negros, com “black music”, onde somente um barzinho interno, fica aberto vendendo cerveja gelada e batatas fritas, chamado Banca 42. Nesta noite, a parte interna do Mercado excepcionalmente permanece aberta até as 23h, com entrada pelo portão principal do Largo. Ainda na sexta-feira, presencia-se um grande movimento nos barzinhos externos do Mercado, desde o *Happy Hour* até a madrugada.



Figura 9 – Movimento nos bares externos. Data: 03/02/2015.

Fonte: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/ao-ar-livre-mercado-central-esta-consagrado/>

O sábado é dia de festa no Mercado Central de Pelotas, pois é neste dia que os maiores eventos ocorrem: a feira da Pulga, o Choro, a Roda de Samba, música ao vivo nos bares, etc. O movimento começa a partir das 8h, quando os expositores da feira começam a instalar e armar suas bancas com seus produtos, em geral antiguidades e sebo de toda espécie (objetos, livros, roupas, discos, acessórios...) e por volta das 10h o Mercado Central está repleto de visitantes, de comerciantes e algumas vezes de artistas. Também ocorrem os eventos itinerantes e de diversas instituições e de iniciativa privada e pública (SESC, Prefeitura Municipal). Em datas festivas também costumam acontecer eventos no Largo Edmar Fetter, como, por exemplo, no dia das crianças, Natal, Páscoa, além de outros criados para incentivo da cultura e integração na cidade, como por exemplo a Virada Cultural.



Figura 10 - Roda de Choro no Mercado. Data: Agosto de 2016.
Fonte: <http://www.pelotas13horas.com.br/>



Figura 11 - Samba no Mercado. Data: Maio de 2016.
Fonte: <http://www.pelotas13horas.com.br/>

Após observar a dinâmica no Mercado Central, aprimorou-se os roteiros das entrevistas (sete) e os questionários que seriam aplicados aos frequentadores (vinte).

As entrevistas semiestruturadas, cujos roteiros acompanham este trabalho, seriam realizadas com os novos e antigos permissionários do Mercado, que totalizariam seis sujeitos entrevistados. A entrevista que foi realizada com o Senhor Fernando Estima, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, ficou por último por razões técnicas, pois a partir da fala dos antigos e novos permissionários entrevistados, foram suscitados certos questionamentos que contribuíram para a formulação das perguntas destinadas ao administrador do Mercado Central de Pelotas.

No período entre setembro e dezembro de 2016 ocorreram todas as entrevistas que foram previamente agendadas com os permissionários (antigos e novos) e com o administrador do MCP, sendo elas realizadas nos estabelecimentos comerciais e de trabalho de cada um deles.

Sobre os dois antigos permissionários do MCP que não retornaram ao Mercado Central quando reaberto, após a reforma, no final do ano de 2012: o dono da Casa Vidal, foi entrevistado na Loja Vidal, que hoje fica localizada na Rua Tiradentes e o dono da Louça Branca foi entrevistado no seu estabelecimento de comércio, também localizado na Rua Tiradentes. Os dois antigos permissionários que retornaram ao MCP quando da entrega das obras, o Senhor Oliveira, foi entrevistado na sua Barbearia localizada na Parte Sul do Mercado e, a Márcia, dona da Casa de Vimes, foi entrevistada também na sua própria loja, que fica na parte interna do Mercado, esquina do portão Sul.

Os dois novos permissionários que instalaram seus negócios no MCP, após a revitalização, foram entrevistados em seus estabelecimentos: a Márcia da Casa de Artesanatos, que fica ao lado da doceria Imperatriz, na parte interna do Mercado; e Renata do Café Bem Brasil, que está localizado na lateral externa do Mercado voltado para a Rua XV de Novembro. Já o Secretário Fernando Estima foi entrevistado no Parque Tecnológico onde desenvolve sua função.

Pelo fato de que todos os entrevistados (permissionários) se encontravam nos seus locais e horários de trabalho, por algumas vezes as entrevistas foram interrompidas, já que eles necessitavam atender seus clientes.

Cada entrevistado demonstrou sua particular disposição para responder as perguntas feitas pela entrevistadora, porém, foi possível perceber que inicialmente os entrevistados demonstravam certo desconforto ao falar do Mercado Central por razões diversas e distintas que logo serão esmiuçadas neste trabalho.

3.3 O recorte do objeto e a dinâmica do espaço pesquisado

O objeto de estudo será analisado a partir de um recorte espacial e temporal. Espacial que compreenderá o espaço público, englobando o prédio do Mercado Central de Pelotas com seus espaços comerciais e públicos, além do Largo Edemar

Fetter, pelas razões abaixo aludidas e temporal que compreenderá o espaço de tempo entre os anos de 2008 a 2016, no que se refere a documentação analisada, bem como a aplicação das técnicas da observação, da entrevista e do questionário.

O espaço público estudado compreende o prédio do Mercado Central de Pelotas, objeto de estudo desta pesquisa, que foi alvo da revitalização ocorrida entre os anos de 2008 e 2012, composto pelas suas lojas, bancas, quartos, corredores, banheiros e áreas administrativas.

O espaço público do Largo Edmar Fetter que foi construído durante o período das obras de reforma do Mercado e que hoje serve de cenário para feiras livres e exposições de artesanato e antiguidades, bem como para eventos culturais e sociais, será levado em conta em vários momentos da pesquisa, já que as práticas sociais, comerciais e culturais que ocorrem ali frequentemente se misturam com as mesmas práticas que acontecem no Mercado Central.



Figura 12 – Feiras livres e exposição de artesanatos e antiguidades. Data: abril de 2017.
Fonte: Fotografia da autora

Depois de analisar a Planta Baixa¹² do prédio do Mercado, que foi obtida junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, foi possível identificar 87 espaços disponíveis destinados à diversas atividades comerciais, como: para venda de carnes e peixes, gastronomia, comércio em geral, Instituições,

¹² Conferir Anexo E.

barbearias, floricultura, empório, agência de turismo, Memorial Pelotas, informação turística, além dos quatro espaços destinados à administração, zeladoria e manutenção do local.

No MC de Pelotas percebe-se que depois de sua reforma que foi acompanhada da construção do novo espaço público do Largo (calçadão), localizado na frente Norte, os novos empreendimentos que se localizaram para este lado do prédio, tanto na parte interna como na parte externa, funcionam com maior intensidade, ou seja, contam com um maior número de clientes e frequentadores. O que é o caso dos bares e restaurantes com acesso à rua, bem como da casa de doces e lembranças de Pelotas. Em contrapartida, as lojas que ficaram instaladas na parte interna Sul do Mercado contam com um movimento de consumidores e frequentadores menor, que é o caso, por exemplo, da antiga Casa de Vimes e artesanatos da Márcia, antiga permissionária que retornou ao Mercado após a revitalização, entrevistada nesta pesquisa.

Capítulo IV - Descrição dos resultados

Neste capítulo serão analisados os resultados dos dados coletados na pesquisa de campo. Primeiramente, apresenta-se os sete sujeitos sociais entrevistados. Logo em seguida, no segundo ponto, levanta-se a discussão sobre se os antigos permissionários do MC de Pelotas participavam efetivamente das reuniões para deliberar sobre assuntos pertinentes ao processo de revitalização e tudo o mais que o processo envolveu. As categorias de análise estão dispostas no terceiro ponto deste capítulo, que passam a ser articuladas com a fala dos sujeitos sociais. Os dois subitens seguintes tratam das categorias da gentrificação e da ressignificação social, bem como a da revitalização e da centralidade no Mercado Central. Já nos pontos 4.4 e 4.5 serão analisados os resultados dos questionários aplicados aos 20 sujeitos sociais do grupo dos frequentadores, bem como serão analisados os quatro documentos (decretos e editais) eleitos na pesquisa.

Após o estudo dos resultados obtidos a partir das técnicas aplicadas na pesquisa (entrevistas, questionários e análise documental), se discutirão as hipóteses levantadas e o problema de pesquisa.

4.1 Apresentando os sujeitos entrevistados na pesquisa

A entrevista semiestruturada foi a escolha metodológica mais eficiente para obter as informações necessárias por parte dos sujeitos envolvidos neste estudo, já que, neste tipo de entrevista, os entrevistados ficam livres para expressar seus sentimentos, impressões, suas opiniões pessoais, inclusive suas dúvidas e equívocos em relação ao tema, o que realmente ocorreu em quase todas as entrevistas realizadas.

Os critérios analíticos utilizados na pesquisa abrangem questões de ordem social, cultural, econômica e administrativa do MCP, bem como as categorias de análise presentes nas entrevistas (criadas a partir de conceitos). A seguir apresenta-se o quadro de entrevistados, sujeitos sociais da pesquisa que participaram da entrevista gravada pela pesquisadora, com média de duração de uma hora e meia cada uma.

Quadro 1 - Rol de entrevistados - Sujeitos sociais da pesquisa

Antigos permissionários do MCP	02
Antigos permissionários que retornaram ao MCP após a revitalização	02
Novos permissionários do MCP	02
Administrador do MCP	01
TOTAL	07

Fonte: Elaboração da autora

Neste momento, faz-se uma breve apresentação dos entrevistados, para que os leitores possam conhecê-los melhor, a partir de suas particularidades, visando colaborar com a compreensão de suas falas. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2016.

4.1.1 Os antigos permissionários que não retornaram ao Mercado Central após a revitalização

Foram identificados dois antigos permissionários do MCP que saíram do local na ocasião do início das obras de revitalização e não retornaram ao Mercado após sua reabertura. Ainda hoje eles mantêm a mesma atividade comercial que tinham no Mercado e seus estabelecimentos ficam localizados próximo ao Mercado Central. Este grupo foi considerado relevante, pois importa saber os motivos que os levaram a sair deste espaço público após o processo de revitalização, mesmo depois de muitos anos trabalhando nas bancas do Mercado.

Entrevistado nº 1

A entrevista realizada com José Carlos de Souza Carré foi na sua Loja Louça Branca, que está atualmente localizada na Rua Tiradentes quase esquina Anchieta. O entrevistado se mostrou interessado em participar da entrevista com muita disposição.

O entrevistado possui 57 anos de idade, é natural de Pelotas e desempenha a sua atividade no ramo do comércio de porcelanas que herdou de seu pai, que foi um permissionário do Mercado Central de Pelotas por 42 anos e lá permaneceu até 2009, quando começaram as obras de revitalização. José Carlos começou a trabalhar no MCP na loja de seu pai a partir da década de 80.

Entrevistado nº 2

Esta entrevista com o proprietário da Casa Vidal, ocorreu na loja estabelecida na Rua Tiradentes, quase esquina XV de Novembro, local de trabalho do entrevistado Marco Antônio Magalhães Vidal, que é pelotense, microempresário, comerciante de 52 anos, cuja família esteve trabalhando no Mercado Central por 56 anos consecutivos. Seu negócio pertencia ao pai e foi a partir do ano de 1985 que o entrevistado passou a trabalhar com seu pai, no MCP de Pelotas.

A família do entrevistado ocupava três espaços no Mercado antes da revitalização, que ficavam localizados na torre da rua XV de Novembro com a rua Tiradentes. Tais espaços são considerados quartos, pois estão na parte externa do prédio. Este permissionário comercializava miudezas, armarinho em geral, atividade que até hoje exerce. O entrevistado diz ter permanecido com sua loja no Mercado Central de Pelotas até o início das obras de reforma do prédio em 2009.

4.1.2 Os antigos permissionários do MCP que retornaram ao Mercado após a revitalização

Foram identificados dois permissionários antigos do MCP que decidiram retornar ao local com seus negócios, após a revitalização e que nesta pesquisa contribuíram com seus relatos sobre as motivações que os levaram a permanecer no espaço público do Mercado Central. Um está localizado na parte interna e outro na parte externa do prédio do Mercado.

Entrevistada nº 3

A terceira entrevistada foi Márcia Santos de Farias, de 37 anos, natural de Pelotas, proprietária da Casa de Vimes, loja de artesanatos em vime localizada no

sul da parte interna do Mercado. Ela se considera comerciante no Mercado desde antes do início da reforma/revitalização (2008/2009) e permanece lá até hoje. A entrevista foi realizada na loja da Márcia, durante seu horário de trabalho. Márcia estava com seu bebê de colo e teve que dividir sua atenção entre a entrevista, o atendimento da loja e o bebê. Mas o que mais chamou a atenção foi a comoção da entrevistada durante todo o tempo da entrevista, que durou aproximadamente 1h40, pois ela demonstrou sua profunda mágoa com as mudanças que sofreu concomitantemente à revitalização do Mercado Central e sua consternação pelos antigos permissionários do Mercado. A entrevistada chorou muito e contou parte de sua trajetória familiar e os percalços que tiveram de enfrentar para retornar ao local de trabalho, bem como emocionou-se muito ao falar sobre os ocupantes do MCP que faziam parte deste espaço público, antes do processo de revitalização.

Entrevistado nº 4

O quarto entrevistado é Fernando Conceição Oliveira, de 75 anos, pelotense, casado e dono da Barbearia Oliveira, que atualmente fica localizada na frente Sul do Mercado Central de Pelotas, na Rua Tiradentes. De acordo com o entrevistado, sua ocupação é barbeiro desde que foi para o Mercado em 02/03/1970, antes ele era um agricultor.

O senhor Oliveira foi entrevistado no dia 16 de novembro, por volta das 14h, na sua barbearia, no horário de trabalho. Nossa entrevista foi interrompida várias vezes, pois o senhor Oliveira tinha que atender seus clientes. Mesmo assim foi possível realizá-la, embora, em alguns momentos, percebeu-se que o entrevistado tinha receio de responder a determinadas perguntas. Na maior parte do tempo ele demonstrou-se disposto e com boa vontade de colaborar com a pesquisa, no entanto, na ocasião da transcrição, notou-se que a gravação estava bem comprometida em virtude dos ruídos da rua e da dificuldade de entender o que o entrevistado falava. Sendo assim, a pesquisadora decidiu por escrever somente o que pôde ouvir com clareza para não prejudicar a pesquisa.

4.1.3 Os novos permissionários do Mercado Central

Selecionou-se dois novos permissionários do MCP, um localizado na parte externa e outro na parte interna do Mercado. Uma das entrevistadas possui um comércio mais novo e a outra se estabeleceu no Mercado logo em seguida de sua reabertura.

Entrevistada nº 5

Renata Lima Pereira, 31 anos, brasileira, pelotense, proprietária do Bar e Café Bem Brasil, é geógrafa que tem por ocupação atual ser comerciante. Renata foi a quinta entrevistada e faz parte dos novos permissionários do Mercado Central de Pelotas que lá instalaram seus negócios após a revitalização.

A entrevista foi realizada no próprio local de trabalho de Renata, na parte da tarde, quando ela estava atendendo, juntamente com seu companheiro Bruno, que trabalha lá também, mas neste horário o movimento estava calmo, segundo eles, o que possibilitou uma entrevista tranquila.

Renata diz que o bar foi aberto há três meses, ele está localizado na parte de fora do Mercado Central, pela rua XV de Novembro, Quartos 14 e 15, perto da torre sul da rua Tiradentes. A atividade desenvolvida ali, segundo ela, é cafeteria, Choperia, lanches e alimentação. A entrevistada também relata que tem atividades culturais na cafeteria, como música ao vivo, por exemplo.

Entrevistada nº 6

A sexta entrevistada é Márcia Pereira de Pereira, tem 57 anos de idade, é natural de Pelotas e arquiteta (*“eu sou arquiteta por formação e artesã por ofício”*). Ela faz parte do grupo dos novos ocupantes do Mercado Central e trabalha na casa de artesanatos, na Banca 43, que fica ao lado do restaurante Cavalo Branco, localizada na parte lateral interna do Mercado que dá para a Rua Andrade Neves.

Esta loja ocupa um local no Mercado que é considerado institucional, a loja pertence a associações de artesãs com grupos cooperados de artesanato em lã, de artesanato com rede de pescadores e de artesanato da Lagoa dos Patos, que contam com o apoio do SEBRAE. Márcia disse que acha que a loja se instalou no

Mercado em 2013: *“Pois é, é o que eu tô te dizendo, eu não tenho bem certeza, só olhando nas atas pra ver a data que foi, mas se eu não me engano foi janeiro de 2013 [...]”*. Márcia conta que trabalha como artesã e no MPC de Pelotas desde a abertura da banca e que foi uma das primeiras a reocupar o prédio revitalizado.

4.1.4 Entrevista com o Secretário de desenvolvimento econômico e turismo

Na qualidade de administrador atual do Mercado Central de Pelotas, este entrevistado foi eleito para representar a Prefeitura Municipal em suas decisões referentes a este espaço público de Pelotas.

Entrevistado nº 7

A entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, responsável pela administração do Mercado Central de Pelotas, Senhor Fernando Estima, foi realizada em dezembro de 2016, no Centro Tecnológico, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, localizado no Bairro Areal.

O Senhor Fernando foi muito solícito, concordou plenamente em participar da pesquisa e a entrevista teve uma duração longa, aproximadamente duas horas, além do tempo estimado pela pesquisadora e foi muito rica em informações.

Em alguns momentos o Secretário deixou claro que não foi durante sua administração que ocorreram determinados fatos e que ele não havia participado nem do projeto de revitalização do Mercado Central e nem da criação das regras e disposições dos primeiros processos de licitações das bancas do Mercado, bem como também não teve nenhuma participação em relação ao retorno dos antigos permissionários ao Mercado.

Ao Secretário, atual administrador do MCP, Sr. Fernando Estima, foram feitas perguntas relativas ao Mercado semelhantes as que foram dirigidas aos permissionários. Porém, a ele foram formuladas questões pertinentes à administração do Mercado, bem como aos processos de Concorrência e Licitação das bancas do Mercado, além de outras questões ligadas aos conflitos e divergências identificadas na fala dos permissionários. Também foram suscitados pontos relevantes que viabilizaram o diálogo com a teoria.

Antes de entrar nas categorias de análise importa enfatizar a questão da participação em reuniões por parte dos permissionários que estavam ocupando o Mercado Central antes, durante e após a revitalização, no que se refere ao poder deliberativo e participativo dos mesmos.

4.2 Poder de participação dos permissionários nas decisões do MCP

Buscou-se saber dos entrevistados que pertencem ao grupo dos antigos permissionários que não retornaram ao Mercado e daqueles antigos que retornaram ao Mercado se eles participaram das decisões sobre as mudanças ocorridas no MCP de Pelotas desde o projeto de revitalização do prédio e da criação do Largo, bem como se eles possuíam algum poder de decisão para deliberar junto a Prefeitura, além de buscar saber se eles estavam representados por algum tipo de associação e com que frequência ocorriam as reuniões com a participação dos mesmos.

Os demais sujeitos entrevistados, ou seja, os novos permissionários do MCP e o atual administrador do Mercado, Sr. Fernando Estima, também foram questionados sobre as reuniões da Prefeitura e a sobre a participação dos permissionários do Mercado nestas reuniões, bem como sobre as questões de ordem administrativa e de representação. Este ponto merece ser analisado na medida em que importa saber se os antigos e os novos permissionários do Mercado Central estavam e/ou estão organizados para isso e como eles percebem sua participação para deliberar sobre a tomada de decisões juntamente com o poder público.

Entrevistado nº 1:

José Carlos, dono da Loja Louça Branca, antigo permissionário do MCP, diz que na ocasião do início da obra do Mercado o administrador era o Secretário Sr. Mogar Xavier. Segundo o entrevistado, o mencionado Secretário não permitiu que os permissionários na época participassem efetivamente do processo de revitalização do prédio do Mercado. José Carlos diz que:

Quem começou com aquilo lá foi o Mogar Xavier, ele que era o Secretário na época e que deu todas as...na realidade ele não deu, ele disse que a coisa funciona assim, tem que ser assim porque eu visitei o Mercado de Curitiba e o espaço que eles têm é esse e é esse que vocês vão ter se vocês não quiserem tem quem quer e assim que foi dito.

O entrevistado, quando indagado se haviam reuniões para decidir sobre o Mercado, com que frequência ocorriam estas reuniões e também se houve uma participação efetiva por parte dos permissionários em relação as mudanças no MCP, respondeu que não, *“todo o tipo de opinião que a gente dava não era ouvido, não era considerado”*. Sobre as reuniões, José Carlos assevera:

As reuniões foram feitas só pra dizer o que eles queriam mesmo... a gente podia até participar, podia até opinar mais nada era levado em consideração, pelo menos no meu ponto de vista eles tentaram fazer do jeito deles, do jeito que eles quiseram.

José Carlos diz que os permissionários, na época do início das obras, possuíam uma associação que os representava no Mercado, porém, segundo ele, esta *“era muito fraca, ela não tinha poder”*. O entrevistado diz que: *“[...] faltou mais parceria entre os próprios locatários, faltou mais união, então enfraqueceu. União só havia quando estavam na pressão, aí todo mundo queria se unir, queriam arrumar um meio de achar solução e resolver, aí se dividia, cada um separado”*.

Entrevistado nº 2:

Perguntou-se ao segundo entrevistado, o Marco Antônio da Casa Vidal, que faz parte do grupo dos permissionários que não retornaram ao MCP, se havia algum tipo de associação que representasse os permissionários do Mercado na ocasião da reforma, para deliberar sobre como ficariam suas bancas, modo de uso e regras, dentre outras questões pertinentes ao Mercado. Ele respondeu que sim, que eles tinham a *“própria associação do Mercado, a ALOMPEL que se chamava. Associação dos Locatários do Mercado Público de Pelotas”*. Ele completa dizendo que essa associação representava os permissionários *“em parte”*, porque haviam reuniões, mas nem sempre eles conseguiam deliberar sobre as mudanças do MPC juntamente com a Prefeitura. Segundo ele, quem comandava as reuniões era o Sr. Mogar Xavier, ele diz: *“o administrador na época era Eduardo Macluf, quando começou foi ele. Mas o Mogar era quem mandava e desmandava [...] ele que vinha nas reuniões”*.

Conforme relata o entrevistado, as pautas das reuniões eram relacionadas à

obra e sobre as modificações no Mercado. No entanto, ele afirma:

Só que eles não ouviam, né, a nossa opinião era a mínima possível. Nós éramos pouco escutados. O projeto já veio pronto. Eles já chegaram com os projetos praticamente prontos. Diminuíram os espaços, aumentaram a quantidade de lojas...

Entrevistada nº 3:

Indagou-se à Márcia, da Casa de Vimes, se antes e durante a reforma do MCP ocorreram reuniões com os permissionários para deliberar sobre as mudanças decorrentes da revitalização e também se eles eram consultados ou ouvidos pela Prefeitura. Ela disse que ocorreram algumas reuniões, porém essas reuniões eram para informar o que já estava definido pela Prefeitura: *“nos informando assim: que nós sairíamos do Mercado, nunca teve reunião assim de negociação, assim de buscar saber se nós estávamos de acordo ou não [...]”*.

De acordo com Márcia, antes do início das obras de revitalização do Mercado, os permissionários estavam organizados através de uma associação, porém, não havia muito o que esta associação pudesse fazer para garantir os direitos de uso do espaço do Mercado Central por parte dos permissionários, pois muitas decisões foram impostas pela Prefeitura.

Entrevistado nº 4:

Ainda sobre as reuniões, procurou-se saber do Sr. Oliveira, da Barbearia Oliveira, se na ocasião do início das reformas no Mercado ocorriam reuniões com os permissionários para que eles pudessem deliberar sobre as reformas juntamente com o Órgão responsável, se ele participava destas reuniões e também se os permissionários eram consultados e ouvidos pela Prefeitura. Então, ele respondeu: *“Não falaram nada pra gente [...] Tem que pagar lá, não sei o que [...] O que eles fizeram aqui não consultaram NADA, não querem saber de nada da gente, não querem saber se o cara quer ou não quer [...]”*.

O senhor Oliveira conta que ele não sabia de nada sobre as decisões da Prefeitura a respeito da mudança de local e da área de suas bancas no MCP. Ele fala, indignado: *“Não sabia nada disso aí, eles fizeram tudo com o dinheiro [...] Um*

baita trouxe diminuiu as peças pra lá tudo, lá dentro, ficou tudo pequenininho com esse baita espaço na volta. Claro ninguém quer botar nada ali [...]”.

Entrevistada nº 5:

Renata, do Café Bem Brasil, nova permissionária do MCP, disse que ainda não participou de reuniões no Mercado, mas que ela e o companheiro pretendem ir na próxima que ocorrerá em breve. Ela fala que tem conhecimento de que há um grupo responsável pela defesa dos interesses dos permissionários. Segundo ela: *“foram eleitas duas pessoas, o presidente e o vice, e as nossas demandas a gente pode encaminhar para eles e eles encaminham para a Secretaria”.*

A entrevistada diz que nunca conversou com as pessoas que representam os permissionários do MCP, mas diz que sabe que eles existem e que se for necessário eles têm a quem recorrer.

Entrevistada nº 6:

Márcia, que faz parte das cooperadas da Casa de artesanatos, disse que tanto ela como suas colegas de trabalho já participaram de reuniões para permissionários do Mercado, visando deliberar sobre regras, normas de uso, dentre outros assuntos e acrescenta que os permissionários do MCP estão organizados por meio de associação que os representam.

Ela diz já ter recorrido a estes representantes para fazer reclamações e conta que ela própria já fez *“ocorrência no livro”*, dizendo: *“eu sei bem disso porque eu que fui reclamar e sim, sim, seguidamente a gente tem demanda sim”*. Ela conclui dizendo que este grupo de pessoas representantes dos permissionários estão bem organizados, pois sempre dão o retorno para eles.

Entrevistado nº 7:

Sobre as reuniões com a participação dos permissionários do Mercado da época das reformas, para deliberar sobre como ficariam suas lojas, bancas e quartos, sobre onde ficariam instalados os permissionários durante o período das obras, sobre os preços das lojas e o processo de reocupação das mesmas por parte

dos permissionários que já estavam no Mercado, o Secretário Estima reitera que é um herdeiro da administração da época das obras, mas que acredita ter havido reuniões com estes temas em pauta, pois não lembra de nenhum sinal de “*desconforto demasiado*” na época por parte dos permissionários do MC de Pelotas.

Ele diz que os permissionários saíram do Mercado de comum acordo com a Prefeitura e que foram para o Shopping inacabado do Calçadão e para o Beco que, segundo ele, tratava-se de uma “*situação precária*”, além de que os permissionários estavam cientes de que teriam que licitar, pois ele diz que “*havia indicações do MP, pois a Prefeitura vinha fazendo vistas grossas sobre o espaço público, sobre a ordenação*”. Inclusive, segundo o Secretário, os usuários do espaço do Mercado que não tinham passado pelo processo de licitação sabiam que teriam que participar de licitação se quisessem permanecer no MCP. Outra regra que, segundo ele, os permissionários deveriam seguir, era a de respeitar o novo “Mix”, bem como outras que não havia como serem enquadradas: “*Tem algumas regras que não se tratou de diálogo e sim pela impossibilidade de fazer mesmo da forma*”.

Perguntou-se ao Sr. Fernando se os permissionários do Mercado Central estão organizados por algum tipo de associação, se há algum tipo de organização que os represente e se ele acha que este grupo de pessoas representam bem os permissionários do Mercado, se ele acha que hoje existe uma participação efetiva por parte dos permissionários nas decisões relativas ao uso do espaço do MCP. Ele respondeu dizendo que durante todos os três anos a administração municipal do Mercado Central insistiu para que os permissionários criassem uma “*instituição de permissionários*” e que até hoje eles não se organizaram e que agora na renovação da gestão da prefeita Paula Mascarenhas, eles não vão mais esperar que esta iniciativa surja da parte deles. A Prefeitura irá propor aos permissionários, através de uma minuta elaborada pelo setor jurídico, a criação de uma associação.

O Secretário questiona o fato dos permissionários nunca terem feito uma convenção, assim como qualquer prédio que “*em algum momento ele nasce da convenção do condomínio*”. Ele acredita que nunca houve uma associação pelo receio de que isso gere a cobrança de condomínio. Mas, em seguida, ele afirma que a Prefeitura não tem fins lucrativos e ela utiliza os recursos de locação para as despesas do MCP, como limpeza, vigilância, manutenção e outras. No entanto, segundo ele, até agora, por ordem do prefeito, foram contidos os gastos em virtude

da crise. O Secretário completa dizendo: “[...] *que se além do aluguel tenha que gerar condomínio eu acho que seria bom. E não geramos condomínio*”.

Especificamente falando sobre a criação de uma associação dos permissionários do MCP, Fernando diz:

O que eu acho que é um equívoco deles, eu disse assim óh: nós vamos continuar fazendo isso. Eu acho que vocês têm que ter a associação de vocês, tá, para vocês se ordenarem. Porque vocês parecem que são uns filhos assim que querem que o Estado ti dê tudo. Entendeu? O Estado tem que ajudar a reger, e vocês poderiam estar ordenando uma série de questões.

O entrevistado cita um exemplo de como os permissionários poderiam engendrar seus negócios através da promoção do comércio estabelecido no Mercado com uma “*pequena contribuição de fundo*”. E conclui que além dessa ideia também existem outras resoluções que não tem que ser de governo.

Ele fala de questões administrativas e de interesse dos permissionários como no caso de decidir o horário de funcionamento do MCP e menciona a importância que vê na existência de um grupo que represente a voz dos permissionários do Mercado, pois para ele isso facilitaria as tomadas de decisões por parte da Prefeitura: “*Eu preciso que venha um acordo de vocês. Eu não tenho que baixar uma regra. Era muito importante que vocês sistematizassem democraticamente isso*”.

Ele conta:

E aí em alguns momentos eles formaram uma comissão que vinha representar. Porquê? Eu brincava e devolvia alguns assim: "Fernando eu acho que o Mercado tem que funcionar até o horário tal". Meu querido, convençionem isso entre vocês. Quer chamar o pessoal aqui, usa a sala, organizem, eu entro no segundo momento da reunião.

O Secretário diz que a democracia ainda é algo novo e que muitas pessoas não sabem lidar com ela e que os permissionários têm interesses diferentes porque são diferentes, como no caso das peixarias e das barbearias do Mercado. Ele ainda entende que muitas vezes os permissionários deixam de se organizar por questões econômicas, pois entendem que aderir a compromissos resultaria em cobranças de taxas, condomínio, etc., o que para eles parece ser temeroso. Conta o entrevistado:

é impressionante como a nossa experiência da democracia e da liberdade é muito nova. E aí quando tu larga isso eles se atrapalham, se atrapalham. Até porque eles são muito diferentes. O barbeiro não tem nada que ver com a peixaria. Tu tem que acabar provocando, induzindo mais isso. Não era a intenção. Eles têm que ter o receio. Ah, então, agora vocês vão criar a taxa? Não é essa a prioridade. Eu estou dizendo, se eu fosse vocês eu criava

porque com pouco recurso de cada um vocês podiam fazer mídia. Mas a democracia ela é trabalhosa, né.

Fernando Estima conta que na sua gestão como administrador do Mercado Central de Pelotas ele prima por “*fazer uma administração mais técnica, mais justa, tremendamente transparente*” e que também se preocupa pelo fato de que os permissionários não possuem uma “*instituição*”, porque caso eles estivessem organizados, eles não dependeriam “*de quem é o secretário A, secretário B, quem é o prefeito A, o prefeito B*”. Ele acredita que propondo a taxa de condomínio, os permissionários teriam mais iniciativas e mais recursos e, conseqüentemente, mais ações. Completa, dizendo: “*Ações são necessárias*”.

- **Resumo das respostas dos entrevistados sobre a participação por parte dos permissionários em reuniões do Mercado Central**

Em relação a representação dos permissionários nas reuniões que ocorreram antes, durante e depois das obras do Mercado junto à Prefeitura, verificou-se que não houve uma participação efetiva por parte dos permissionários nas decisões tomadas sobre a reforma do prédio, organização das bancas e preços dos espaços do Mercado. Os antigos permissionários entrevistados (04) não se sentiram escutados pelos gestores responsáveis pelo projeto e realização das obras, assim como pela reocupação dos espaços. Os novos permissionários entrevistados (02) não costumam frequentar e participar das reuniões relativas ao MCP. Inclusive o administrador atual diz que espera seja criada uma organização dos permissionários para que eles exerçam seus direitos com maior iniciativa, determinação e democracia, já que até hoje ele não vê uma participação ativa por parte dos permissionários do MC de Pelotas.

4.3 Das categorias de análise

No capítulo II foram tratados alguns conceitos chave para a análise dos dados levantados na pesquisa a partir das informações captadas por meio de entrevistas. As categorias gentrificação, revitalização e centralidade e ressignificação social são úteis para testar a sua validade através das falas dos sujeitos sociais, antigos e

novos permissionários e poder público representado pelo atual administrador do Mercado Central.

Quadro 2 – Categorias de análise

Categoria	Descrição
Gentrificação	Considerada pela expulsão de antigos ocupantes do MPC em decorrência da revitalização. O MPC que passou a ser frequentado por grupos sociais de maior poder aquisitivo (maior capital social).
Revitalização e Centralidade	A centralidade da cidade do ponto de vista valorativo e simbólico em relação a revitalização e a recuperação de atividades comerciais e culturais ao centro histórico e tradicional da cidade.
Ressignificação Social	Formas pelas quais as pessoas, através das práticas sociais, se apropriaram do espaço público do Mercado Central dando significados pelo uso após a reocupação/revitalização.

Fonte: Elaboração da autora

A seguir, tem-se o objetivo de associar a fala dos entrevistados, dos seis permissionários do MCP e do Secretário, administrador do Mercado Central, com a problemática deste estudo, que trata de verificar se a revitalização do Mercado resultou na resignificação do uso deste espaço público pelos sujeitos sociais, se contribuiu para a requalificação da centralidade de atividades comerciais e culturais no espaço público e, ainda, se há idiosincrasia entre os antigos e novos permissionários no tocante à resignificação do Mercado em decorrência da revitalização. Também procura-se averiguar se a revitalização repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores e a evasão de um público com menor poder aquisitivo e menor capital social, que pode ser considerado como o fenômeno da gentrificação. Ademais, trata-se de averiguar se ocorreu o fenômeno da gentrificação pontual vinculada à saída dos antigos permissionários do Mercado em decorrência do processo de revitalização.

Cabe esclarecer que buscou-se associar diretamente as categorias de gentrificação e resignificação social, no lugar de tratá-las separadamente, pois na fala dos próprios sujeitos sociais investigados foi possível identificar a ligação intrínseca entre essas categorias.

4.3.1 Índícios de gentrificação e a resignificação social no Mercado Central de Pelotas e seus elementos

Este estudo se propôs a analisar a possibilidade de ter ocorrido gentrificação no espaço público do Mercado Central após o processo de revitalização que reformou o prédio, deixando-o mais atraente e proporcionando um espaço social com dinâmica de uso distinta daquela que se vivenciava no Mercado antes da reforma, até o início das obras de requalificação. O conceito de gentrificação é amplo, como foi possível estudar no segundo capítulo, e deve-se tomar cuidado para não utilizá-lo de forma genérica. Portanto, procurou-se focar na forma mais pontual da gentrificação relativa aos antigos permissionários do Mercado Central. Para tanto, foram feitas as perguntas que interessam para análise, visando averiguar se os antigos permissionários não retornaram aos seus estabelecimentos no Mercado por razões alheias às suas vontades, como, por exemplo, pelo motivo de valorização da área do Mercado Central, diminuição da área útil de suas lojas, preço alto do aluguel das bancas, assim como pelo enobrecimento e higienização do local que fez com que aqueles pequenos comerciantes não estivessem adequados para o novo modelo de espaço público que surgiu com a intervenção urbana.

4.3.1.1 Preço e área das bancas, lojas e quartos do MCP antes e depois da revitalização

É comum que ocorra uma valorização do solo de áreas centrais das cidades que passam por processo de (re)qualificação, em especial os centros históricos com prédios considerados de valor histórico e com uma dimensão estética importante. Entretanto, essa valorização se sobrepõe aos interesses e necessidades das populações que vêm ocupando tradicionalmente áreas que se tornaram protegidas (Arantes, p.20, 2009). Neste sentido, resolveu-se identificar fatores que ocasionaram a saída dos antigos permissionários do MCP após a reforma do prédio, sendo assim, a suba do preço do aluguel das bancas, bem como a diminuição da área útil das mesmas são dois elementos importantes que ora devem ser analisados a partir da fala dos sujeitos sociais da pesquisa.

Entrevistado nº 1:

De acordo com o entrevistado José Carlos, antigo permissionário do MCP, da Louça Branca, o valor do aluguel do local provisório, aquele onde ficaram os ocupantes do Mercado durante a reforma do prédio, era mais alto que o valor que eles pagavam de aluguel pela banca do Mercado antes da revitalização. Também, segundo ele, o valor dos espaços comerciais (lojas, bancas e quartos) do Mercado subiram, bem como a área diminuiu depois da revitalização do MPC. Ele diz: *“Não sabemos que base de cálculo eles usaram [...] o preço ficou quase 400% acima do que era antes, então eles diminuíram a área das lojas e subiram os preços absurdamente”*.

Perguntou-se ao entrevistado como ele compararia o preço de aluguel e o espaço físico da sua loja atual com a loja que possuía no MCP. Em seguida ele diz que seu atual estabelecimento comercial possui um espaço físico bem maior que o espaço que ele dispunha no Mercado em duas bancas antigamente. José Carlos afirma pagar um pouco mais do que pagaria no Mercado atualmente se alugasse as mesmas duas lojas de antes. No entanto, ao ser indagado se voltaria com seu negócio para o Mercado, ele assevera: *“Voltaria, mas o espaço, o preço e outros fatores teriam que mudar”*.

O primeiro entrevistado contou que depois da finalização das obras, no ano de 2012, ainda era um permissionário do Mercado, mas que ele não retornou com seu comércio para lá, primeiramente porque o espaço físico que lhe foi reservado era muito menor, o que inviabilizaria seu negócio e também porque a localização não seria a mesma. Ele aduz:

[...] primeiro eles mudaram a localização da loja, depois eles ofereceram um espaço que não dava pra mim colocar o tipo de mercadoria que eu trabalho, não teria condições de trabalhar. Na época eu conversei com o Estima pra ver a possibilidade de ele ceder mais outra loja, para ter mais espaço. Ele disse que este espaço não seria permitido e que eu teria que entrar em outra licitação. Então, ficava complicado, pois eu teria que pagar dois alugueis, dois condomínios, abrir mão e fazer outra empresa para participar da licitação, então, ficava inviável.

Ao perguntar a José Carlos se havia outro motivo além da redução da área física da sua banca que o motivasse a não retornar para o mercado após a revitalização, ele responde: *“Não. O problema mesmo foi espaço físico, não houve uma maneira de aumentar esse espaço, já foi direcionado, nós já sabíamos disso e era pequeno, não tinha como”*.

Como José Carlos deixou claro que os motivos que o fizeram deixar o Mercado foram alheios à sua vontade, eram fatores externos, então, foi questionado se ele tinha vontade de retornar com seu comércio para o Mercado e ele respondeu:

Nunca diga nunca, voltaria? Voltaria, mas primeiro a questão do espaço. O espaço é importante porque cada um trabalha com um tipo de mercadoria que tu não tem como fazer estoque em outro lugar, as pessoas são imediatistas, elas compram e querem levar a mercadoria na hora então, primeiro espaço segundo, eu acho que o mercado tem que sofrer muita modificação pra voltar a ser o que era principalmente na parte interna porque eles tentaram elitizar o mercado e não conseguiram fazer isso. O mercado por dentro não tem movimento. Aí tu vais dizer: ah, mais tem dia de sambão. A pessoa vai no sambão mas não vai gastar nada fica ali circulando, não está ali pra adquirir algum tipo de produto. Voltaria, mas o espaço o preço e outros fatores teriam que mudar.

Entrevistado nº 2:

O segundo entrevistado foi Marco Antônio, dono das Lojas Vidal, que diz ter saído do Mercado porque "*foi obrigado*" a sair por causa da reforma, indo para um local cedido pela Prefeitura, mas pagando um valor de aluguel mais elevado do que o valor que ele pagava pelo uso de suas três lojas do Mercado Central. Este espaço provisório era localizado, segundo ele, dentro do antigo Shopping Praça XV, que fica atrás da Biblioteca, entre os dois becos, e a área da banca era muito menor que a do Mercado. Afirma, ainda, que permaneceu dois anos e dois meses neste Shopping da rua Andrade Neves.

Segundo informa Marco Antônio, o valor de aluguel que ele pagava por cada uma de suas lojas era de R\$850 e que não retornou com seu comércio para o MCP porque ficou sabendo que sua loja não ficaria no mesmo lugar onde esteve por muitos anos, além de que, segundo ele, "*os espaços seriam bem menores e os valores de aluguel mais altos*".

Ao perguntar ao entrevistado o que ele acha do preço do aluguel da loja do Mercado hoje se comparado com a loja que ele aluga atualmente na Rua Tiradentes, ele relata que no mesmo local de antes no MCP ele deveria estar pagando ali um preço de aluguel mais alto se estivesse com suas três lojas e que por cada espaço com área de 12m² ele pagaria um valor de R\$950. O entrevistado conclui que o custo benefício na loja atual é melhor.

Marco Antônio diz que entende que o fato de que até hoje, quatro anos depois da reforma, o MCP ainda possua lojas desocupadas é "*exatamente pelo valor do*

aluguel e as lojas que são pequenas [...]”.

Este entrevistado disse que não retornou para o MCP porque os locais das lojas ficaram outros e os espaços de cada loja ficaram menores, bem como o aluguel das lojas tornaram-se mais altos após a revitalização do prédio. Segundo ele, o pessoal da Prefeitura que é responsável pela administração do Mercado não permitiu que os antigos permissionários retornassem às suas bancas de antes da reforma, além de que eles não tiveram a possibilidade de escolher um espaço maior. No caso da Casa Vidal, que por muitos anos esteve estabelecida no mesmo local, ocupando as suas três lojas de antes, localizadas na Rua XV de novembro, não houve a possibilidade de negociar nem o local e nem a área necessária para que pudessem manter o negócio ali. Aparentemente decepcionado, o entrevistado conta que os permissionários não tiveram nenhum apoio por parte da Prefeitura, buscando manter os antigos permissionários no Mercado após a revitalização. Ele fala:

[...] mas quando eu disse que eu ia entregar, eles disseram: olha tanto faz...Eu disse, eu vou entregar a permissão e eles disseram: tá tudo bem, assina aqui o papel [...] Não tiveram a boa vontade de perguntar assim: não queres um espaço maior, não queres outro local? Não, não teve nada... disseram: queres entregar, então tá, assina aí [...].

De acordo com Marco Antônio, caso ele precisasse continuar ocupando três bancas como antes no Mercado, ele teria que ter um CNPJ para cada espaço e teria que pagar outros encargos e alugueis. Quando perguntado se ele teria que entrar em outro processo de licitação para obter outra permissão de banca, ele responde:

Não, eles não me deram essa oportunidade de abrir outro espaço. Não, na época eles não me deram, agora sei que eles estão dando, mas antes não era um para cada loja, me disseram que não podia. A não ser os restaurantes que já foram feitos com espaços maiores, mas o meu tipo de negócio não, era 12m².

O entrevistado salienta que o local onde está instalado seu negócio, atualmente na Rua Tiradentes, próximo ao Mercado, é bem maior.

Entrevistada nº 3:

Márcia, antiga permissionária que retornou ao MCP, é proprietária da Casa de Vimes e relata que teve que sair do Mercado quando da ocasião do início das obras, indo para um local cedido pela Prefeitura, mas que embora fosse um lugar improvisado e sem infraestrutura pagava o aluguel: *“a gente pagava o aluguel, não era de graça, mesmo estando ali provisoriamente se pagava o aluguel, mal*

instalados, não tinha nem banheiro, era bem precário". Segundo a entrevistada, os permissionários pagavam um valor muito mais alto pelo aluguel neste local temporário. Ela relata: *"Era muito mais alto! É, é quando nos colocaram lá pro corredor no Beco eles já aumentaram o aluguel, daí já era 100% mais alto do que no antigo Mercado, já tinha aumentado lá"*.

Ao ser indagada por quais motivos ela decidiu voltar com seu comércio para o Mercado revitalizado, Márcia responde:

Na realidade eu até pensei em não retornar mesmo, pelos valores e eu até mais ou menos sabia assim, tinha um parâmetro de quanto eu vendia, só que assim ó, eu gosto muito de artesanato e pra mim eu ia ter uma opção de ir lá pro Pop Center que na época eu fui sorteada para uma banca do Pop Center e aí eu acabei entregando a banca pra voltar pro Mercado, né, eles me deram um papel pra mim assinar entregando a banca do Pop Center pra voltar pro mercado, porque lá também as bancas eram pouco menores pro meu tipo de mercadoria mas eu cheguei até a pensar em alugar outro local fora porque dentro do Mercado a gente pega só este público que vem aqui dentro e fora teria mais possibilidade né de pegar um outro público.

Márcia diz que hoje paga um valor de R\$1.067 por sua banca no Mercado e acrescenta que seu marido também era um comerciante permissionário do MCP, ele tinha um açougue e desistiu de voltar para o local porque *"os valores estão bem acima da média do que ele pagava antes e se assustou [...]"*.

Pelo fato de que após quatro anos da reabertura do Mercado ainda existe um grande número de lojas desocupadas e também porque antigos permissionários não retornaram ao Mercado, a entrevistada considera que estes fatores ocorreram em virtude de que os valores do aluguel das bancas foram arbitrados de forma equiparada, quando deviam levar em consideração a condição de cada empreendimento e a localização e a área de cada loja, além da demora de reabertura do prédio do Mercado em razão das obras. Enfatiza a entrevistada:

[...] nem todo o negócio poderia ter o mesmo valor de aluguel, então, eles delimitaram o valor pra todos mais ou menos de igual forma sendo que alguns ramos de atividade não conseguiriam pagar, não teriam como manter [...] eu sei o que que eles falam, que é o coração da cidade, tudo bem, mas eles não levaram em conta esse tempo enorme que o Mercado ficou fechado né, então eles quiseram que as pessoas, né, impuseram um valor do aluguel e impuseram: não tu vai trabalhar e tu vai te virar pra pagar [...] mas não é assim, até tu ter público novamente é como tu montar um negócio de novo, né.

A entrevistada Márcia, da Casa de Vimes, antiga permissionária do MCP que retornou após a reforma do prédio, conta que seu pai possuía duas lojas, porque ela adquiriu outro ponto e que ela terminou ficando só com um espaço no Mercado.

Entrevistado nº 4:

O Sr. Oliveira, dono da Barbearia Oliveira, disse que quando os permissionários do MCP foram para o local provisório cedido pela Prefeitura, eles pagavam um aluguel com valor mais alto do que aquele das bancas do Mercado. E quando retornaram ao Mercado ele exclama: *“Ah, ficou mais alto!”*.

Senhor Oliveira conta ainda que hoje vem pagando um aluguel para uma loja que é dividida entre ele e outros dois barbeiros profissionais, que fica ao Sul do prédio do Mercado. Também disse que não sabia sobre as decisões da Prefeitura em relação as bancas dos permissionários antigos, localização e área. E reclama, dizendo: *“Não sabia nada disso aí, eles fizeram tudo com o dinheiro [...] Um baita trouxa diminuiu as peças pra lá tudo, lá dentro, ficou tudo pequenininho com esse baita espaço na volta. Claro ninguém quer botar nada ali [...]”*.

Entrevistada nº 5:

A quinta entrevistada foi a Renata, proprietária do Café Bem Brasil, que foi indagada sobre o preço do aluguel da sua loja/quarto e respondeu que considera um preço justo e que paga em torno de R\$1.600 por mês pelas duas lojas. Renata diz que acredita que o valor do aluguel das lojas internas do Mercado *“realmente ainda é muito alto”* e completa contando que quando ela participou do processo de licitação para a ocupação das lojas não haviam interessados nas lojas internas do prédio do Mercado e que elas ficaram vazias, acreditando que isso ocorreu em virtude do alto valor do aluguel dessas lojas.

Perguntou-se a Renata qual a área física do Café Bem Brasil e ela respondeu que são duas salas, que juntas têm 30m². Ela conta que foi a própria Prefeitura que fez essa obra de ampliação do espaço e, segundo ela, a Prefeitura já deixou aberto o espaço para eles e que quando eles participaram da licitação já sabiam que o quarto possuía dois espaços e por isso considera uma boa área para trabalhar.

Entrevistada nº 6:

Ao ser entrevistada, Márcia, uma das cooperadas da loja de Artesanatos, do espaço destinado às Instituições, que foi aberta logo em seguida da reinauguração do Mercado, diz que considera justo o preço que está sendo cobrado pelo aluguel da

loja e que o valor pago está em torno de R\$700 a R\$800 e ela também acha que é um preço bem razoável, que está de acordo com a localização do ponto e com a demanda de turistas que tem.

Márcia não fez nenhum comentário a respeito da área física das lojas, pois ela não sabe ao certo o tamanho da banca que ocupa com as demais cooperadas.

Entrevistado nº 7:

Sobre o valor de aluguel das lojas e outras questões relativas aos espaços comerciais do MCP, o Secretário, senhor Fernando foi pontual, embora deixasse claro que ele herdou da gestão administrativa anterior o processo inicial de reocupação do Mercado, que ocorreu no final do ano de 2012.

Então, a respeito de como ocorreram as licitações e concorrências para permissão de uso das lojas, os critérios utilizados, bem como as exigências da Prefeitura, o Senhor Fernando imediatamente nos remete aos editais publicados oficialmente e segue contando:

Nós herdamos o edital que ao colocar em prática provou que era ineficiente, era da gestão do Fetter, tá, a gente herdou o edital pronto e a gente derrubou a questão dos preços, eles fizeram uma licitação não pesquisando o valor do metro quadrado de mercado e até certa maneira, inevitavelmente de certa maneira, uma operação nova deve ser um pouco subsidiada. Exemplo, o Shopping Center quando inaugura, nos primeiros 6 meses, tu faz um valor a menor do aluguel, pra dar tempo pras empresas, uma carência de dois meses...não tinha nada! Então, se pegar o edital que nós herdamos para 2013 e se tu olhar, não tinha nada disso e o edital que nós propomos em 2012 para 2013, se tu olhar a diferença do edital que nós fizemos, vai dar um documento muito legal de tu não perder essa história [...] eu tenho domínio sobre ela.

Para o Secretário, o preço, que inicialmente restou estipulado pela administração anterior da Prefeitura, era muito alto e isso pode ter comprometido a ocupação do MCP pelos comerciantes e prestadores de serviços até pouco tempo atrás. Ele assevera:

Eu digo, mas da onde é que tiraram esses valores? Porque eram valores muito caros né, e isso é que contaminou um pouco o pós né, porque quando tu coloca isso no mercado, fica uma hipótese né: exorbitância, o preço, não vale, a Prefeitura gananciosa e tal. Na prática a gente conseguiu, do desastre daquele edital, a gente conseguiu tá, que a gente herdou, mas que foi aplicado, certo [...] mas quando eu tive olhando, eu disse tomara que tenha essa gente, eu não consigo enxergar. Mas nós herdamos, aplicamos e deu negativo, foi uma ou duas bancas que ganharam...

Sobre o preço que está sendo cobrado hoje pelo aluguel da banca/loja/quarto,

o Secretário Sr. Fernando diz que considera justo:

Tenho certeza disso. Vou a mais. A gente chegou a fazer com a Universidade Católica um estudo seguinte, o cara que tiver uma operação e não conseguir pagar isso, a operação não tá legal entendeu? Se tu bolou um negocinho e tu não consegue pagar aquilo ali, não é ali que tu tem que tá...

Indagou-se ao senhor Secretário sobre a quantidade de bancas, lojas e quartos que o Mercado Central possuía antes da revitalização. No entanto, ele não soube responder, disse que teria que buscar essas informações, mas que a princípio ele acha que era praticamente o mesmo número de bancas que hoje o MCP dispõe, ou seja, 84 espaços entre lojas, quartos e bancas.

Fernando comenta que:

[...] havia uma confusão entre o que era banca e em relação a utilização de áreas de espaços, porque ela tomou conta dos corredores, tinha uma desordenação ali né, espaços muito maiores do que o dito banca né, até porque banca tende a usar espaços maiores, espaços externos né, neste caso, foi redesenhado.

Conforme explica Fernando, o que ocorre atualmente é que muitos empresários não conseguem manter o estoque de mercadorias em pequenos espaços físicos. Ele cita o exemplo da empresa tradicional de hortifrutigranjeiros, a Cachoeirense, que hoje trabalha com um volume muito grande de mercadorias, sendo inviável se estabelecer no MCP mesmo que ocupasse duas bancas.

Fernando relata: *“diferentemente do que ocorria antigamente que faziam armazeninhos pequenos com um volume de vendas, você conseguia ter autossustentação [...] hoje não”*.

O entrevistado afirma que não diminuíram a área das lojas do MCP, o que aconteceu foi que elas foram regradas para não ocupar as áreas de passagem do Mercado. Então, segundo ele, as bancas, teoricamente, nasceram neste formato menor e depois tomaram conta do entorno, já que havia menos controle e o Mercado tinha mais liberdade em várias áreas. O entrevistado considera que *“existe um conjunto de regras que não deixa a sociedade no sentido de se acomodar ao regradar demasiadamente na minha opinião, e é um problema que a gente encontra em vários outros setores, também não é só no mercado”*.

Perguntou-se ao Secretário Fernando Estima se as lojas permaneceram com a mesma área física, em especial a dos antigos permissionários, e ele respondeu:

Não, com certeza a área das lojas são menores, principalmente porque eles ocupavam, muitas vezes, mais de três lojas, não era justo e na hora de licitar dá direitos iguais, né, e o segundo motivo é que havia uma ocupação mais descontrolada dos espaços que eram públicos, pátios internos, corredores e que hoje é totalmente, apesar de eu contestar, eu gostaria de ver mais baús abertos nos corredores, mas tem que respeitar as áreas de fuga e outras regras [...].

O Secretário demonstra que acompanhou o processo da saída dos permissionários, declarando ainda que alguns estavam descontentes e explica porque alguns instalaram seus comércios em ruas vizinhas ao Mercado Central. Ainda se referindo a Loja Louça Branca, ele diz:

Ele acabou se posicionando em ruas paralelas ali, até porque a operação dele já era grande ali e ele não podia ficar dois anos três anos numa condição precária ou numa condição menor, então assim, a obra fez com que eles se retirassem por conta própria né por descontentamento mesmo.

- **Resumo da categoria de análise conforme as respostas dos entrevistados sobre o preço das lojas do MCP após a reforma do prédio:**

Em relação ao preço cobrado pelo uso dos espaços comerciais do MCP, os permissionários foram unânimes em considerar o preço muito alto, com exceção da Márcia, artesã que divide os encargos da loja num espaço institucional no Mercado com outras artesãs e considera um preço razoável. Além dos permissionários, o Secretário, administrador do Mercado Central, também concorda que o preço das lojas, quartos e bancas passou a ser mais alto, mas informa que herdou da antiga administração esse cálculo. Ele diz também, que, com o tempo, sob sua administração, os preços foram reduzidos, e que este processo pode ser conferido através dos editais. Esse elemento “preço” faz parte das consequências provocadas pela gentrificação de áreas urbanas, podendo ser interpretado como um resultado da valorização do prédio do MCP em decorrência do processo de requalificação, que fez com que ocorresse uma valorização maior da área das bancas que estavam disponíveis para locação (permissão de uso). Este fator do preço mais alto corrobora com os conceitos estudados, em especial aquele proposto por Neil Smith, baseado no diferencial de renda (*rent gap*).

- **Resumo da categoria de análise conforme as respostas dos entrevistados sobre a diminuição da área das lojas do MCP após a reforma do prédio:**

Em relação a área das lojas do MCP, que aos olhos dos permissionários

antigos e do atual administrador do Mercado sofreram uma diminuição, essa categoria foi criada com intuito de vincular a impossibilidade e a dificuldade que muitos antigos permissionários encontraram ao tentar retornar ao Mercado Central após a reforma. Segundo eles, este fator também fez com que muitos permissionários desistissem das bancas no Mercado, pois caso necessitassem de mais área para armazenar mercadorias eles teriam que adquirir outro espaço comercial, entrando em outro processo de licitação de lojas, onde deveriam ter outro CNPJ, o que certamente acarretaria um custo bem mais alto para que permanecessem nas bancas do Mercado, além de que haveriam de pagar outro aluguel e outras taxas. Então, em virtude da necessidade de um volume razoável de mercadorias para que pudessem continuar trabalhando e sem ter como armazená-las nas pequenas bancas, muitos permissionários não retornaram ao MCP. A diminuição das áreas úteis das bancas do Mercado representou outro fator importante que impediu a reocupação no local pelos antigos permissionários.

4.3.1.2 Enobrecimento do espaço público do Mercado Central

Neste tópico será analisada a fala dos sujeitos sociais entrevistados a fim de verificar se ocorreu o enobrecimento do espaço público do Mercado de Pelotas em decorrência da revitalização do mesmo. O enobrecimento pode indicar possível gentrificação no local, bem como pode resultar na ressignificação do uso deste espaço público enquanto espaço de sociabilidade, pois em razão da mudança de frequentadores e usuários no local pode ter ocorrido novas práticas de interação que estão acontecendo por outros meios distintos daqueles que eram identificados no Mercado de antes.

Do mesmo modo, quando os sujeitos sociais de pesquisa se referiam ao novo modelo de Mercado, ou seja, ao Mercado revitalizado como um Mercado descaracterizado (termo recorrente nas falas dos entrevistados), entende-se que, para eles, o Mercado não está como era antes, ou seja, mudou a dinâmica do local, o que representa ter havido uma ressignificação social neste espaço público. Passa-se as falas.

Entrevistado nº 1:

José Carlos, o primeiro entrevistado, dono da Loja Louça Branca, fala sobre as novas atividades que vêm ocorrendo no MCP. Segundo ele, estas atividades não contribuem para a atividade comercial em si, pois o pessoal que vai ao Mercado nos dias em que acontece as atividades culturais vão para olhar o movimento, para encontrar pessoas e olhar o que eles oferecem ali nas feiras, por exemplo.

José Carlos segue dizendo:

[...] mas na feira da pulga o público não é o mesmo que compra no Mercado, a começar que o Mercado tinha aves tinha açougue tinha sapatos, então, o que que acontecia? O público que vinha de fora ia comprar muita coisa lá, até o pessoal da cidade. Com essa nova vestimenta do Mercado, o povo não vai mais, o povo acha que é caro, ele não se sente bem não tem o que ele procura...hortifrutigranjeiros não tem [...] sapato não tem, ah daí dizem, mas onde é que se viu vender sapato no Mercado? O único Mercado que não tem sapato [...] POA tem, Florianópolis tem [...] é uma coisa que só em Pelotas não pode. Com a elitização e com a roupagem diferente não deu certo.

Entrevistado nº 2:

Marco Antônio Vidal, antigo permissionário, dono da Loja Vidal, ao falar sobre o modelo de Mercado pós revitalização e as regras de uso do espaço do Mercado, diz que até hoje guarda consigo o novo regulamento de uso dos permissionários que foi criado e que tem conhecimento de que atualmente as regras não são totalmente cumpridas pelos ocupantes do Mercado. O entrevistado menciona que com a requalificação do Mercado também foram impostas novas regras de uso do espaço aos permissionários e, segundo ele, isso deixou os permissionários um pouco temerosos.

Ele fala: *“Foi a primeira coisa que botaram na nossa frente, disseram: óh, a coisa vai ter que ser assim, assim e assim assado, chegavam a nos botar medo. Diziam: óh, vai ter que funcionar assim direitinho senão não vai funcionar e hoje já tá mais leve, não tá [...]”*.

Quando foi pedido ao entrevistado que falasse sobre o que ele considera ponto positivo das mudanças ocorridas com a reforma do Mercado Central e com a criação do Largo, ele relatou: *“O Mercado em si ficou bonito, limpo e tudo, só que falta trazer, eu acho que a parte interna, a parte de comércio interna, acho que falta trazer gente, falta, falta, tá faltando alguma coisa”*.

Perguntou-se ao Marco Antônio se ele acha que as atividades culturais que ocorrem no Mercado e no Largo, após a revitalização, contribuiriam para sua atividade comercial caso ele ainda estivesse estabelecido no Mercado e ele afirma que não. Ele diz que ela atrai um certo público, mas que: *“na parte interna do Mercado tá faltando alguma coisa e não é essas festas aí que vai atrair gente para dentro do mercado, pra fora tudo bem: os restaurantes, os bares, mas pra dentro não”*.

Para Marco Antônio, o MCP ficou descaracterizado com a saída dos antigos permissionários do Mercado. Ele diz: *“fugiu totalmente do Mercado que era [...] E, em comparação com outros Mercados, a mesma coisa, eu conheço o de Florianópolis, conheço o de POA, conheço o de Montevideú, lojas características [...]”*. E quanto às regras de disposição das mercadorias nas lojas do Mercado, ele conta que: *“pois é o que eu tô dizendo: o regulamento esse não podia nada, nem botar um centímetro pra fora da loja, tinha até multa, tinha até as regras de multas e agora já não é bem assim”*.

Ao finalizar a conversa Marco Antônio, ele diz que o Mercado tem tudo pra dar certo, pois

O Mercado em qualquer parte do Brasil e do mundo, ele funciona porque como eu disse qualquer classe social vai no Mercado e tem tudo pra dar certo e acho que vai dar certo, não sei se vai demorar um pouquinho, como eu digo a parte interna, mas tem tudo pra dar certo e acho que já está dando certo, tem tudo [...].

Entrevistada nº 3:

A terceira entrevistada, Márcia da Casa de Vimes, fala sobre o "novo modelo de mercado público", suas características e sobre as normas de disposição dos produtos atualmente no Mercado Central de Pelotas:

É eu acho assim ó, em relação aos produtos que a gente não pode mais expor do lado de fora da loja eu acho que eles deram uma amenizada um pouco né, porque acho que viram que a função de terem muitas lojas desocupadas [...] Antes, a gente não podia colocar exatamente nada porque daí já vinha uma cartinha com uma multa pra ti e por enquanto né eu acho que, claro desde que não seja uma maneira desorganizada de expor as mercadorias, mas assim como têm os restaurantes que podem colocar as mesas na rua, né, eu acho que os outros comerciantes também podem expor suas mercadorias até porque é uma característica de mercado público. Meu filho, que trabalha comigo, diz mãe vamos pôr vidro na loja...e eu digo: não, não vamos pôr vidro na loja porque vai descaracterizar minha loja e o que, que o pessoal quer? O pessoal quer olhar, quer tocar na

mercadoria e eu acho assim, que o vidro acaba inibindo de vez enquanto o cliente, é mais uma característica de um shopping, é o que eu acho ao meu ver.

Márcia segue falando sobre sua relação com o Mercado e relata que para ela o Mercado Central de antes precisava ser revitalizado, que precisavam enxugar algumas lojas, que precisava ter mais coisas e prossegue dizendo:

Parece que aqui dentro, logo nesse corredor aqui tinha mais fluxo de gente, mais vida e agora parece que mudaram as coisas, antes o Mercado tinha mais vida pra cá porque tinha bastante açougue, tinha bastante fruteira e aí então era um ponto bom do Mercado, todo mundo queria tipo essa esquina que eu tenho hoje, mas hoje em dia a minha esquina e esse lado daqui está morto o movimento maior fica pra lá pros lados das lojas de doces.

Márcia diz que o Mercado de agora não tem mais a atmosfera de Mercado Público, como antes, principalmente pela falta de produtos que costumam ser vendidos neste tipo de mercado, geralmente. Ela relata:

[...] por exemplo, eu não vejo um Mercado sem fruta e hoje tu vê dificilmente uma fruteira aqui dentro do Mercado, né, não encontra, então, tu vai no Mercado de SP e eles já estão com a fruta na mão te oferecendo um pedaço pra provar né e assim com vários outros produtos e aqui a gente não tem e eu acredito que com os valores de aluguel mesmo a pessoa que quer ter uma fruteira não consegue nem pagar porque o lucro do hortifrutí é bem complicado e tem a função das perdas, muita coisa não se aproveita no dia seguinte.

Entrevistado nº 4:

O Sr. Oliveira da Barbearia logo diz: “*Não é mais a mesma situação, não é nem melhor nem pior, mas não é mais a mesma coisa trabalhar aqui*”. Assim ele começa respondendo à pergunta sobre as características do Mercado depois da revitalização e como ele se sente neste novo modelo de Mercado. O Sr. Oliveira conta que para ele o Mercado “*não tem mais graça*”, porque não tem os açougues, as frutas e os produtos baratos. E segue: “*onde é que se viu uma casa de vinho com vinho de 500 reais? Isso não é coisa de mercado público*”.

Entrevistada nº 5:

A quinta entrevistada, Renata do Café Bem Brasil costumava frequentar o MCP e lembra que o Mercado era *totalmente diferente*. Ela também fala sobre a falta que sente no Mercado de lojas características de mercado público, especialmente na parte interna do Mercado Central. Ela comenta:

Eu acho que as lojas internas deveriam ter uma especificação melhor, por exemplo a gente tem lojas de miudezas, como é que eu vou te falar, de itens não de 1,99, mas de itens que eu acho que não tem a ver com o que o Mercado Público, é, com a proposta, as lojas de alimentação orgânica, beleza, os pontos de informação turística, beleza, as cafeterias, docerias que é uma tradição de Pelotas, os doces que eu acho que deveria de ter mesmo, com isso a gente está bem representado lá dentro, mas alguns espaços eu acho que ainda deixam a desejar um pouco...

Renata acredita ter ocorrido uma descaracterização do Mercado Central após a reabertura, se comparado a outros mercados públicos. Ela relata:

Na parte interna eu vejo uma descaracterização se a gente for comparar com esses outros mercados que a gente vê uma fruteira com as frutas expostas, a gente vê temperos quando a gente vai em Porto Alegre a gente vê as carnes né o peixe, já aqui só lá pro lado da Andrade Neves [...].

Entrevistada nº 6:

Márcia, nova permissionária do Mercado, da cooperativa de artesanatos, quando se refere as novas características do atual MCP, fala que: *“Todos outros mercados têm a mesma cara, eu acho que o nosso se caracteriza assim: parece um shopping a céu aberto”*. A entrevistada fala que para ela o Mercado poderia ser um mix e diz que *“as vezes as pessoas podem vir aqui procurar esse tipo de mercado e eu não sei se vão se decepcionar ou não [...]”*.

Ao perguntar a entrevistada sobre o que ela acha que poderia melhorar no Mercado, ela responde:

Tem uma coisa que eu fico dividida, assim, entre a empresária e a usuária do espaço, eu pessoalmente, eu sinto falta deste Mercado assim popular e outra coisa assim, me parece que o pessoal que frequenta o Mercado é uma população específica assim, é o intelectual, é o hippie chic, é o pessoal. Tu olha a pessoa e tu vê: esse aqui vai lá no Mercado, é o professor e, embora, seja bom pra nós assim, esse não é o perfil do usuário do mercado popular, é diferente, tu entendes?

Indagou-se a Márcia se ela pensa que o modelo de Mercado Público mais popular deveria ser resgatado e ela respondeu: *“Acho que sim, acho que deveria até, eu acho que precisava isso assim, claro que aqui pra nós o povo nem entra aqui”*.

Entrevistado nº 7:

Sobre as mudanças físicas no Mercado, em relação a quantidade de lojas/bancas/quartos e as arquitetônicas que se consideram relevantes no projeto de

requalificação, relata o entrevistado que o projeto foi muito focado em garantir que aquele patrimônio inventariado, tombado pelo IPHAN, fosse recuperado na sua origem, mas que ao fazer isso houve um desenho das bancas e um inevitável redirecionamento das atividades de mix.

Fernando fala da expectativa de que o Mercado tivesse mais produtos de hortifrutigranjeiros, tivesse mais “*cara de mercado*”, “*naquela mais pura tradição*” e justifica que não foi possível, pois “*ao restaurar o prédio se atendeu a questão cultural, mas não se atendeu as mudanças de mercado ao que o Mercado hoje exige*”.

Perguntou-se se ele teria conhecimento sobre se a Prefeitura procurou preservar as características, regras e costumes locais do Mercado Central quando da execução do projeto de reforma e ele relatou:

Eu vou dar uma posição muito pessoal, eu vi que não houve isso, acho que houve uma preocupação de restauro do Mercado, da parte física, tá. Houve uma preocupação de manter o mix das operações de uso do Mercado, o que houve é uma resposta baixa do mercado e ai ficou diferente do que estava, porque não tinha naquela época, eu também gostaria de ver o Mercado mais hortifrutí, mais produto alimentar, mais etc., mas não era o que era também, ele tava muito mais pra um camelódromo, umas casas de especialidades, a louça branca mesmo não é uma atividade típica de Mercado era do nosso Mercado, acho que não teve esse olhar talvez mais fortes sobre algumas culturas que eram fortes lá dentro independente de serem tradicionais de Mercado tá, por isso talvez se perdeu as questões culturais, no meu relato.

O administrador do MCP fala sobre como ficou determinada a organização das lojas internas e externas do Mercado após a reforma e se há critérios para a localização das lojas, bancas e quartos. De acordo com Fernando, foi montado um “mix”, ou seja, quando se desenhou a planta do Mercado foram respeitadas algumas operações. Ele cita o exemplo das Barbearias do Mercado, que não é comum de encontrar nos mercados públicos, mas que no Mercado de Pelotas é tradicional: “*são dois barbeiros por banca e quando desenharam eles tiveram que respeitar essa cultura por que havia um movimento forte deles, eles saíram unidos e voltaram unidos [...]*”.

Ao ser indagado sobre o que ele pensava sobre o tempo que levaram de obras no MCP, Fernando diz que as obras de restauro de prédios históricos são mais complexas, mais demoradas, mas quanto maior o período, maior é a dificuldade de restaurar a cultura do consumo, a cultura de Mercado.

Fernando conta sobre quando a Prefeitura reabriu oficialmente o prédio do Mercado, após a finalização das obras e, juntamente com o Prefeito e outras pessoas, foi conhecer as instalações, ao perceber que atrás dele havia uma senhora de idade com um carrinho de feira, ele afirma:

Quer algo mais simbólico? As tuas perguntas, eu concordo (porque que o Mercado não conseguiu ser mais Mercado, né?), é um pouquinho disso que certamente tá no coração, na essência aí, correto? E não é diferente pra nós, tu sabes, a diferença que tem é que ao falar de restaurar, pra mim eles se preocuparam demasiadamente em restaurar a arquitetura e tiveram muita dificuldade, por questões legais depois, de restaurar a cultura, ou a existente, eu até te diria que podia ser menos a que existia, menos sapatarias, mas ela tinha que ter mais Mercado, mais o Mercado central, eu te digo que tá lá na essência.

O Secretário conta que tentou por diversas vezes convencer o Sr. Prefeito em preparar bancas internas no MCP para receber feirantes, com a intenção de “fazer o Mercado voltar a ser o que era antes”. E que ao conversar com feirantes eles disseram que era inviável ocupar bancas no Mercado, aduzindo suas razões. Ele fala sobre uma de suas propostas:

Prefeito, vamos pegar quatro bancas e vamos fazer essas bancas de hortifruti nossas e entregar prontas e vamos fazer um rodízio como têm os feirantes, tem ali na quinta feira acontece a feira dos orgânicos, então, vamos convidar quem tá lá fora ao invés de montar a feira lá fora, monta a banca que já está a disposição de vocês, qual é a missão? Vocês vêm todas as quintas feiras aqui, a outra feira que é na Deodoro nas quartas vem aqui também, vocês entram e saem, querem ficar dois dias, vocês montam a banca e saem ou até fazer uma coisa permanente, mas eles não aceitaram pra minha decepção, eu tenho até o projeto pronto lá.

Fernando Estima ainda comenta sobre a dificuldade de resgatar a cultura de mercado público com produtos de hortifrutigranjeiros a partir dos argumentos dos feirantes. Ele diz que é impossível o retorno das bancas, pois, de acordo com os feirantes, “quem produz não é quem comercializa na feira de rua. Eles produzem lá botam aqui uma vez por semana, e voltam com seus produtos então, a cultura do Mercado aberto todos os dias pra eles não serve”.

Outro argumento é o de que o consumidor de feiras livres está nos bairros e, segundo Fernando, os feirantes dizem assim:

Quando eu vou no bairro eu vejo aquele movimento de manhã, eu conheço todo o mundo, eu vejo direitinho, as senhoras, as empregadas vão lá na feira compram e voltam pra casa, no centro não, aquele movimento tá muito empresarial, tem muito pouca gente morando, ninguém vem mais de carro no centro pra comprar um quilo de tomate, se ele compra lá quando eu tô [...].

O entrevistado segue dizendo:

Também o histórico processo de ir Mercado Central da Cidade pegar o teu hortifruti os produtos e voltar com sacos de granel e pegar o produto de maior volume isso caiu, então, isso foi pra dentro dos supermercados, foi pra dentro de outras estruturas, então, há um produto também, há uma mudança cultural da própria expansão, né.

O senhor secretário fala que “fazia tempo que não se via o centro do patrimônio histórico da cidade, Praça mais Mercado, com tanta apropriação da comunidade”. Fernando diz ainda que ocorreu uma mudança no uso do espaço público: “O que a gente viu foi uma mudança dos porquês. Era por outros motivos”.

O entrevistado alerta para o fato de que muitas vezes se deve tomar cuidado ao resistir demasiadamente às mudanças:

A leitura que a gente faz é com carinho né, de dizer que somos saudosistas de algumas questões. Mas, cuidado com a persistência demasiada porque jogar dinheiro fora [...] De achar que algumas operações voltarão para o Mercado. Nós estamos com três bancas desocupadas até hoje lá das peixarias com a expectativa de que conseguiríamos colocar carne. Até hoje não conseguimos. Nem mesmo as carnezinhas empacotadinhas numa franquía. Só tem uma, porque a gente permitiu que além da carne de peixe tivesse a carne tradicional. Vamos permitir porque pelo menos alguém vende carne.

Também foram suscitadas as diversas questões de ordem administrativas, legais e fiscais que muitas vezes se confrontam dentro da própria legalidade, a exemplo dos açougues que para poderem comercializar a carne de rês têm de seguir as exigências sanitárias, onde bancas devem ser azulejadas e que isso vai ao encontro das regras de preservação de prédios históricos encontradas no IPHAN. Segundo o secretário, Sr. Fernando Estima, todo um conjunto de regras que devem ser respeitadas causam impedimentos para a implementação e manutenção das operações tradicionais do MCP, como o regramento de Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), as regras sanitárias, as ambientais, etc.

Perguntou-se ao senhor secretário quais sugestões ele teria para que se pudesse resgatar um pouco da atmosfera do Mercado Central de antes da reforma, bem como permitir a entrada de um comércio mais popular e característico de mercados públicos. Ao que ele responde:

Não conseguimos encontrar no Mercado a figura de produto, hoje nós vemos o Mercado restaurado, encantador no aspecto de quem o visita, maravilhoso para algumas operações econômicas né, mas não temos aquela visão de um mercado de hortifrutigranjeiros e outras operações mudaram completamente, porque também dependem de autorizações sanitárias, que é o que precisamos para voltar aquele modelo de antigamente, né, hoje, você não consegue colocar por exemplo, ah tinha açougues, tinha. O Iphan não permite que tu modifiques algumas questões do prédio, por outro lado tu tens que ter câmaras frias, tu tens que colocar

azulejo em todo o prédio e isso desconfiguraria, então, há uma: azulejo na loja e a resistência do Iphan de colocar nas paredes, tivemos dificuldades nisso.

- **Resumo da categoria de análise sobre o enobrecimento do Mercado Central:**

De acordo com os relatos dos entrevistados acima descritos, identificou-se uma insatisfação em relação a nova aparência do comércio que tomou outros contornos no espaço do Mercado após o impacto causado pela revitalização, que repercutiu diretamente na (re)construção identitária dos sujeitos sociais de pesquisa entrevistados. Percebe-se um desconforto por parte dos sujeitos entrevistados quando eles falam da "descaracterização do Mercado", ou seja, da dinâmica e da apresentação do comércio, que hoje não é mais aquela de antes da reforma, em especial, o fato de ter ocorrido a evasão dos antigos permissionários que vendiam as mercadorias tradicionais do Mercado Central de Pelotas.

4.3.1.3 Higienização do espaço do Mercado Central de Pelotas

Sobre as questões que sinalizam algum tipo de higienização no espaço público do Mercado e no seu entorno, decorrente de um provável processo de gentrificação que pode ter acompanhado a revitalização, foram suscitados diversos temas no decorrer das entrevistas, que se considera pertinentes e imprescindíveis a comprovação desta hipótese. É disso que se tratará a seguir.

Entrevistado nº 1:

O entrevistado José Carlos, antigo permissionário do MCP, da Louça Branca, fala sobre como foi ter que se movimentar para sair do Mercado com seu negócio de família, ter que procurar um novo estabelecimento, além de contar das mudanças ocorridas no seu comércio, inclusive em relação aos seus clientes após a mudança de endereço e a publicidade do novo local de trabalho. O entrevistado relata:

Na realidade, no comércio eu senti muito, em função do tempo da reforma, eu, nós mudamos de dentro pra fora, de fora para o shopping inacabado, aquele ali o Praça XV e depois, eu tô agora aqui na Tiradentes, então, há uma mexida muito grande... então, uma perda de contato do público entendesse? Então, uns ainda hoje tão "arrecem" encontrando o que foi

perdido desde aquela época da reforma [...] quase 9 anos, ou melhor 7, 8 anos depois.

Perguntou-se ao José Carlos se os permissionários pensavam que iam retornar com seus negócios para o MCP após a revitalização, e ele respondeu: “*sim, todos nós pensávamos em voltar para o Mercado, com exceção do cara dos calçados, todos iam voltar para o Mercado*”.

Em relação a parte financeira da empresa e da clientela de José Carlos, ele diz ter sentido uma mudança muito grande e relata:

Eu tive uma perda de clientela em torno de 50 a 60%, então, eu tive justamente pelas mudanças, foi muita mudança em pouco tempo e aí perde, as pessoas se perdem disso, não se acham. Quem ficou tem dificuldade em informar...então, é como se começasse do zero.

O entrevistado desabafa sobre seu o sentimento a respeito do movimento de saída dos comerciantes do Mercado, pessoas que passaram anos ali trabalhando com seus comércios, vizinhos de trabalho e muitos com negócios de família, passando de pai para filho, especialmente o seu pai, que na época era o permissionário mais antigo do MCP.

Na realidade qual é o sentimento que ficou, foi o sentimento de traição, sentimento de traição que todos iam fazer todos iam ajudar e no fim não era nada disso, era uma estratégia e não ajudaram nada não não. Ficou uma mágoa ...eles simplesmente mudaram toda a logística de mercado mesmo a gente argumentando que não ia dar certo porque cada mercado tinha sua característica que não interessava o mercado de outros lugares porque na verdade cada um tem a sua característica que é única do local. Não levaram nada que nós propomos em consideração, eles disseram é assim é assim. Tanto é que não foi, eles inauguraram o mercado e com muitas lojas fechadas, não foi aquilo que eles diziam que ia ser, não foi.

José Carlos fala que não está satisfeito com o Mercado Central atual:

Não estou satisfeito, porque depois que eu saí de lá, muito pouco eu entro lá, eu só passo, vejo que para os antigos permissionários isso não funcionou eles estão muito insatisfeitos [...] foi aquilo que eu te falei foi uma elitização uma roupagem que tentaram fazer e que Pelotas não comporta, Pelotas é da moda, do momento, então, se a coisa não funciona as pessoas mudam, elas migram elas vão mudando para outros lugares.

Entrevistado nº 2:

Marco Antônio Vida, antigo permissionário da Loja Vidal, comenta sobre a nova dinâmica que se apresentou no comércio do MCP. Ele diz que houve um desestímulo para o retorno daquele pessoal que trabalhava com outros produtos antes no Mercado.

Ele relata que a classe que frequentava o Mercado mudou, ele diz que mudou

a clientela, “*praticamente fugiu né? [...] e também os comerciantes não voltaram porque isso influencia muito, o pessoal entra num ambiente onde metade está fechado*”.

O entrevistado afirma que mudou o público alvo do Mercado. Para ele, a clientela mudou, não é mais a mesma de antes, como o pessoal da colônia, por exemplo, que não se vê mais comprando no Mercado. Ele explica:

Porque era um público mais popular, com poder aquisitivo menor, pessoal mais simples, embora o Mercado tenha por tradição atender qualquer classe. Ao meu ver, mesmo a parte interna está parecendo mais com boutique, porque tudo fechado com vidrinhos, etc. [...] o ar condicionado não, porque ar condicionado hoje é comodidade e tudo, mas fechado com vidrinho tudo bonitinho é muita frescura...

Marco Antônio ratifica que com a revitalização o Mercado atraiu um público com maior poder aquisitivo e causou uma evasão do público de menor poder aquisitivo. Então, ele conclui: “*acho que esse público não volta mais, é um novo público, eu acho que não haveria um resgate, eu acho que não*”.

Entrevistada nº 3:

A terceira entrevistada, dona da antiga Casa de Vimes e Artesanatos do Mercado, Márcia, lamenta que a Prefeitura não tenha se esforçado para manter os antigos permissionários no Mercado. Ela conta, emocionada:

Assim eu conheço pessoas que tiveram depressão e que pararam de trabalhar, foram lá pra baixo, pro Pop Center e acabaram desistindo, parando de trabalhar porque viveram uma vida inteira aqui 8,30,40 e 50 anos, então, eu acho que eles deviam ter dado oportunidade pra esse pessoal tá e eu choro porque eu fico com pena, desculpa [...] eu penso que eles deviam ter dado oportunidade pra esse pessoal de, de repente, que acham que não tem muita qualificação. Então, eles poderiam ter dado algum curso né e que, de repente, conversasse, negociasse, tentasse assim ó, pô, tu vende calçado a tua vida inteira, então, o que que a gente pode fazer por ti? O que que tu gostarias de vender a não ser o calçado? Porque nós não queremos calçados aqui dentro né ou digamos assim, qual é o calçado que poderia se enquadrar dentro do Mercado, né, seja alpargata, né, seja tamanco colonial como as pessoas vêm seguidamente procurar, né, eu acho assim ó, eles baniram o calçado do Mercado e eu quando também era a favor de diminuir as lojas de calçados do Mercado mas, não assim, então, que eles deixassem umas 3 ou 4 ou optassem pelos mais antigos ou que fizessem um sorteio e que desse oportunidade pro pessoal que já tava aqui e que gostava de trabalhar aqui, né, que eles ajeitassem [...] Meu marido mesmo, ele tinha um açougue e ele desistiu porque os valores estão bem acima da média do que ele pagava antes e se assustou [...]

Quando indagada sobre a mudança de público frequentador do Mercado após a revitalização e criação do Largo e sobre se ela acha que ocorreu uma atração de

um público aparentemente com maior capital escolar e econômico e uma suposta exclusão de um público com menor capital social (econômico e cultural), Márcia responde enfaticamente que sim e segue dizendo:

O Mercado hoje acho que está dividindo o tipo de público mais né, que é esse de maior poder aquisitivo, mas esse de certa forma acho que acabam vindo pra praça de alimentação, pra passeio, né, e acabam não consumindo muita coisa aqui, né, porque tu sabe que esse pessoal que tem maior poder aquisitivo acaba viajando pra fora e acaba comprando fora e não comprando aqui né.

Entrevistado nº 4:

Em relação ao público que antes frequentava o MCP e o que frequenta atualmente, o Sr. Oliveira, dono da Barbearia, deixa claro que mudou, não os clientes dele, mas sim as “*pessoas que andam por ali*”. Ele também fala que as atividades culturais que hoje ocorrem no Mercado não ajudam seu negócio em nada:

Em vez de ajudar até atrapalha porque dia que tem evento ai vai tudo pra lá ninguém passa por aqui. A parte de cá do Mercado fica meio isolado quando tem evento lá nós não participamos de nada, pra nós aqui não adianta nada, adianta pros bares e restaurantes do lado de lá.

Entrevistada nº 5:

Procurou-se saber a posição dos novos permissionários do Mercado, aqueles que instalaram seus negócios após a requalificação do prédio, pois é de suma importância para a constatação da hipótese o posicionamento deste grupo de entrevistados.

Renata, do Café Bem Brasil, se diz insatisfeita com algumas mudanças sofridas no MCP concomitante com a reforma e construção do Largo Edmar Fetter. Ela diz:

Eu acho que o Mercado Público ainda não é totalmente público, as pessoas, elas têm horário para poder frequentar o Mercado, pra entrar e sair do Mercado e isso não deveria acontecer [...] Se ele é público eu acho que como um ponto né, histórico pra visitação das pessoas, como ponto de cultura da cidade ele deveria ter um horário mais flexível para as pessoas puderem visitar e circular pelo Mercado e isso ajudaria também muito a nós principalmente o pessoal aqui da área externa.

Ao perguntar a Renata se ela acha que com essa revitalização do Mercado, que ocasionou uma possível resignificação social do uso do espaço do mesmo, pode ter ocorrido a expulsão de um público de menor poder aquisitivo e menor capital escolar e pode ter atraído um público inverso (de maior poder aquisitivo e,

consequentemente, de maior capital social), a entrevistada responde que sim. E em seguida argumenta:

Sim, pode se dizer que sim, porque esse público antes que estava presente no Mercado, talvez ele se sentisse mais à vontade pra buscar aqueles produtos que era de rotina, mais simples. É, talvez tenha atraído um público com capital social mais alto porque a gente vê muito o pessoal das universidades transitando por aqui, a gente vê um pessoal de fora, os estudantes vêm muito aqui, principalmente aqui que a gente funciona como Choperia, a gente vê que nosso público são professores, professores de classe econômica mais alta.

Perguntou-se a entrevistada se ela teria sugestões a fazer para manter o MCP como um ponto vivo central da cidade, para que cada vez mais a alteridade neste espaço e no entorno seja aceita e para que o Mercado não perca sua originalidade. Ela diz que acredita que a Prefeitura, através da Secretaria responsável, poderia promover mais a imagem do MCP, apresentando o Mercado às comunidades e bairros. Renata comenta sobre alguns eventos quando fala sobre como ela pensa que deveria ser apresentado o Mercado Central, evidenciando as atividades “do povo e para o povo”. Ela sugere a seguir que o Mercado é para todas as classes:

Diz olha todo o sábado tem samba que é uma atividade do povo, o samba é do povo todo o sábado lota, tem a Sexta Black que atinge um outro público, os negros, as pessoas se sentem com um dia especial pra eles, tanto é que o nome é Sexta Black, a música é toda de artistas negros e tal. Eu acredito que falta apresentar mais o Mercado que realmente ele é pra isso e atingir vários públicos, não somente uma classe média porque o Mercado é pra todos [...] como o samba né, que atinge todas as classes.

Perguntou-se, então, se seria legítimo dizer que ocorreu uma exclusão de grupos de pessoas e a entrevistada responde afirmativamente, dizendo:

Sim, porque o pessoal acha que mudou, que tá muito fino, vamos dizer assim numa linguagem mais popular...pode-se dizer que sim. Mas, aí, em contrapartida, se acontecesse essa apresentação para a população eles iam ver que não mudou tanto, tipo mudou, mudou pra melhor teve a revitalização sim, mas tem produtos pra todos os gostos ainda, tu podes tomar o cafezinho por 3 reais [...] no Macanudo tem lanche por 10 reais.

Entrevistada nº 6:

Sobre a requalificação do MCP, que ocasionou a ressignificação social do uso do espaço do Mercado, procurou-se saber da quinta entrevistada, Márcia da Casa de Artesanatos, se ela entende ter ocorrido a expulsão de um público de menor poder aquisitivo e menor capital escolar e ao mesmo tempo pode ter atraído um público inverso (de maior poder aquisitivo e de maior capital social) e ela responde

que sim, mas ela entende que não ocorreu exclusão social em função da reforma, nem do novo modelo de Mercado. Ela relata: *“Exclusão porque mudou o comércio aqui dentro, então, aquele comércio atraía um público diferente também”*.

Márcia acha que com a revitalização do prédio do Mercado parece ter ocorrido inicialmente uma higienização no entorno do Mercado também, porém, a entrevistada refere que pessoas de uma *“classe mais baixa”* frequentavam o Mercado em razão de um comércio mais popular. No entanto, Márcia percebe que estas pessoas vêm ao Mercado pela primeira vez e acham o Mercado bonito e acabam voltando. Ela conclui:

Eu acho que assim, mesmo as pessoas bem mais simples estão aderindo o Mercado, por exemplo, tem ali um barzinho que é bem simples, porque as vezes as pessoas podem não se sentir à vontade ali nas trufas, mas vai se sentir bem na barbearia, na lancheria [...] as pessoas estão se dando conta de que não é tudo tão sofisticado assim, que não se adéque a opção delas.

Entrevistado nº 7:

Com a revitalização do prédio do Mercado, também ocorreu uma higienização em relação aos frequentadores e transeuntes no entorno do Mercado e perguntou-se ao entrevistado como ele via essa questão. Ao que ele responde:

O que houve foi uma preocupação de valorização. Eu acho que quando a gente iluminou mais a praça. A gente deu mais segurança. Algumas situações sociais se afastaram porque elas são mais obscuras, né? São mais marginalizadas e isso de certa maneira pode ter ocasionado o efeito colateral e não proposital dessa limpeza, né? Essa higienização. Algumas coisas nós até fomos parceiros. Tinha uma cultura do Sopão aquele. De servir um dia por semana lá. Em várias situações nós fizemos operações em conjunto. Por exemplo: o Sopão era servido na frente lá, e como juntava muita gente vulnerável a gente pediu colocou na lateral e eles ficaram lá pelo tempo que eles entenderam. E as prostitutas deve ter sido algo similar.

Para o secretário, existem situações *“distintas socialmente: No momento em que a sociedade se apropriou um pouco mais da praça aconteceu isso”*.

Em relação a possível descaracterização do MCP se comparado a outros mercados públicos, quanto à disposição das mercadorias e as regras que parecem ter uma certa informalidade típica de mercado público, o entrevistado se posiciona dizendo que ocorrem duas situações. Uma delas é a preocupação dos preservacionistas que procuram manter a arquitetura do prédio do MCP limpa, sem penduricalhos, visando garantir o valor arquitetônico e a não descaracterização do

próprio prédio do Mercado. *“Aonde entra o limite do interesse da arquitetura, IPHAN, turma Cult e Mercado como Mercado?”*.

Fernando acrescenta que o que mais importa no Mercado Central são os produtos da região, produtos da terra, embora os mercados públicos tenham a cultura de agregar vários produtos. Ele cita o exemplo dos doces de Pelotas e que para ele a loja teve êxito total: *“a gente conseguiu fazer isso com o doce. Acho que foi legal. Porque se perguntar sobre a capital nacional do doce, ter doces lá de toda ordem, foi legal”*. Logo em seguida, Fernando diz que sente que falta alguma coisa no Mercado Central de Pelotas: *“Existe alguma coisa lá dentro, mas ainda é insuficiente. Ainda temos que conquistar isso, por isso que o Mercado de Pelotas ele tinha que fortalecer aquela história que o garoto aquele da Imperatriz fez”*.

Indagou-se do entrevistado se para ele a revitalização do Mercado Central que, aparentemente, ocasionou a resignificação social do uso do espaço do Mercado, “expulsou” um público de menor poder aquisitivo e menor capital escolar e atraiu um público inverso (de maior poder aquisitivo e de maior capital social). Ele relata:

Eu acho que aumentou e muito as pessoas de mais capital e aumentou e muito as pessoas populares. Por motivos diferentes do passado. Hoje, eles estão lá pela soma de produtos culturais. Entendeu? Samba, Sexta Black, a série de eventos que tem. O bar aquele da lateral tem uma zona mais simples, mais natural. Tem uma boate LGBT na frente uma turma que se sente mais socialmente incluída na minha opinião. Eu acho que aumentou e muito. O que houve foi uma modificação de quem vai. Modificou o público por motivos diferentes.

Para o Secretário Fernando Estima, existem atividades que ocorrem no Mercado que começaram bem, mas que tomaram um vulto maior e por isso não deveriam mais estar ocupando o espaço interno do MCP, a exemplo do Samba, como ele diz:

Ao colocar o samba no Mercado. Se é verdade que as escolas de samba no Rio têm o seu pavilhão do samba e fazem do pavilhão quase que uma empresa, né, criando os eventos e visitantes, vendendo ingressos. Aquilo ali virou maior que o Mercado. Não tem mais como fazer dentro de um pátio daquele ali. Já não respeita mais as questões de segurança, as questões de limpeza, o quebra-quebra dos banheiros, o volume de produto, é isso que assusta eles, entendeu? Se o condomínio fosse bancar a limpeza, os milhares de reais que tu gasta por ano só de papel higiênico e material de limpeza do banheiro que tu gasta por ano é de impressionar, é de impressionar. Não, não traz prá cá, se não vai sair o samba porque o samba é caro mas aí não é a gente que paga. A doce ilusão de que o dinheiro público que a Prefeitura tá botando nisso não é deles também. É de todos nós, né?

E em relação a retirada de algumas lojas do MCP, o entrevistado cita o exemplo da louça branca: “*eu sei que alguns resolveram se retirar por conta própria, vou citar como exemplo a loja de louças que era tradicional, a louça branca e como ele viu que não poderia ficar com mais duas lojas, tá*”.

Para ele, alguns dos permissionários antigos do Mercado Central saíram por causa da obra, enquanto outros

já estavam sinalizados que não voltariam que é o caso dos calçados, mas que não ficariam mal, e foram preteridos e com possibilidade do Pop Center, então, houve um acordo: Olha, não venham mais para o Mercado, não é mais a função do Mercado, não é mais o perfil do Mercado, então vamos jogar as pessoas, ou seja, vamos colocar as pessoas no Pop Center (fui muito infeliz ao falar jogar). Então, vamos colocá-los no Pop Center. E depois teve aqueles que regressaram e tinham a opção de permanecer ou não tá.

- **Resumo da categoria de análise sobre a higienização da área pública do Mercado (interna e externa)**

Em entrevista, os sujeitos sociais se referem ao Mercado elitizado, que excluiu um público de pessoas que costumavam ir ao Mercado para fazer compras e consumir nos bares e que hoje não entram mais no Mercado, pois o consideram "elitizado", com produtos destinados a um público de capital socioeconômico mais alto. Os entrevistados do grupo dos permissionários do MCP que não reocuparam suas lojas no Mercado sentiram-se, de certa forma, excluídos, preteridos a outros. Um deles diz ter ficado com “*sentimento de traição*” (entrevistado nº 1). Ainda hoje, após ter passado anos da reabertura do prédio do Mercado, percebeu-se nitidamente a indignação dos permissionários que antes da reforma tinham suas lojas abertas no Mercado. O mesmo sentimento foi expresso inclusive pelos permissionários que retornaram para o MCP, como é o caso da Márcia (Casa de Vimes) e do Sr. Oliveira (Barbeiro), que se manifestaram no sentido de que ocorreram muitas injustiças por parte da administração da época que levaram a exclusão de muitos permissionários do comércio do Mercado e, que segundo eles, poderiam ter permanecido ali.

Conforme relato dos entrevistados, inclusive do atual administrador do MCP, o novo modelo de Mercado Central que surgiu após a revitalização atraiu um público de maior poder aquisitivo e de maior capital social e, conseqüentemente, excluiu o público frequentador de condição inversa. E, no que toca a expulsão dos antigos

permissionários por razões adversas a eles, pode-se considerar que ocorreu gentrificação a partir da revitalização do MC de Pelotas.

4.3.2 Centralidade e a necessidade da revitalização no Mercado Central de Pelotas

Sobre a revitalização no Mercado Central de Pelotas e a criação do Largo Edmar Fetter realizadas através do Programa Monumenta, IPHAN, com o apoio do BID e parceria da PAC (cidades históricas), salienta-se a importância de registrar o posicionamento dos entrevistados, sujeitos sociais de pesquisa. Tanto os entrevistados, quanto os frequentadores do Mercado Central que responderam aos questionários aplicados, disseram que acharam a revitalização do prédio do Mercado e a criação do Largo muito expressivas e positivas para a cidade de Pelotas. Eles se demonstraram satisfeitos em relação às melhorias ocorridas no prédio do Mercado e no seu entorno.

Através das entrevistas realizadas, procurou-se compreender melhor como se deu o processo de revitalização do Mercado Central e suas consequências para os ocupantes deste espaço público. Buscou-se captar, através das falas dos sujeitos sociais, o que a revitalização do Mercado representou e quais foram os resultados das mudanças ocorridas que levaram a ressignificação do uso deste espaço público da cidade de Pelotas.

Ao perguntar aos entrevistados sobre o que eles acharam da revitalização do Mercado Central de Pelotas e da criação do Largo Edmar Fetter, percebeu-se que eles possuíam posições muito semelhantes, embora com algumas ressalvas. Eles consideraram importante e positiva a revitalização dos dois, aduziram que o Mercado estava degradado, mal cuidado, sem iluminação e que necessitava de reformas.

De certo modo, os entrevistados relacionaram a revitalização do MCP de Pelotas, somado à construção do Largo Edmar Fetter, com a recuperação do uso deste espaço público para atividades culturais e de entretenimento, que há tempos não aconteciam no centro histórico da cidade de Pelotas. No entanto, os entrevistados não foram unânimes em relação ao comércio. Uns entendem que a revitalização não implicou na recuperação do comércio desenvolvido no Mercado e

outros entendem que o comércio também foi favorecido com a revitalização, mesmo tendo mudado a dinâmica comercial no espaço do MCP. Salienta-se que, dentre os sujeitos sociais entrevistados, somente a entrevistada nº 3, dona do Café Bem Brasil, nova permissionária do Mercado e o entrevistado nº 7, atual Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas, consideraram a revitalização do Mercado como "*um impulso*" de suma importância para o comércio desenvolvido no espaço público do Mercado Central de Pelotas.

4.4 Dos questionários aplicados aos frequentadores do MPC

Os questionários foram aplicados a pessoas que estavam no Mercado Central, consumindo, passeando, sentadas nos corredores ou ainda simplesmente passando por dentro do Mercado. O questionário elaborado que encontra-se no apêndice, possui perguntas abertas e fechadas e os entrevistados não foram identificados. Os questionários foram elaborados com perguntas que visam obter informações sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, como grau de instrução, se possuem bens (casa própria, automóvel...), por exemplo. Além, também, de questões referentes à prática de ir ao Mercado Público de Pelotas, a frequência e os motivos. Os dias e turnos em que foram aplicados os questionários são aqueles já mencionados no capítulo III.

No total foram analisados 20 questionários e neles continham 21 perguntas, todas iguais, com o intuito de captar através das respostas e das falas dos sujeitos sociais de pesquisa informações relevantes para esta dissertação.

Dos 20 questionários aplicados, 11 foram respondidos por mulheres e os outros nove por entrevistados do sexo masculino. A faixa de idade dos entrevistados variou entre 19 e 72 anos de idade. A naturalidade dos entrevistados são: 13 pessoas natural de Pelotas e outras de localidades diferentes, como: um de São Francisco de Paula, dois de Camaquã, um de Lavras do Sul, um de Bagé, um de São Paulo/SP e um do Acre/AC. As ocupações dos entrevistados são: um Técnico químico geógrafo, um autônomo, um aposentado, três professores, um que trabalha com hotelaria, um eletricitista, um da Marinha Mercante, um Professor da FURG, três estudantes, um assistente de administração da UFPel, uma geógrafa, dois comerciantes, uma mosaicista, uma mestranda e um estudante/estagiário.

Quadro 3 - Quadro que representa o Capital social dos frequentadores do MPC de Pelotas

Fre-quentadores	Casa própria		Automóvel		Grau de instrução						Ocupação	
	S	N	S	N	FI	FC	EMI	EMC	SI	SC		
1		X		X						X		Estudante/estagiária
2	X		X								X	Técnico químico/geógrafo
3		X	X								X	Autônomo
4	X		X							X		Eletricista
5	X			X						X		Aposentado
6		X		X							X	Professor
7		X		X			X					Estudante
8		X	X								X	Geógrafa
9	X			X							X	Professora
10	X		X								X	Hotelaria
11	X		X					X				Assistente de administração/UFPel
12	X		X								X	Mestranda
13		X		X						X		Comerciante
14		X	X							X		Marinha Mercante
15		X		X						X		Estudante
16	X		X							X		Professora
17	X		X							X		Mosaicista
18	X		X								X	Psicóloga
19		X		X						X		Estudante
20	X		X								X	Professora da Furg
Resul- tados	11	09	12	08			01	01	09	09		

Fonte: Elaboração da autora

Legenda:

S - Sim

N - Não

FI - Fundamental Incompleto

FC - Fundamental Completo

EMI - Ensino Médio Incompleto

EMC - Ensino Médio Completo

SI - Superior Incompleto

SC - Superior Completo

O quadro acima pretende demonstrar de maneira sucinta o que foi possível identificar em relação ao capital social (cultural e econômico) dos frequentadores entrevistados. Partindo da perspectiva de Bourdieu (2007) sobre o capital social como consequência da união entre o capital cultural e o capital econômico dos agentes, nota-se o reflexo da reforma do Mercado Público na (re)construção do espaço social, de modo que os frequentadores estão posicionados em função da distribuição dos seus capitais (econômico e cultural). Por meio dos depoimentos dos frequentadores que participaram desta pesquisa, sobre os seus bens materiais e hábitos referente ao uso do espaço do MPC, observa-se que as práticas sociais comentadas por eles (entretenimento, atrações artísticas, musicais e culturais, etc.),

ocasionam novas relações sociais que são observadas e reconhecidas como uma proximidade de interesses de um grupo social que antigamente não frequentava o espaço do MCP.

Dos 20 entrevistados, nove não possuem casa própria e os outros 11 possuem. Em relação a possuir ou não automóvel, oito pessoas entrevistadas disseram que não possuem automóvel e as 12 restantes disseram que possuem. Em relação ao grau de instrução dos entrevistados, foram encontrados nove com curso superior completo, nove com superior incompleto, um com ensino médio completo e um com ensino médio incompleto.

Procurou-se saber, através das perguntas do questionário, sobre a prática de ir ao MCP, antes e depois das obras de requalificação do mesmo (até 2009 e depois de 2012).

Antes do início das obras de revitalização (até 2009), dos 20 entrevistados, 14 responderam que costumavam frequentar o Mercado e os outros 06 responderam que não costumavam frequentar o Mercado antes de 2012. Destes 14 que costumavam frequentar o MCP até o ano de 2009, oito disseram que iam ao Mercado uma vez por semana, três disseram que iam ao Mercado uma vez a cada quinze dias, dois uma vez por mês e um ia ao Mercado diariamente. Dos motivos deste grupo de 14 pessoas que frequentava o Mercado Central antes da revitalização, 12 disseram que iam ao MCP para comprar produtos nas bancas e para consumir produtos e serviços no próprio Mercado, 01 além de comprar e consumir produtos também responderam que iam para entretenimento e somente 01 dos entrevistados disse que ia ao Mercado apenas para entretenimento.

Dos 06 entrevistados que responderam que não costumavam ir ao MCP, dois deles disseram que não iam porque *“não achava atrativo”* ou *“por falta de opções de lazer”*, três justificaram que eram muito jovens e um respondeu que em 2016 foi o primeiro ano que foi ao Mercado.

Das 20 pessoas entrevistadas que responderam ao questionário, 17 delas disseram que frequentam o MCP desde a sua reabertura, após a finalização das obras de revitalização/requalificação, em 2012, e as outras três disseram que não costumam frequentar o MCP pelas seguintes razões: *“porque não costumo ir na cidade”*, *“não sei”* e *“porque estudo na Furg”*.

Das 17 pessoas que frequentam o Mercado desde 2012, quatro delas responderam que vão lá diariamente, seis que vão ao Mercado uma vez por semana, quatro que vão lá uma vez a cada quinze dias, duas pessoas responderam que vão ao Mercado no fim de semana e uma delas vai ao Mercado uma vez por mês. Deste grupo de pessoas que frequentam o MCP, a maioria marcou mais de uma opção de resposta, que foram as seguintes: somente duas (02) dizem que vão ao Mercado para comprar produtos nas bancas; 10 entrevistados disseram que vão ao Mercado para consumir produtos no próprio Mercado, nas lancherias, nas docerias, nas cervejarias, nas cafeterias, nas barbearias, etc.; outros quatro (04) entrevistados disseram que também vão para passear; no entanto, o que mais chamou a atenção foi o fato de que 10 responderam que também vão ao Mercado para entretenimento.

Abaixo transcreve-se a resposta dos entrevistados que foram indagados sobre o que pensam da reforma do MCP, onde eles também mencionam os pontos positivos e os pontos negativos que consideram importantes sobre a revitalização, onde a ocupação de cada um deles é informada como forma de identificação.

1. *“Tornou-se um Mercado elitizado”* (autônomo);
2. *“Pontos Positivos: mais entretenimento, mais bancas para lazer, lanches, bebidas, sambão aos finais, mais ou menos o novo ‘point’ da cidade, pouco cheiro de peixe. Pontos Negativos: não há em minha opinião”* (estudante/estagiária);
3. *“A reforma foi muito significativa. Mas deixou de ser a sua característica. Que era a venda dos produtos hortifrutigranjeiros. Positivo foi o espaço musical”* (aposentado);
4. *“Muito mais agradável, risos ao ar livre com choperias, sem cheiro de peixe atualmente”* (estudante);
5. *“Acredito que o mix de lojas agregado a programação cultural oferece uma nova opção de entretenimento em Pelotas”* (comerciante);
6. *“Positivos: está revitalizado na questão cultural-artístico. Negativos: Perdeu um pouco as características do Mercado Antigo com galinhas e outras situações. Parece mais um mini shopping”* (professor);
7. *“O Mercado Público ficou muito bem depois da reforma que fizeram, tem*

mais entretenimentos para as pessoas, é uma pena que os banheiros estão sujos e mau cuidados por causa das pessoas. E que continue assim com bastante atividades para as pessoas que vem de fora, para conhecer a cidade” (estudante);

8. *“Acho que o espaço ficou mais limpo, mais aberto e mais convidativo. Oferecendo mais opções de lazer”* (Marinha Mercante);

9. *“Então, o Mercado Público, hoje em dia não se é possível ir passear lá com pouco dinheiro, está tudo absurdamente mais caro, fora a descaracterização do mesmo”* (eletricista);

10. *“A reforma do mercado público propiciou a revitalização do local, atraindo novo público e proporcionando novas opções de lazer e entretenimento”* (estudante);

11. *“Pontos positivos: desfrutar atividades culturais gratuitas, banheiros limpos e com papel. Pontos negativos: condicionamento do uso das mesas ao consumo. Pouco apoio dos comerciantes aos eventos culturais”* (Professora - Furg);

12. *“Descaracterizou o mercado. Os lojistas antigos foram embora, as lojas ficaram menores. A música qualificou com a cultura. Os banheiros são mal cuidados”* (téc. químico/geógrafo);

13. *“Positivo, o mercado se tornou mais amplo, mas poderia ter mais atração nos finais de semana, com música ou apresentações artísticas e num horário mais cedo, tipo às 15h. Acredito que chamaria mais atenção”* (professora);

14. *“Encontro de pessoas ligadas a cultura para mim é o ponto positivo que me faz vir. Não tenho pontos negativos a declarar”* (mosaicista);

15. *“As mudanças ocorridas no Mercado Público Central de Pelotas foram positivas em relação à cultura, arte e entretenimento, pois valoriza e aproxima a sociedade da cultura da sua própria região. Também a revitalização desse espaço trouxe uma certa segurança ao seu entorno, pois está iluminado. Já no que se refere à função do MPC, mudou, porque antes da revitalização o mercado era voltado aos comércios múltiplos, em na maioria do setor alimentício de caráter caseiro, artesanal que estabeleciam relações de vendas de modo democrático, que refletiam identidade, a tradição e os costumes da região. Depois da reforma tornou-se um local elitizado, onde o pelotense quando frequenta não consome muito os produtos comercializados aqui”* (geógrafa);

16. *“Achei belíssima a reforma. Acho fundamental toda a preservação possível de patrimônio histórico. A reforma trouxe inúmeras melhorias para o centro de Pelotas. Tanto culturais, histórica, gastronômica, entre outras. Mas acho que perdeu muito de ‘mercado público’ com a rigorosa seleção das bancas. Perdeu em muito o aspecto ‘popular’ dos produtos oferecidos. Afastou assim uma parte da população que antes frequentava”* (professora);

17. *“Acho que a reforma trouxe aspectos positivos e também negativos. As iniciativas culturais, a feira orgânica, aconchegantes espaços com cafés e docerias, reforma do prédio e etc. São os avanços que no meu ver levaram um público de determinado estrato social a frequentar e encontrar no Mercado um lugar de lazer e entretenimento. Por outro lado, perdemos uma característica que marca os mercados do mundo. Hoje não podemos mais encontrar as especiarias e produtos coloniais. Esse, no meu ver, é um ponto negativo da reforma”* (hotelaria);

18. *“A reforma foi boa e a organização das bancas. Os pontos negativos é que não parece mais um mercado, dado a não ter açougues, frutarias (mais de uma), as lojas que vendiam coisas do campo. Só vendem peixe. Até salão de beleza de esmaltes tem. O mercado parece um shopping no centro. Sinto longe do mercado, ou melhor, da ideia de mercado. Elitizaram o mercado e mataram os cães”* (mestranda);

19. *“O mercado público de antes era popular, do povão, o projeto, após a revitalização, o transformou num espaço elitizado, com as lojas internas com produtos poucos atraentes, resumindo-se a comida, peixarias e salão de cabeleireiro”* (comerciante);

20. *“Um ambiente com qualidade: (higiene, bonito, limpo) bons lanches, acolhedor, restaurante com frutos do mar maravilhoso. O visual do lado de fora do mercado bonito, no inverno à noite lembrou-me o estilo europeu com os aquecedores e a serração. No meu ponto de vista tudo de bom acontece no mercado, ‘mercado das pulgas’ no sábado, é maravilhoso. Resumo: tenho somente coisas boas para falar desse espaço, mas gostaria que continuasse com a cara do mercado que conheci há 45 anos atrás, com as bancas antigas, aquele pessoal com seus produtos. Deve-se se criar políticas públicas que traga os antigos comerciantes também para e convívio.*

- **Quadro de Síntese e análise dos relatos dos entrevistados constantes na última pergunta do questionário aplicado.**

A questão é sobre o que os frequentadores pensam da revitalização do MCP e dos pontos que eles consideram negativos e positivos deste processo.

Para que o leitor possa visualizar melhor o resultado obtido nas respostas dos sujeitos sociais que fazem parte do grupo dos 20 frequentadores entrevistados, optou-se por apresentar o quadro abaixo com três categorias de respostas apresentadas: 1) pontos positivos; 2) pontos negativos; 3) pontos positivos e pontos negativos. Foram considerados pontos positivos aqueles comentários que fazem alusão as coisas boas que resultaram da revitalização do prédio do MCP e do seu entorno com a criação do Largo. Enquanto os pontos negativos são aqueles em que os sujeitos sociais reclamaram das consequências da revitalização do MCP, demonstrando-se insatisfeitos com o novo modelo de Mercado, seja em relação aos aspectos físicos, bem como aos aspectos simbólicos.

Quadro 4 - Opinião dos frequentadores sobre a revitalização do MCP

Entrevistados	Pontos Positivos	Pontos Negativos	Pontos Positivos e Negativos
1		X	
2	X		
3			X
4	X		
5	X		
6			X
7			X
8	X		
9		X	X
10			
11			X
12			X
13			X
14	X		
15			X
16			X
17			X
18			X
19		X	
20			X
Total	5	3	12

Fonte: Elaborado pela autora

- **Leitura do quadro:**

Observando o quadro acima se identificam os cinco entrevistados que apontaram somente pontos positivos no MCP com a revitalização, os três que

mencionaram somente pontos negativos da reforma do Mercado e os demais, 12, que falaram sobre os pontos positivos e sobre os negativos no Mercado em decorrência da revitalização.

Trata-se de uma pequena amostra de frequentadores do Mercado Central (20 entrevistados). Após a análise das respostas obtidas pela aplicação do questionário, ao se considerar os 05 participantes que mencionaram somente pontos positivos da reforma somados aos 12 participantes que citaram pontos positivos e negativos da reforma, tem-se 17 participantes que consideram a revitalização do MCP positiva, ou seja, quase a totalidade destes participantes. Eles utilizaram nas suas respostas expressões como: reforma foi boa, organização, belíssimo, agradável, espaço mais limpo, aberto e convidativo, mais entretenimento, mais lazer, reforma significativa, programação e atividade cultural gratuita, encontro de pessoas ligadas à cultura, preservação do patrimônio histórico, feira orgânica, etc.

Sendo assim, dos 20 entrevistados, outros três (03) consideram que com a reforma do MCP surgiram somente pontos negativos e estes devem ser somados aos outros 12 que citaram pontos negativos e positivos da reforma, perfazendo, então, um grupo de 15 entrevistados que identificam pontos negativos sobre a reforma do Mercado Central. Estes fizeram alguns comentários acima descritos e utilizaram expressões como: elitizou, descaracterizou, parece um mini shopping, perdeu-se a característica dos mercados do mundo, não é mais popular, etc.

4.5 Dos Documentos analisados

Os documentos a seguir foram eleitos pela pesquisadora que os considerou relevantes para melhor entendimento a respeito de como o Poder Público, neste caso a Prefeitura Municipal de Pelotas, atuou e deliberou sobre as normas de utilização e funcionamento do MCP antes da desocupação do prédio para reformas de requalificação em 2008, através do Decreto nº 5.079 de maio de 2008, sobre as normas e procedimentos complementares de funcionamento na fase de transição das obras de reforma do MCP, quando da ocasião da saída dos antigos permissionários do prédio, com o Decreto nº 5.198 de 25 de agosto de 2009.

Documentos onde também se comprova a atuação por parte do poder público quando da criação e publicação dos processos de licitação para ocupação das

bancas, lojas e quartos em dois momentos: um logo em seguida da entrega das obras de requalificação e reabertura do Mercado Central, criado ainda na gestão do Prefeito Fetter Jr., no ano 2012, com o Edital Concorrência de nº 11/2012 e outro criado um ano depois, já na gestão do Prefeito Eduardo Leite, em 2013, com o Edital Concorrência de nº 12/2013.

1) Decreto nº 5.079, de maio de 2008, que institui normas e procedimentos de utilização e de funcionamento do MCP, destinadas aos atuais ocupantes das bancas e das lojas do Mercado.

No art. 2º deste documento ficou determinado que os ocupantes das lojas, quarto e bancas, assim como dos espaços públicos do Mercado, estavam convocados para fazerem um cadastro obrigatório para confirmar sua regularidade, mediante a permissão de uso, certidão negativa de débitos de impostos, taxas nas esferas municipal, estadual e federal, bem como o CPF e CNPJ, o recibo de quitação dos alugueis e outros. Dentre os documentos exigidos, os permissionários deveriam apresentar as notas fiscais para declarar sua atividade, através da comprovação da mercadoria vendida nos últimos 12 meses, além do devido alvará de funcionamento.

No entanto, o que chamou a atenção da pesquisadora foi o fato de que neste Decreto foi dado um prazo de apenas 10 dias para que os permissionários efetuassem o cadastro, de 20 a 30 de maio de 2008, com exceção da permissão de uso e do alvará que tiveram um prazo de mais 10 dias. Este cadastro tinha por objetivo avaliar a localização das lojas dos permissionários durante o período das obras, identificar as situações legais de ocupação dos permissionários e promover estudos sobre o uso e exploração dos espaços públicos do MCP no projeto de requalificação e restauro do Mercado Público Central, a fim de reestruturar o funcionamento e a organização do Mercado Central.

Quando da ocasião das entrevistas, foi perguntado ao atual administrador do Mercado Central sobre tal Decreto, especificamente sobre o prazo estipulado para que os permissionários apresentassem a documentação exigida, ele respondeu que esse decreto não era da sua gestão, que então ele não o conhecia exatamente, mas afirmou que:

Não foi fundamental o prazo porque eu conheço decreto de 10 dias ou mais e isso não é importante. O que eu sei é o seguinte, a maioria saiu do Mercado e foi para esse conjunto de lojas e depois durante todo o período de obras se teve um tempo para sinalizar quem é que iria quem é que não iria para o Mercado. E, depois independente desses dez dias ou não durante todo o período de obras, se teve um tempo para sinalizar quem iria para o Mercado e quem não iria

No parágrafo 2º, do artigo 3º, diz que os ocupantes que não cumprirem com o cadastro, obrigatório apresentando a documentação solicitada, terão suas permissões revogadas. Sendo assim, identificou-se um elemento que pode ter ocasionado a saída dos antigos permissionários do Mercado, ou seja, a dificuldade que pode ter ocorrido em não conseguir apresentar toda a documentação exigida.

Ainda dispõe o mencionado Decreto que os permissionários que cumprirem as exigências acima descritas poderiam renovar o Termo de permissão onerosa de uso do espaço do Mercado Central com o Município de Pelotas, pelo prazo de cinco anos, podendo também ser revogada caso não sejam cumpridas as normas deste decreto e as do Termo de permissão de uso.

Além destas exigências, os permissionários do Mercado deveriam ter atividade compatível com aquelas do quadro de usos e os que não se enquadrassem deveriam participar de novo processo de licitação caso quisessem permanecer no Mercado.

Este Decreto entrou em vigor no mesmo dia da publicação, ou seja, em 16/05/2008.

2) Decreto Nº 5.198, de 25 de agosto de 2009. Estabelece normas e procedimentos complementares para funcionamento do Mercado Público Municipal durante a fase de transição, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação, e dá outras providências. Este Decreto foi elaborado como complemento ao anterior (Decreto nº 5.079, de maio de 2008), para a fase de transição, em face da implementação do projeto de requalificação. Este Decreto visou comunicar os permissionários para a desocupação dos espaços do Mercado (lojas, bancas, quartos e demais espaços públicos).

Para aqueles permissionários que conseguiram cumprir com o que foi exigido no Decreto nº 5.079 de 2008 e cuja atividade fosse permitida por lei, anterior a este, o Município se compromete de acordo com os recursos públicos disponíveis e com o

interesse público em oferecer espaço alternativo para que os permissionários prosseguissem trabalhando com suas atividades econômicas. Tais espaços alternativos foram sorteados pela comissão formada pelas Secretarias de Cultura, de Serviços urbanos e de Desenvolvimento Econômico. No art. 5º deste decreto fica determinada a regulamentação das atividades dos permissionários e encargos devidos durante a fase de transição.

Com as entrevistas aos permissionários antigos do Mercado, tanto os que retornaram quanto aqueles que não voltaram para suas bancas no Mercado, percebeu-se a indignação de todos em relação ao local alternativo que a Prefeitura determinou para que eles permanecessem durante o período de transição de obras no Mercado. Todos os quatro entrevistados reclamaram do longo período em que ficaram aguardando a conclusão das obras do Mercado, mal instalados em bancas muito precárias, assim como também o Secretário atual, Sr. Fernando Estima, comenta em sua entrevista. Além da condição precária das instalações das bancas alternativas oferecidas pela Prefeitura, os permissionários alegam que passaram a pagar um valor bem mais alto a título de aluguel, mais alto do que eles pagavam no Mercado antes do início da reforma. Além disso, os permissionários reclamaram a perda de clientela, pois, segundo eles, não houve nenhum empenho por parte da comissão responsável para ajudá-los com publicidade ou algum outro tipo de informação sobre onde estavam trabalhando durante o período de obras do Mercado.

Tudo o que foi oportunamente declarado em entrevista pelos permissionários se confirma quando da análise destes dois Decretos, que tratam de questões diretamente ligadas aos permissionários da época do MCP e suas bancas, lojas e quartos, verificando-se que eles passaram por um momento de vulnerabilidade durante esses quatro anos que o prédio do Mercado estava sendo restaurado.

3) Edital de Concorrência nº 11/2012, de outubro de 2012, dispõe sobre a Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Este foi o primeiro edital de licitação de lojas, bancas e quartos do Mercado Central, após a reabertura do prédio, depois da finalização das obras de

requalificação que ocorreu em 27/11/2012. O mencionado edital foi realizado ainda na gestão do Prefeito Fetter Jr., sob a administração do qual o MCP permaneceu durante todo o período de realização das obras de requalificação.

O objeto de licitação são as 12 bancas destinadas a “restaurante, lancheria, doçaria, sorveteria, café e açougue”. Para participar da licitação, o licitante deveria propor um preço à vista para ingresso no MCP, bem como assumiria um preço mensal e tarifa de condomínio pelo uso da banca.

De acordo com este edital, o proponente deveria efetuar pagamento do seguinte modo:

Para participar desta licitação, os licitantes deverão ofertar um preço de ingresso no Mercado Público de Pelotas, que deverá ser pago pelo licitante vencedor, em Reais, em parcela única e à vista, o que deverá ser comprovado no ato da assinatura do Termo de Permissão de Uso (PELOTAS, 2012, p.4).

Aqui identifica-se que não houve um processo licitatório acessível aos interessados nas bancas do Mercado Central, se comparado ao outro edital abaixo comentado, do ano de 2013, Edital de Concorrência nº 12/2013, da nova administração, da gestão do prefeito sucessor, Eduardo Leite, que dá a possibilidade de parcelamento e de tempo de carência para pagamento do valor ofertado na proposta vencedora por parte do permissionário.

Quanto aos valores de outorga das bancas, estes variavam entre R\$17.000 e R\$80.000, de acordo com o cálculo baseado no tamanho de cada loja. O que ainda hoje representa um valor altíssimo se comparado a outros negócios imobiliários do centro da cidade e que posteriormente foi revisto pela Prefeitura Municipal, conforme informou o Sr. Secretário atual, Fernando Estima, em entrevista. O valor mensal das concessões (alugueis) neste edital, variaram entre os valores de R\$700,00 e R\$3.400. Percebe-se que todos os valores referentes a permissão de uso dos espaços do MCP baixaram muito dentro do período de apenas um ano. Possivelmente, estes valores tiveram de ser revistos e recalculados para que se enquadrassem dentro da realidade de mercado.

4) Edital de Concorrência nº 12/2013. Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 36 bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições

estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Esta licitação foi aberta em 10/12/2013, no governo do Prefeito Eduardo Leite, cujo administrador já era o Senhor Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, sujeito social desta pesquisa, entrevistado Sr. Fernando Estima. Estas bancas seriam destinadas para restaurantes, artesanato, *souvenir*, correaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, açougue, sorveteria, cafeteria, hortifrutigranjeiro e floricultura, de acordo com o edital.

Ao analisar este edital, verificou-se que as regras para pagamento do uso das lojas, bancas e quartos do Mercado estavam bem mais acessíveis do que as do primeiro edital, lançado ainda no governo Fetter.

Para participar da licitação, os licitantes deveriam pagar um preço de ingresso no Mercado Central, da seguinte forma constante no edital:

a) em parcela única (à vista), admitida carência de três meses para o pagamento, a contar do início das atividades; b) entrada de 20% (vinte por cento) do valor ofertado e o saldo parcelado em seis parcelas mensais e consecutivas; sendo que para o pagamento do valor de entrada, o permissionário terá carência de 3 (três) meses a contar do início das suas atividades no Mercado Público (PELOTAS, 2013, p.4).

Neste caso, observa-se que no primeiro edital o licitante não gozava da prerrogativa dos três meses de carência a contar do início das atividades, caso ofertasse o valor em parcela única ou pudesse pagar modo parcelado o seu direito de uso do espaço do MCP, com 20% do valor proposto de entrada e o saldo parcelado em até seis vezes, também com carência de três meses para o pagamento do valor de entrada a contar do início das suas atividades no Mercado. No edital, o licitante também fica ciente do pagamento a título de aluguel da banca e da taxa de condomínio, como o primeiro.

Neste edital se identificam algumas concessões feitas pela Prefeitura Municipal, visando facilitar o ingresso de novos permissionários no Mercado Central, o que confere com as informações do Sr. Secretário Fernando Estima prestadas em entrevista.

Ainda, o valor da outorga das 36 bancas ofertadas/disponibilizadas para permissão de uso no Mercado Público no edital variava entre R\$2.700 e R\$13.600 aproximadamente e o valor mensal das concessões (aluguéis) também estavam entre R\$700 e R\$3.400, de acordo com cálculo baseado na área útil de cada espaço

comercial.

Estes documentos acima comentados foram eleitos pela pesquisadora à título ilustrativo, visando mostrar os valores absurdamente altos que estavam sendo cobrados pelas bancas do MCP logo em seguida de sua reabertura, o que, possivelmente, foi mais um elemento impeditivo do retorno dos antigos permissionários ao Mercado Central que, embora tivessem a intenção de voltar a trabalhar no Mercado, dificilmente conseguiriam cumprir com as exigências dos editais para a permissão de uso das lojas do Mercado. Além do fato de que muitos inicialmente foram excluídos em decorrência das obrigações impostas no edital de 2008, Decreto nº 5.079, que exigia o cadastro obrigatório acompanhado de solicitação de apresentação de documentos por parte dos permissionários em um curto prazo.

Considerações Finais

Compreender em que consistiu e resultou o processo de revitalização do prédio do Mercado Central e a criação do Largo Edmar Fetter na cidade de Pelotas, levou a caminhos para que se pudesse entender a requalificação do MCP, seus objetivos e suas consequências.

Para tanto, seguiu-se trilhas metodológicas de investigação, sem a pretensão de dar por esgotado este estudo, a fim de identificar fatores que influenciaram na mudança da dinâmica de uso do espaço público do Mercado.

As hipóteses que foram levantadas se confirmaram após terem sido levados a cabo todos os objetivos do projeto de pesquisa. Os instrumentos utilizados na pesquisa possibilitaram atingir os resultados.

A leitura das entrevistas realizadas com sete sujeitos sociais identificados, com vinte frequentadores do MCP e a análise de quatro documentos corroboraram a obter respostas às indagações iniciais colocadas na introdução e desenvolvidas no marco teórico-metodológico deste trabalho de pesquisa.

Ao estudar o impacto da revitalização no uso do espaço público do Mercado Central para os antigos e novos ocupantes, confirmou-se a hipótese de que a revitalização do MCP resultou na ressignificação social do uso deste espaço pelos antigos e atuais permissionários, pelos expositores culturais e artistas e pelos frequentadores, visto que todos os sujeitos sociais afirmaram mudanças significativas relativas ao uso e a ocupação do espaço do Mercado após a reforma.

Depois de ter sido revitalizado, o Mercado foi destinado também a atividades culturais, sociais, artísticas e turísticas, para lazer e entretenimento. Antes da reforma, o espaço público do Mercado não estava voltado a estas atividades e

eventos, nem tinha como foco o entretenimento e o lazer. O Mercado Central destinava-se basicamente ao comércio de diversos tipos de produtos populares e às tradicionais barbearias, bem como não haviam restaurantes e bares funcionando até horários avançados da noite.

Consequentemente acede-se à hipótese de que se apresentaram e ainda persistem idiossincrasias, ou melhor, uma predisposição particular entre os distintos grupos de entrevistados, a saber: de antigos permissionários que permaneceram no Mercado, de antigos permissionários que não retornaram ao Mercado e de novos permissionários do Mercado, no tocante à ressignificação do Mercado em decorrência da revitalização. Esses três grupos apresentaram claramente posições distintas entre eles, mas semelhantes entre os integrantes de cada grupo.

A idiossincrasia, principalmente, entre os permissionários atualmente estabelecidos no Mercado Central e os antigos permissionários no tocante à ressignificação social do espaço do Mercado, foi comprovada na medida em que os novos permissionários demonstraram um maior grau de satisfação com as mudanças ocorridas no MCP, enquanto os antigos permissionários (tanto os que retornaram para o Mercado, quanto os que não retornaram) demonstraram-se insatisfeitos, quando em suas falas diziam: *“o mercado não é mais o mesmo de antes”; “não é mais popular, do povão”; “ficou descaracterizado”; “onde se viu vinhos de 50 reais?”; “não existe mercado sem hortifrúti”; “o sambão aqui não tem nada a ver”*.

Através da análise de alguns documentos referentes ao Projeto de revitalização do MCP de Pelotas, vinculado ao Programa Monumenta, executado pelas entidades IPHAN e BID em parceria com a UNESCO e com recursos do PAC – Cidades Históricas, do Governo Federal (2009 - 2012), verificou-se que a revitalização do Mercado Público Central de Pelotas contribuiu para a requalificação da centralidade de atividades culturais e comerciais no local, já que o projeto objetivava deixar este espaço público mais atraente para o lazer, para o entretenimento e para o turismo – o que de fato ocorreu.

Antes da revitalização, o Mercado servia especialmente ao comércio voltado para produtos populares e de toda a ordem, típicos de mercados públicos, além de que o horário de funcionamento era comercial e não aconteciam eventos capazes de atrair pessoas. Percebeu-se uma nova dinâmica na prática de comércio do Mercado,

decorrente das mudanças físicas nas lojas e do aumento de preços de aluguel.

Hoje, o comércio no MCP é distinto, possui um novo modelo, pois os produtos vendidos são mais elaborados, mais industrializados e confeccionados, como produtos turísticos, objetos de recordação da cidade de Pelotas, para consumidores de dentro e de fora da cidade. Somente uma banca vende produtos orgânicos naturais, antes da reforma diversas bancas ofereciam hortifrutigranjeiros. E os bares e restaurantes servem refeições mais elaboradas a preços mais altos, o que também não havia antes no Mercado.

Ademais, a exposição e a feira que ocorrem no Largo Edmar Fetter também contribuem para a nova dinâmica de comércio que se apresenta no Mercado. Possibilitando concluir que houve uma requalificação da centralidade da atividade comercial, pois, como bem menciona Peixoto (2009, p.46), o objetivo último da requalificação passa por (re)introduzir “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área”. Salientando que antes das mudanças ocorridas no Mercado a partir da reforma e da criação do Largo, o Mercado não era tão frequentado como agora.

Embora seja evidente que com a revitalização do Mercado Central e com a criação do Largo Edmar Fetter ocorreu uma requalificação da centralidade de atividades culturais e de entretenimento, em relação às atividades comerciais já não se pode considerar (no que tange a venda de produtos típicos de mercados públicos). Haja vista que o comércio desenvolvido na parte interna do Mercado não é mais o mesmo de antigamente e como foi observado ele não possui o mesmo fluxo de consumidores.

Foram encontrados pontos divergentes na fala dos sujeitos sociais em relação às práticas comerciais que hoje se desenvolvem no espaço do Mercado. De acordo com seus posicionamentos, o Mercado Central deveria ter mais bancas com produtos hortifrutigranjeiros, com produtos mais populares e a preços mais acessíveis. Antes as pessoas costumavam ir ao Mercado para o consumo de produtos do dia a dia que, geralmente, são encontrados nos mercados públicos das cidades, o que não se vê mais no ambiente do Mercado Central de Pelotas.

Outra hipótese auferida trata dos efeitos da revitalização do MPC que repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores e a

evasão de um público com menor capital social. Situação essa que pode configurar o fenômeno gentrificação.

Sendo assim, neste estudo procurou-se dialogar com os teóricos eleitos a fim de levantar dados para avaliar a possibilidade de ter ocorrido gentrificação no espaço público do Mercado Central de Pelotas.

Valendo-se do pensamento de Neil Smith, estudado no capítulo II, a gentrificação é o “retorno do capital e dos segmentos sociais de maior poder aquisitivo ao centro” (PEREIRA, 2014, p.310), fazendo com que ocorra paulatinamente a substituição dos antigos moradores e frequentadores do espaço gentrificado. Ele considera que o processo de gentrificação está muito mais vinculado às forças econômicas do que às culturais. Sendo assim, o foco da gentrificação no Mercado pode estar inserido no fato de que os antigos permissionários do MCP não resistiram às mudanças ocorridas por motivos de ordem econômica.

A partir da fala dos entrevistados, principalmente aqueles pertencentes ao grupo dos permissionários antigos que retornaram ao Mercado e ao grupo dos que não retornaram ao Mercado após a revitalização, bem como do Secretário, identificou-se muitos elementos que levam a crer que pode ter ocorrido gentrificação em virtude da saída de muitos permissionários do Mercado Central de Pelotas que trabalhavam no local. Pois palavras e termos, como elitizou, enobreceu, excluíram, higienizou e 'mercado para a alta sociedade", foram muitas vezes encontradas nas falas dos sujeitos sociais de pesquisa.

Se é possível fazer uma analogia com o conceito âncora trazido nesta dissertação, de Harvey (1992), que considera a gentrificação enquanto um sinônimo de enobrecimento, quando as áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores. Pode-se dizer que os antigos permissionários do MCP foram expulsos por falta de capacidade econômica para gerir a nova demanda para se manterem instalados com seus comércios e serviços neste espaço revitalizado. Ademais, parece não ter havido a preocupação ou o cuidado por parte dos agentes públicos em preservar o local de trabalho para estes antigos permissionários, tendo em vista os poucos permissionários que permaneceram no

MC de Pelotas após a revitalização. Gutiérrez (2014) corrobora quando afirma que a gentrificação em geral resulta num processo excludente, diferenciador e focado no consumo.

No entanto, conforme o pensamento de Zukin (2014), que considera a gentrificação como estratégia de apoio a mercados de consumo cultural – cafés chiques em vez do café comum do dia a dia, restaurantes gourmet –, mas que não apoia as pequenas lojas e as feiras livres das quais os residentes de menor renda dependem, acredita-se que em relação aos frequentadores que responderam aos questionários aplicados isso não ocorreu. No Mercado Central, pois, além de cafeterias e restaurantes mais sofisticados, ainda existem bares e lancherias com refeições e lanches bem acessíveis, a exemplo do cachorro quente com refrigerante por R\$5,00 vendido no Macanudo, além de pastéis da Pastelaria Paiol a R\$6,00 e outros produtos que podem ser encontrados a preços razoáveis. Sendo assim, não se pode entender ter ocorrido gentrificação relativamente aos frequentadores do Mercado Central de Pelotas.

Contudo trazer essas considerações sobre o fenômeno da gentrificação leva, nesta dissertação, admitir que houve gentrificação pontual, no âmbito da mutação da prática comercial e seu impacto na construção identitária e suas tensões, que levaram a ressignificação social deste espaço urbano público da cidade.

Em relação à última hipótese lançada na pesquisa, sobre se a revitalização do Mercado Central de Pelotas repercutiu na atração de um público com poder aquisitivo e escolaridade maiores e a evasão de um público com menor poder aquisitivo e com menor capital social, o que também leva para o caminho da gentrificação, empiricamente foi confirmada pela totalidade dos entrevistados que responderam que sim, que de fato isso ocorreu. No entanto, quando foi aplicada a técnica da observação pela pesquisadora, verificou-se que em dias de eventos no Mercado lá se encontram pessoas possuidoras de menor capital social, mas que normalmente não estão consumindo nenhum tipo de produto, pois vão ao Mercado somente para desfrutar das atividades culturais ou para passear.

Então, sobre a possibilidade do fenômeno da gentrificação, conforme os conceitos basilares expostos, a pesquisadora, depois de desenvolver um estudo aprofundado de caso, entende ter ocorrido o processo de gentrificação de forma pontual, mas não generalizado. A gentrificação ocorreu de maneira bem pontual

relativamente aos antigos permissionários do Mercado Central, àqueles que saíram do Mercado na ocasião do início das obras (2008) e não conseguiram retornar para suas bancas no Mercado após a entrega das obras (2012). Isso se deu por razões alheias às suas vontades, pelos motivos que foram apresentados nesta pesquisa através da fala dos entrevistados, de modo que os antigos permissionários foram expulsos das bancas do MCP ou substituídos por outros permissionários.

A mudança das condições de ocupação do MCP foi provocada pela revitalização do Mercado e pela criação do Largo. Introduzida pela redução das áreas físicas das lojas, das bancas e dos quartos do Mercado, que dificultaria o trabalho dos comerciantes que não teriam como estocar suas mercadorias, bem como pelo aumento do preço do aluguel e pelas normas de permissão (Decreto Lei - estatuto) de uso do espaço comercial. Esses foram os motivos mais relevantes citados pelos entrevistados que resultaram na expulsão massiva dos antigos permissionários do Mercado Central de Pelotas.

Além do mais, os permissionários, em suas falas, também alegaram outros empecilhos para retornar aos locais de trabalho no Mercado, como a localização das suas lojas que foram remanejadas a critério da Prefeitura para seguir as recomendações do novo projeto e a dificuldade encontrada por eles em cumprir com as novas normas e entregar a documentação exigida por Decreto Lei, a curto prazo.

Ao se afirmar que houve uma gentrificação pontual trata-se de evidenciar, com a reabertura do MCP, em 2012, que a nova aparência reconfigurou o espaço público tradicional da cidade com novos estabelecimentos comerciais e de serviços que se instalaram a partir daquele ano. A mudança de práticas comerciais e culturais causou um certo impacto e, conseqüentemente, provocou a evasão de um público frequentador com capital social (econômico e cultural) menor, que não se sente à vontade para frequentar o local revitalizado. Tal fato se confirmou com a fala dos entrevistados, pois praticamente todos eles utilizaram o termo "elitizado" quando se referiam ao Mercado de hoje, revitalizado. Entretanto, para se responder ao questionamento sobre se houve ou não o enobrecimento (gentrificação) da área do espaço público do Mercado na sua totalidade, incluindo a criação do Largo, há de se considerar a razoabilidade da assertiva de que a revitalização de prédios históricos abandonados resulta em melhorias de aparência estética, monumental e melhorias destinadas ao uso do espaço, o que de fato se confirma ter ocorrido neste espaço

público.

Outrossim, atualmente, no Mercado Central, é possível encontrar bares e lancherias com alimentos – lanches e pratos do dia – a preços muito acessíveis. Igualmente se vê pessoas de todas as classes sociais voltando a frequentar o local para lazer, entretenimento e até consumindo nos bares e lojas do Mercado. Por isso, não considera-se ter havido gentrificação pontual relativa ao público frequentador do Mercado. Pode-se admitir que alguns frequentadores perderam o hábito ou a vontade de ir ao Mercado para comprar os produtos de seus interesses, já que os produtos oferecidos hoje, com a saída da maioria dos antigos permissionários, são de outro tipo, diferentes daqueles encontrados no Mercado antes da revitalização do prédio e da criação do Largo.

Em relação ao preço das bancas, lojas e quartos do Mercado Central de Pelotas, após a análise dos editais de licitação para a permissão de uso dos espaços do Mercado, verificou-se que inicialmente os preços que eram cobrados estavam muito altos, fora da realidade do comércio e que com o decorrer do tempo a própria Prefeitura de Pelotas, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, passou a rever tais valores. O poder público local tratou de viabilizar a ocupação das lojas, que por meio da pesquisa, sabe-se ter sido lenta e difícil para muitos comerciantes que não conseguiram retornar ao Mercado após a conclusão e a entrega das obras de revitalização do prédio em 2012. Possivelmente, este fator influenciou na expulsão de antigos permissionários do MCP e na exclusão de um grupo de comerciantes que não conseguiram (re)ingressar no Mercado Central por falta de capital econômico capaz de fazer o investimento necessário para obtenção da permissão de uso.

Outro elemento identificado na fala dos sujeitos sociais diz respeito a questões de identidade e de pertencimento relacionado ao espaço público do Mercado. Os sujeitos entrevistados na pesquisa alegaram que não se identificavam totalmente com a “nova roupagem” do Mercado Central. Eles reclamaram da “descaracterização” do Mercado, com os novos modelos de lojas e bancas que surgiram após a reforma, assim como reclamaram das regras de uso dos espaços do Mercado. Infelizmente, para antigos permissionários e alguns frequentadores, o MCP perdeu suas características de mercado público.

A identidade que antes era marcada por um local popular, “do povão”,

desapareceu, levando consigo o público que costumava ir ao Mercado pelos seus produtos, suas características e pela sua informalidade nas vendas e nos negócios. A exemplo, cita-se a presença dos colonos que era comum no Mercado Central e que hoje não se vê com a mesma frequência anterior a revitalização.

Os antigos permissionários que saíram e inclusive aqueles que retornaram ao Mercado não se sentem pertencentes ao “novo” Mercado. Eles dizem que não se identificam com este “novo modelo”, que se sentem distanciados da nova dinâmica de comércio, bem como dos novos modos de interação social que surgem, na maioria das vezes, das práticas culturais e das atividades de entretenimento e lazer em detrimento daquela cultura comercial própria do Mercado Público focado em vendas. Segundo os antigos permissionários, neste espaço havia mais liberdade, as práticas comerciais por vezes eram movidas pelo “escambo”, quando o mesmo comerciante que comprava o produto do produtor da colônia para revender em sua banca já vendia (ou trocava) pelos seus produtos que estavam à venda e que os colonos queriam consumir. No entanto, essas e outras práticas típicas de locais populares, como os mercados públicos, considerados “berços de pechincha”, não podem mais serem presenciadas no MC de Pelotas.

O que se apresentou de maneira muito clara no espaço público do Mercado Central de Pelotas foi a ressignificação social, que pode ter ocorrido como consequência de fatores que surgiram após a revitalização.

Os motivos que provavelmente ensejaram a ressignificação do uso do espaço público do MCP, que podem ser considerados, são:

1) a nova dinâmica de comércio que surgiu com a revitalização do prédio e do entorno; a remodelação e destinação das lojas, bancas e quartos, oferecendo produtos para o consumo local que fogem ao que normalmente se encontra nos mercados públicos e que também não são aqueles tradicionais do Mercado de Pelotas, em razão da saída de antigos permissionários;

2) a presença das atividades culturais, de lazer e de entretenimento, que ocorrem com os eventos em dias certos e com os eventos em datas festivas e itinerantes. Cita-se a feira da pulga, a feira de carros antigos, os passeios turísticos, as festas, como a "Charmeira", a "Roda de Choro", o "Sambão", os shows e as apresentações artísticas que antes não aconteciam no Mercado Central de Pelotas

antes da revitalização;

3) as práticas de interação social que surgem a partir destes novos modos de sociabilidade decorrentes das atividades sociais e culturais que passaram a acontecer no espaço público do MCP e no Largo Edmar Fetter após a revitalização;

4) e o surgimento de bares e restaurantes empreendidos no Mercado, com funcionamento estendido além do horário comercial, que proporcionam um ambiente de interação social distinto daquele existente no Mercado antes do processo de revitalização.

Com base no pressuposto de que é necessário compreender e desvendar os novos ambientes como os bares, restaurantes, docerias, lojas, feiras livres, etc., que surgiram no espaço público do Mercado, após a revitalização do prédio e da criação do Largo, foi preciso captar os significados agregados a estes ambientes, que surgem simultaneamente à cultura que se impõe a cada espaço. Neste ponto, é onde se identificam os novos significados vinculados a estes espaços, que resultaram na resignificação do uso do Mercado Central de Pelotas, localizado no centro histórico da cidade, aqui estudado.

Conclui-se que nem sempre as propostas e os projetos de intervenção urbana, em especial aqueles destinados a revitalização de prédios de valor histórico, conseguem manter a dinâmica original do local, preservando sua tradição. Muitas vezes, com a intenção de garantir a autossustentabilidade econômica do patrimônio revitalizado, destinando o espaço a novos usos, provoca-se problemas de ordem social, quando para isso devem ser afastadas as práticas e os sujeitos que antes faziam parte do contexto histórico-cultural. No entanto, salienta-se que as mudanças ocorridas a partir da intervenção resultam na resignificação social do uso do espaço sobretudo dos novos ocupantes e frequentadores do Mercado Central de Pelotas.

Referências

ARANTES, Antonio. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009. p.11-24.

BALSAN, Rosane; UEDA, Vanda. O comércio informal de Pelotas: características e contradições no centro histórico da cidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.23, n.1, p.71-80, mar. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38382/25685>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e Estilo de Vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRUNO, Guilherme Rodrigues. **Mercado Central de Pelotas: a permanência no lugar do consumo**. 180f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br/handle/ri/2818>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CASARES, Carlos, Recuperación de espacios em cascos históricos. **Actas do Congresso Cidades Históricas Vivas Cidades del Passado: Pervivencia e desarrollo**, v.1, p.173-177, 1997.

CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 21 a 27 de outubro de 1995. Disponível em: <<https://www.culturante.pt>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silv'a Farias. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos nas cidades**

contemporânea. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12402/1/YasminieMSFC_DISSERT.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CERQUEIRA, Eudênia Dória Viana. A evolução das formas de gentrificação. **Cadernos Metrópole/Observatório das Metrópoles**, São Paulo, v.16, n.32, p.417-436, nov. 2014.

COHEN, Melissa Hassan. Apontamentos para uma reflexão sobre a revitalização do **Mercado Central de Pelotas**. 2006. 50. f. Dissertação (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

COSTA, Pedro. **Apresentação: olhar a cidade à luz da revitalização**. Lisboa: Gabinete de Estudos Oliponenses, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9603>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O Delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes. 2010. p.127-153.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC: Minas/Edusp, 2006.

GUTIERREZ, Ester. Mercado Público. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. 2ª ed. Pelotas: Editora da UFPel, p.189-191, 2012.

_____. **Barro e Sangue**: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2014.

GUTIÉRREZ, Rafael Andrés Barrera. La polisemia y la lingüística de gentrificación. **Cad. Metróp.**, v.16, n.32, p.295-628, nov. 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **Direito à cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Espaços públicos na pós-modernidade**. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade**: léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Almedina, 2009. p.187-204.

LIHTNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Desenvolvimento de uma metodologia para a análise das centralidades urbanas: Estudo de caso sobre Pelotas, RS. **Anais do VII SEUR e I Colóquio Internacional Sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia, Eixo 2 – Economia, Território, Comércio e Consumo, UFPel, 2015**. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/download/5220/4008>>. Acesso em: 25 maio, 2016.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas**: Toda a prosa. v.1. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.

PARK, Robert Erza. A cidade: Sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.26-67, 1973.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, p.41-52, 2009.

PELOTAS. **Relatório de Cumprimento de Objeto - Relatório Monumenta**. Pelotas, Convênio 392/2002. Pelotas: UGP, 2002a.

_____. **Lei Ordinária nº 4.792, de 01 de março de 2002**. Cria o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Pelotas – Fundo Monumenta, e dá outras providências. Pelotas: UGP, 2002b. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2002/lei_4792.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 5.079, de 16 de maio de 2008**. Institui normas e procedimentos de utilização e de funcionamento do Mercado Público Municipal, destinadas aos atuais ocupantes das lojas e das bancas do mercado, e dá outras providências. Pelotas: UGP, 2008. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/decretos/2008/decreto_5079.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 5.198, de 25 de agosto de 2009**. Estabelece normas e procedimentos complementares para funcionamento do MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL durante a fase de transição, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação, e dá outras providências. Pelotas: UGP, 2009. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/decretos/2009/decreto_5198.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 5.571, de 11 de setembro de 2012**. Define, conceitua e identifica os espaços existentes no MERCADO PÚBLICO e institui normas e procedimentos de utilização e funcionamento municipal e dá outras providências. Pelotas: UGP, 2012. Disponível em: <<http://www.pelotas.com.br/desenvolvimentoeconomico/mercado-publico/arquivos/Decreto-5571.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. **Edital de Concorrência nº 11/2012**. Pelotas: UGP, 2012. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2012-10-26_09:24:36_objeto_EditalMERCADOGRUPO1.pdf> Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 12/2012**. Pelotas: UGP, 2012. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2012-10-26_09:48:20_objeto_EditalMERCADOGRUPO2.pdf> Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 13/2012.** Pelotas: UGP, 2012. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2012-10-26_10:26:02_objeto_EditalMERCADODGRUPO3.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 14/2012.** Pelotas: UGP, 2012. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2012-10-26_10:52:34_objeto_EditalMERCADOPUBLICOGRUPO4.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 06/2013.** Pelotas: UGP, 2013. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2013-07-15_16:21:36_objeto_EditalAnexo01_2GRUPO.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 07/2013.** Pelotas: UGP, 2013. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2013-07-15_16:23:06_objeto_EditalAnexo01_%203GRUPO.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 09/2013.** Pelotas: UGP, 2013. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2013-08-12_15:30:38_objeto_EditalAnexo01_4GRUPO_Restaurantes.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 12/2013.** Pelotas: UGP, 2013. Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/desenvolvimentoeconomico/mercado-publico/arquivos/Anexo_01_Edital.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 03/2016.** Pelotas: UGP, 2016. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2016-03-02_16-05-37_objeto_Edital_Anexo1.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Edital de Concorrência nº 12/2016.** Pelotas: UGP, 2016. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_licitacoes/arq_objeto/2016-08-08_16-15-37_objeto_Edital_Anexo01.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cad. Metróp.**, v.16, n.32, p.295-628, nov. 2014.

RAMOS, Lucio Juarez Dornelles. **Apontamentos para uma história do Mercado Central de Pelotas**. 2004. 25 f. Dissertação (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. O espaço dos possíveis, de Pierre Bourdieu. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v.50, n.2, p.101-107, 2014.

ROCHEFORT, Marcia Vieira. **O Mercado Central de Pelotas (1846-1994)**. 1994. 33 f. Dissertação (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História e Antropologia, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, p. 25-40, 2009.

SANTOS, Klécio. **Mercado Central Pelotas: 1846-2014**. Pelotas: Fructos do Paíz, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Maria Helena Mattos Barbosa dos. Programa Monumenta: a relação dos centros históricos com os fluxos de capital internacional e o turismo. Seminário Centros Históricos-Centralidades Urbanas. **Anais...** Buenos Aires: CICOP Argentina, 2010. Disponível em: <<http://www.cicopar.com.ar/ponencias/20.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

SMITH, Neil. Gentrification and the Rent Gap. **Annals of the Association of American Geographers**, v.77, n.3, p.462-465, Set. 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/256379>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SINDUSCON Pelotas. Institucional: Entidade. Sindicato da Indústria da Construção e Mobiliário de Pelotas e Região. **Sinduscon**, [sem data de publicação]. Disponível em: <<http://www.sindusconpelotas.com.br/institucional>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luiza Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

VIDAL, Selma de Nazaré Chaves Pont; ANDRADE, Fabiano Homobono Paes; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana; GONÇALVES, Ana Paula Claudino. O mercado público em cidades contemporâneas: um estudo em Belém-Pará. EURAU 12. Disponível em: <<http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/471-t3.pdf>>

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VILLELA, Ana Laura Vianna. **Proposta de reciclagem** - Mercado Público de Pelotas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1995.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida (1938). In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p.90-113.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Massachusetts: Blackwell, 1995.

ZUKIN, Sharon. Entre o tecido físico e social das cidades. Entrevista concedida a Heitor Frúgoli Jr. e Julio Cesar Talhari. Tradução de Lilian Gasparetti Abdoullah. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.29, n.84, p.7-24, fev. 2014.

Apêndices

Apêndice A – Roteiro de entrevista com os antigos permissionários do MCP que não retornaram após a revitalização



Universidade Federal de Pelotas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Sociologia

Pesquisa: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas/RS.

Pesquisadora/Mestranda: Ana Estela Vaz Xavier

Professora Orientadora: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

**Roteiro: ENTREVISTA COM OS ANTIGOS OCUPANTES DO MERCADO CENTRAL
(Louça Branca e Casa Vidal)**

1. Você concorda em participar da presente pesquisa?
2. Qual seu nome?
3. Qual sua idade?
4. Qual sua nacionalidade?
5. Qual sua naturalidade?
6. Qual sua ocupação?
7. Você era permissionário/ ocupante de loja no Mercado Público Central de Pelotas, antes da Reforma/Revitalização (até 2008/2009)?
8. Qual a atividade desenvolvida?
9. Por quanto tempo/ quantos anos você ficou trabalhando com seu negócio no Mercado?
10. Que tipo de mercadorias você comercializava?
11. Até que data aproximadamente você permaneceu com sua loja no Mercado Público Central?
12. Quando do início das obras da reforma do Mercado você saiu do Mercado, certo? Porque motivo você saiu?
13. Poderia me dizer se a Prefeitura Municipal cedeu algum lugar para provisoriamente instalarem suas lojas enquanto ocorriam as obras de reforma no

Mercado Público?

14. Onde era localizado este espaço provisório?

15. Por quanto tempo vocês permaneceram neste local provisório que foi providenciado pela Prefeitura Municipal?

16. Você utilizou este espaço ou logo em seguida instalou seu comércio em outro local?

17. Você permaneceu vendendo os mesmos produtos que costumava comercializar em sua loja do Mercado Público?

18. Vocês permaneceram pagando aluguel para a Prefeitura no período em que estavam neste local? Caso positivo, o valor era o mesmo que pagavam no Mercado?

19. Você saberia me dizer quanto pagava de aluguel na banca do Mercado e quanto passou a pagar no Local provisório?

20. Ocorreram exigências administrativas por parte da Prefeitura de Pelotas em relação a regularização do comércio para os comerciantes que estavam estabelecidos no Mercado antes da revitalização (início das obras de reforma)?

21. Após a entrega das lojas/bancas do Mercado quando da finalização das obras no final do ano de 2012 você ainda era um permissionário do Mercado?

22. Por que motivo você decidiu sair do Mercado Público Central e não retornar mais após a conclusão das obras?

23. Na época da reforma do Mercado havia algum tipo de associação que representasse os permissionários em reuniões e assembleias para deliberar sobre questões diversas do Mercado?

24. Vocês se sentiam efetivamente representados? Sentiam que as demandas dos permissionários do Mercado eram ouvidas, atendidas?

25. Com que frequência ocorriam reuniões do Mercado e você costumava participar das reuniões?

26. Quem era o administrador do Mercado Central na época do início das obras de reforma?

27. Você gostava de trabalhar no Mercado Público?

28. Como você considera seu comércio quando estava estabelecido no Mercado Público Central, antes da revitalização?

29. E agora, como está?

30. Quais as mudanças que você identificou no seu negócio após a troca de local de

trabalho?

31. Quais são os motivos que te levaram a sair do Mercado Público ou melhor a não retornar para o Mercado Público após a revitalização (2012)?

32. Poderias me dizer se ocorreu algum tipo de esforço por parte da Prefeitura para manter os antigos permissionários no Mercado após a revitalização do local e do entorno?

33. O que você pensa sobre a criação do Largo Edmar Fetter e as atividades culturais, de entretenimento e feiras que hoje acontecem ali?

34. Poderia falar um pouco sobre o que você considera um ponto positivo relativo às mudanças ocorridas no Mercado Público com a reforma e com a criação do Largo.

35. Caso você se sinta insatisfeito com as mudanças ocorridas no Mercado Público Central de Pelotas, fale um pouco sobre o que lhe incomoda.

36. Você voltaria a trabalhar no Mercado Público como permissionário? Sob que condições?

37. O que você achou do novo modelo de Mercado Público Central de Pelotas apresentado pela requalificação do prédio e de seu entorno?

38. O que você pensa sobre as atividades culturais que ocorrem frequentemente no Mercado e no Largo, após a revitalização? Elas contribuem para sua atividade comercial?

39. Fale um pouco sobre o que você achou das mudanças internas e externas ocorridas no Mercado Público Central em razão do processo de revitalização.

40. Você se considera satisfeito com o Mercado Público Central atual?

41. Você gostaria de fazer alguma consideração a respeito do Mercado Público de antes e do Mercado Público de agora?

Apêndice B – Roteiro de entrevista com os novos permissionários do MCP



Universidade Federal de Pelotas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Sociologia

Pesquisa: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas/RS.

Pesquisadora/Mestranda: Ana Estela Vaz Xavier

Professora Orientadora: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Roteiro: ENTREVISTA COM OS NOVOS OCUPANTES/PERMISSIONÁRIOS DO
MERCADO CENTRAL (Café Bem Brasil e Artesanatos)

1. Você concorda em participar da presente pesquisa?
2. Qual seu nome?
3. Qual sua idade?
4. Qual sua nacionalidade?
5. Qual sua naturalidade?
7. Qual sua ocupação?
8. Você era permissionário/ ocupante de loja no Mercado Público Central de Pelotas, antes da Reforma/Revitalização (até 2008/2009)?
9. Desde quando você possui loja/banca com comércio no Mercado?
10. Qual a localização da sua banca no Mercado Central?
11. Qual a atividade desenvolvida?
12. Com que tipo de mercadorias ou serviços você trabalha?
13. Tem atividades culturais?
14. Você participou de licitação para ocupação da sua loja/banca do Mercado Público e você teve a oportunidade de escolher a localização da sua banca no Mercado?
15. O que você acha das normas de utilização do espaço do Mercado Público para os permissionários?
16. O que você acha da administração do Mercado Central hoje?

17. Como você considera o rendimento do seu negócio na Mercado Público?
18. Saberias me dizer se já ocorreram reuniões de permissionários para deliberar sobre regras de uso e outras questões pertinentes ao MC?
19. Você gosta de trabalhar no Mercado Público Central?
20. Você considera o preço que está sendo cobrado pelo aluguel da loja/banca um preço justo? Poderia me dizer o valor?
21. O que você pensa sobre a criação do Largo Edemar Fetter e as atividades culturais, de entretenimento e feiras que hoje acontecem ali? Elas contribuem para sua atividade?
22. Poderia falar um pouco sobre o que você considera um ponto positivo relativo às mudanças ocorridas no Mercado Público com a reforma e com a criação do Largo.
23. Caso você se sinta insatisfeito com as mudanças ocorridas no Mercado Público Central de Pelotas, fale um pouco sobre o que lhe incomoda.
24. Com a revitalização do MPC ocorreu uma mudança de público frequentador, você concorda? e hoje como está em relação ao ponto de prostituição, aos bares que vendem cachaça etc?
25. O que você achou do novo modelo de Mercado Público apresentado pela requalificação do prédio e de seu entorno?
27. Em relação a parte interna do MPC a que você atribuiria o fato de que após quatro anos sua reabertura ainda ter um número significativo de lojas/bancas fechadas?
28. Você se considera satisfeito com o Mercado Público Central atual?
29. Você gostaria de fazer alguma consideração a respeito do Mercado Público de antes e do Mercado Público de agora?
30. Fale um pouco sobre o que você achou das mudanças internas e externas ocorridas no Mercado Público de Pelotas em razão do processo de revitalização.

Apêndice C - Roteiro de entrevista com os antigos permissionários que retornaram ao MCP após a revitalização



Universidade Federal de Pelotas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Sociologia

Pesquisa: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas/RS.

Pesquisadora/Mestranda: Ana Estela Vaz Xavier

Professora Orientadora: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Roteiro: ENTREVISTA COM OS ANTIGOS PERMISSONÁRIOS QUE RETORNARAM AO MERCADO CENTRAL APÓS A REVITALIZAÇÃO (Barbearia Oliveira e Casa de Vimes)

1. Você concorda em participar da presente pesquisa?
2. Qual seu nome?
3. Qual sua idade?
4. Qual sua nacionalidade?
5. Qual sua naturalidade?
7. Qual sua ocupação?
8. Você era permissionário/ ocupante de loja no Mercado Público Central de Pelotas, antes da Reforma/Revitalização (até 2008/2009)?
9. Qual era sua atividade?
10. Por quanto tempo/ quantos anos você ficou trabalhando com seu negócio no Mercado antes do início das obras de revitalização?
11. Que tipo de mercadorias/serviços você comercializava?
12. Onde ficava localizada sua loja?
13. Quando do início das obras da reforma do Mercado você saiu do Mercado? Para que local você foi com seus produtos e/ou serviços?
14. A Prefeitura cedeu algum lugar para provisoriamente instalarem suas lojas/bancas enquanto havia obras de reforma no Mercado Público?
15. Onde era localizado?

16. Você utilizou este espaço?
17. Você permaneceu vendendo os mesmos produtos/serviços que costumava comercializar em sua loja do Mercado Público durante o período de reforma?
18. Após a entrega das lojas/bancas do Mercado quando da finalização das obras no final do ano de 2012 você ainda era um permissionário do Mercado?
19. Então, você retornou ao Mercado Central com a mesma atividade e para a mesma banca ou quarto?
20. Você saberia me dizer se ocorreram exigências administrativas por parte da Prefeitura de Pelotas em relação a regularização do comércio para os comerciantes que estavam estabelecidos no Mercado antes da revitalização (início das obras de reforma)?
21. Por que motivo você decidiu permanecer trabalhando no Mercado Público Central após a conclusão das obras?
21. Você gosta de trabalhar no Mercado Público hoje? e antes da revitalização?
22. Como você considera seu comércio hoje e antes da revitalização no Mercado Público Central? Seria possível fazer um comparativo?
23. Você identifica mudanças no seu negócio após a revitalização do prédio e seu retorno para o local? Você considera que as mudanças no MC foram positivas ou negativas?
24. Quais são os motivos que te levaram a permanecer no Mercado Público com sua atividade?
25. Você permaneceu na mesma loja do Mercado Público após a reforma ou trocou de loja? Onde ficava localizado seu local de trabalho e onde está agora? Se mudou sua banca, você poderia me dizer se foi uma liberalidade da Prefeitura ou por sua vontade?
26. O que você pensa sobre a criação do Largo Edemar Fetter e as atividades culturais, de entretenimento e feiras que hoje acontecem no Largo e no Mercado?
27. Você percebeu mudança em relação ao público frequentador do MC e em relação a sua clientela?
28. Poderia falar um pouco sobre o que você considera um ponto positivo relativo às mudanças ocorridas no Mercado Público com a reforma e com a criação do Largo.
29. Caso você se sinta insatisfeito com as mudanças ocorridas no Mercado Público Central de Pelotas, fale um pouco sobre o que lhe incomoda. Cite alguns pontos que considere negativos no Mercado hoje.

30. O que você achou do novo modelo de Mercado Público apresentado pela requalificação do prédio e de seu entorno em geral?
31. O que você pensa sobre as atividades culturais que ocorrem frequentemente no Mercado e no Largo, após a revitalização? Elas contribuem para sua atividade comercial?
32. Fale um pouco sobre o que você achou das mudanças internas e externas ocorridas no Mercado Público de Pelotas em razão do processo de revitalização.
33. Você se considera satisfeito com o Mercado Público Central atual?
34. A que você atribuiria o fato de que hoje ainda o MPC possui lojas, bancas e quartos vazios?
35. E sobre a administração do MPC de hoje você teria alguma consideração a fazer?
36. Eu gostaria de saber se você permissionários do MC possuem algum tipo de associação, grupo de pessoas que os representem, que leve suas demandas à administração do Mercado? E, como você considera?
37. Você costuma participar das reuniões que ocorrem para deliberar sobre questões do Mercado Central?
38. Você participou de novo processo licitatório para retornar ao MPC?
39. Você gostaria de fazer alguma consideração a respeito do Mercado Público de antes e do Mercado Público de agora?

Apêndice D - Roteiro de entrevista com o Administrador do MCP - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo



Universidade Federal de Pelotas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Sociologia

Pesquisa: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas/RS.

Pesquisadora/Mestranda: Ana Estela Vaz Xavier

Professora Orientadora: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Roteiro: ENTREVISTA COM O ADMINISTRADOR DO MERCADO CENTRAL DE PELOTAS- Sr. Fernando Estima

1. Você concorda em participar da presente pesquisa?
2. Qual seu nome?
3. Qual sua idade?
4. Qual sua nacionalidade?
5. Qual sua naturalidade?
7. Profissão?
8. Onde você trabalha?
9. Qual sua ocupação/cargo?
10. Você era administrador do Mercado Público Central de Pelotas, antes da Reforma/Revitalização (até 2008/2009)?
11. Você saberia me dizer quem era o administrador do Mercado antes do início das obras no Mercado e durante as obras de requalificação do Mercado?
12. Você poderia me falar um pouco sobre o processo de requalificação/revitalização do Mercado Público de Pelotas? De quem foi a iniciativa do projeto de revitalização...
13. Quantas bancas, lojas e quartos o Mercado possuía antes da requalificação?
14. Você saberia me dizer a quantidade de bancas que eram ocupadas ou número de permissionários antes da revitalização?

15. O que mudou no Mercado, fisicamente falando, em relação a quantidade de lojas/bancas/quartos e outras mudanças arquitetônicas que podemos considerar relevantes no projeto de requalificação?
16. E a criação do largo Edmar Fetter fez parte do Projeto de requalificação do Mercado Público?
17. Em relação à administração do Mercado Público na época do início das obras (final de 2008/início de 2009) você saberia me dizer se ocorreram reuniões com a participação dos permissionários do Mercado da época para deliberar sobre as reformas? Sobre como ficariam suas lojas, bancas e quartos? Sobre onde estes ficariam instalados durante o período das obras? Além dos preços das lojas e do processo de reocupação das mesmas por parte dos permissionários que já estavam no Mercado?
18. Nós temos conhecimento de um Decreto Lei de 2008 que buscava a regulamentação dos permissionários do Mercado Público, solicitando apresentação de NF e outros documentos num prazo de 10 dias? Você conhece este Decreto? Sabe me dizer se os permissionários conseguiram cumprir com o Decreto? Se houve prorrogação deste prazo para a apresentação da documentação?
19. Você na ocasião do início das obras teve alguma participação ou acompanhou o processo da retirada dos permissionários para o início das obras?
20. Você poderia me falar um pouco sobre o que sabe do processo de revitalização/requalificação, como funcionou este processo?
21. Você tem conhecimento se a Prefeitura procurou preservar as características do Mercado Público quando da execução do projeto de reforma?
22. E em relação aos antigos permissionários você acha que a Prefeitura buscou mantê-los no MPC com suas atividades comerciais e de prestação de serviços? Este seria um objetivo, uma intenção da Prefeitura, melhor dizendo, a Prefeitura se preocupou com o destino dos antigos permissionários do mercado?
23. Dos permissionários que estavam no Mercado antes do início das obras de reforma, você saberia me dizer quantos retornaram para o M após a entrega das obras/2012?
24. Você saberia me dizer se as lojas permaneceram com a mesma área física em especial a dos antigos permissionários?
25. Com quantas lojas ocupadas o mercado reabriu suas portas em 2012?

26. Você poderia me falar um pouco sobre como ficou determinada a organização das lojas internas e externas do Mercado após a reforma? Se havia algum tipo de critério para a localização das lojas, bancas e quartos?
27. A respeito das licitações para permissão de uso das lojas como ocorreram? Quais foram os critérios, as exigências?
28. Poderias me falar um pouco sobre as normas de utilização do espaço do Mercado Público para os permissionários hoje?
29. Em relação á administração do mercado hoje? Como tem sido? Com que frequência ocorrem reuniões com os ocupantes e quais as demandas?
30. Os permissionários do Mercado Público estão organizados por algum tipo de associação, há algum tipo de organização que os represente?
- E, o que você acha? Eles representam bem os permissionários do Mercado?
31. Nas reuniões, como você avaliaria a presença e a participação dos permissionários do Mercado?
32. Poderias falar um pouco sobre o preço do aluguel das lojas do Mercado antes da requalificação e de agora?
33. Você considera o preço que está sendo cobrado pelo aluguel da loja/quarto um preço justo?
34. Eles pagam condomínio? A limpeza e manutenção fica total mente por conta da prefeitura?
35. E a criação do Largo Edmar Fetter, que fez parte do Programa Monumenta e as atividades culturais, de entretenimento e feiras que hoje acontecem ali, como a Prefeitura se sente? Satisfeita?
36. Como é processo para o expositor ocupar o Largo e o entorno do Mercado com seus artesanatos, produtos...?
37. E tu achas que essas feiras contribuem para as atividades comerciais do Mercado, atraindo um maior número de pessoas frequentadoras?
38. Poderia falar um pouco sobre o que você considera um ponto positivo relativo às mudanças ocorridas no Mercado Público na parte física, interna e externa, com a reforma e com a criação do Largo.
39. Com a revitalização do prédio do Mercado ocorreu uma higienização no entorno do mercado também, nós tínhamos as prostitutas que parecem que ainda estão por aí, parece ter havido uma limpeza relativamente ao pessoal que circulava antes da revitalização no mercado, e agora como consideraras que está agora?

40. Inicialmente parece que houve uma limpeza e aos poucos esse público foi retornando ao local?
41. Quanto a segurança pública como você considera o Mercado e o entorno, especialmente a noite quando os barzinhos ainda estão em funcionamento?
42. O que você achou do novo modelo de Mercado Público apresentado pela requalificação do prédio e de seu entorno?
43. Eu gostaria de saber se em relação a parte interna tu não achas que o mercado sofreu algum tipo de descaracterização se comparado a outros mercados públicos no que diz respeito também aos produtos oferecidos e ao público frequentador?
44. Então ao que tu atribuirias o fato de ainda hoje, após quatro anos da entrega das obras de revitalização do Mercado, nós contarmos com um número significativo de lojas fechadas, principalmente na parte interna do prédio e até externa?
45. Em relação aqueles antigos permissionários que saíram do mercado quando da ocasião do início das obras e que após a entrega não retornaram, que motivos você atribuiria a esse fato? Saberá me dizer se houve um cuidado por parte da Prefeitura em preservar a identidade (patrimônio imaterial, práticas e costumes) do local?
46. Você já frequentava o Mercado antes da revitalização?
47. Tu não achas que ocorreu uma descaracterização do Mercado Público se comparado a outros mercados públicos? por ex. o de Poa...o de Floripa...
48. E quanto à disposição das mercadorias, as regras que parece ter tirado aquela informalidade típica de mercado público?
49. Com a requalificação do mercado que aparentemente ocasionou a ressignificação social do uso do espaço do mercado, pode-se dizer que ocorreu uma expulsão de um público de menor poder aquisitivo e menor capital escolar e que ao mesmo tempo pode ter atraído um público inverso (de maior poder aquisitivo e conseqüentemente de maior capital social)?
50. No teu ponto de vista o que tu achas que falta para manter esse ponto da cidade vivo, para que cada vez mais a alteridade neste espaço e no entorno seja aceita, e também para que devolva parte da originalidade do mercado de forma que perdure este clima no centro da cidade...O que tu achas que poderia agregar mais valor neste espaço?
51. Para finalizar eu gostaria de saber se tens algo a acrescentar, quais pontos consideras positivos e quais negativos em relação ao MC e ainda quais os planos da Prefeitura para o Mercado.

Apêndice E - Questionário aplicado aos frequentadores do Mercado



Universidade Federal de Pelotas
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Sociologia

Pesquisa: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas/RS.

Pesquisadora/Mestranda: Ana Estela Vaz Xavier

Professora Orientadora: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Central da cidade de Pelotas/RS. Você participará respondendo voluntariamente as perguntas abaixo e seus dados serão utilizados de maneira sigilosa e apenas para fins de pesquisa, podendo interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado e pretende-se divulgar os resultados (sem identificação dos participantes) para fins de trabalhos acadêmicos.

1. Você concorda em participar da presente pesquisa?

() SIM () Não

2. Qual sua idade? _____

3. Qual seu sexo biológico? _____

4. Qual sua nacionalidade? _____

5. Qual sua naturalidade? _____

6. Qual sua ocupação? _____

7. Qual seu estado civil? _____

8. Você possui casa própria?

() SIM () NÃO

9. Você possui automóvel?

() SIM () NÃO Quantos? _____

10. Qual seu grau de instrução?

() Analfabeto/Fundamental incompleto (até 3ª série fundamental)

() Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Superior incompleto

() Superior completo

11. Você mora em Pelotas? Caso afirmativo (SIM), em que bairro você mora?

12. Você costumava frequentar o Mercado Público de Pelotas antes do início das obras da Reforma (até 2008/2009)?

() NÃO () SIM

13. Em caso afirmativo (SIM), com que frequência você costumava ir ao Mercado Público?

() Diariamente

() Uma vez por semana

() Uma vez a cada quinze dias

() Uma vez por mês

() No fim de semana

14. Por quais motivos você frequentava o Mercado Público de Pelotas antes da sua reforma?

() Comprar produtos nas bancas

() Consumir produtos no próprio Mercado. ex.: lanches/barbearias

() Para passear

() Entretenimento

15. Por quais motivos você não frequentava o Mercado Público de Pelotas antes da reforma ?

16. Você frequenta o Mercado Público de Pelotas após sua reinauguração, depois da revitalização/reforma (desde 2012)?

() NÃO

() SIM

17. Em caso afirmativo (SIM), com que frequência você costuma ir ao Mercado Público de Pelotas?

() Diariamente

() Uma vez por semana

() Uma vez a cada quinze dias

() Uma vez por mês

() No fim de semana

18. Por quais motivos você costuma frequentar o Mercado Público de Pelotas após a reforma?

() Comprar produtos nas bancas

() Consumir produtos no próprio Mercado. ex.: lanches/barbearias

() Para passear

() Entretenimento

19. Por quais motivos você não costuma frequentar o Mercado Público de Pelotas após a reforma?

20. Fale um pouco do que você pensa sobre a reforma do Mercado Público Central de Pelotas, mencionando os pontos que você considera positivos e os negativos, se possível.

**Apêndice F - Termo de Consentimento e Autorização de Uso de Entrevista e
Informações Recolhidas no Âmbito da Pesquisa**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Ressignificação Social

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)

PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

**TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA E
INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA**

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidos pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima, eu

_____ ,
aceito participar voluntariamente da desta pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, _____, de _____, de _____.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do pesquisador

Anexos

Anexo A – Decreto Nº 5.079, de 16 de maio de 2008

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 5.079, DE 16 DE MAIO DE 2008.

Institui normas e procedimentos de utilização e de funcionamento do Mercado Público Municipal, destinadas aos atuais ocupantes das lojas e das bancas do mercado, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

DECRETA:

Art. 1º O Mercado Público Municipal de Pelotas é bem público de uso comum do povo, tombado como Patrimônio Histórico do Município de Pelotas, inapropriável pelo particular, tendo seu uso e ocupação atual regulamentados pelo presente Decreto, e pelo Anexo I, que são partes integrantes do presente.

Art. 2º Os atuais ocupantes das lojas, dos quartos, das bancas e dos espaços públicos situados no Mercado Público serão convocados para efetuarem cadastro obrigatório, a fim de demonstrarem regularidade da sua ocupação, mediante a apresentação dos seguintes documentos e requisitos:

I – permissão de uso firmada com o Município de Pelotas, concedida em nome do atual ocupante;

II – certidão negativa de débitos, relativamente aos impostos e taxas municipais, estaduais e federais;

III – prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, e se o ocupante for pessoa jurídica – CNPJ;

IV - demonstrativo de pagamento e/ou de quitação dos valores mensais devidos ao Município de Pelotas, em razão da ocupação e da exploração comercial das bancas e das lojas situadas no Mercado Público Municipal;

V - nota fiscal referente à venda de mercadorias efetuada nos últimos doze (12) meses, a fim de comprovar a espécie de atividade desenvolvida;

VI - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, no caso de pessoa jurídica, registrado na Junta Comercial;

VII - alvará de funcionamento e atividade.

§ 1º - O cadastramento obrigatório será efetuado em espaço instalado para tal fim no recinto do Mercado Público Municipal, no período de 20 a 30 de maio de 2008.

§ 2º - A documentação comprobatória dos itens I a VII, poderão ser entregues, por cópia, mediante protocolo, na Secretaria de Serviços Urbanos, até o dia 10 de junho de 2008.

Art. 3º O cadastro efetuado tem por objetivo avaliar a possibilidade de localização provisória dos ocupantes no período de obra, identificar as situações legais de ocupação do Mercado Público, e promover estudos sobre a readequação do uso e a exploração dos espaços públicos, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação do Mercado Público Municipal.

§ 1º - O Projeto de Restauração e de Requalificação do Mercado Público Municipal compreende a reforma arquitetônica e espacial das lojas, das bancas, dos quartos e dos espaços situados no Mercado, e a readequação da utilização e da exploração destes espaços públicos, a fim de reestruturar o funcionamento e a organização do Mercado Público Municipal.

§ 2º - Os atuais ocupantes que não comprovarem o preenchimento dos requisitos legais insculpidos no art. 2º, incisos I a VII, ou que não se apresentarem para o cadastramento obrigatório, terão suas permissões revogadas por interesse público.

§ 3º - Para implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação do Mercado Público Municipal, o poder público deverá coibir as invasões, e impedir as utilizações desautorizadas das lojas, das bancas e dos espaços públicos, mediante a utilização do poder de polícia administrativa.

Art. 4º Os atuais ocupantes das lojas, das bancas, dos quartos e dos espaços públicos situados no Mercado Público, que comprovarem o preenchimento dos requisitos trazidos pelo art. 2º, e estiverem enquadrados nas atividades estabelecidas no novo Quadro de Usos, a ser estabelecido em legislação própria, poderão, de acordo com o interesse público, firmar Termo de Permissão Onerosa de Uso com o Município de Pelotas.

Art. 5º O Termo de Permissão Onerosa de Uso será firmado a título precário e discricionário, pelo prazo de cinco (05) anos, mediante pagamento de preço público fixado pela Administração Municipal, podendo ser revogado a qualquer tempo, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade do Poder Público, não cabendo ao permissionário direito a qualquer indenização.

Parágrafo único – A permissão poderá ser revogada também, quando o permissionário descumprir as normas e determinações constantes no presente Decreto, ou no Termo de Permissão Onerosa de Uso firmado com o poder público municipal.

Art. 6º É vedada a celebração do Termo de Permissão Onerosa de Uso aos ocupantes que não apresentem as condições descritas neste Decreto, ou que não se enquadrem nas atividades previstas no Quadro de Usos.

Art. 7º Salvo os casos previstos nos artigos 2º e 4º, as lojas, as bancas, quartos e os espaços existentes no Mercado Público Municipal, serão objeto de licitação pública, conforme os ditames da Lei 8.666/93, concedidos ao particular, a título de permissão onerosa de uso, pelo prazo de cinco (05) anos, para o exercício de atividades previamente determinadas pela Administração Municipal.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 16 de maio de 2008.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Secretário de Governo

Anexo I

CADASTRO DOS ATUAIS OCUPANTES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL.

1.-NOME DO DECLARANTE:

2.-DADOS PESSOAIS:

3.-ESPAÇO(S) QUE OCUPA:

3.1- SABE A ÁREA OCUPADA?

4- PERMISSIONÁRIO (COM/SEM CONTRATO):

5-TÍTULO DE OCUPAÇÃO?

5.1-PERMISSIONÁRIO LICITANTE:

5.2-PERMISSIONÁRIO SEM LICITAÇÃO:

5.3-HERDEIRO:

5.4. ADQUIRENTE DO PONTO:

5.5- SEM TÍTULO)

6.-DATA DO INICIO DA OCUPAÇÃO:

7.-OCUPANTE ANTERIOR?

8.-EXPLORAÇÃO ECONÔMICA:

8.1-ATIVIDADE (S)ATUAL(IS)?

8.2-ATIVIDADE(S) ANTERIOR(ES)?

8.3-TEMPO DA ATIVIDADE ATUAL?

8.4-POSSUI ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO?

8.5-PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA?

8.6-INFORMAR O CPF E CNPJ:

8.7-TIPO DE EMPRESA(MICRO/EPP/EMP)?

8.8-TEM REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL(NO CASO DE EMPRESA)?

8.9-DESDE QUANDO É EMPRESA?

8.10-POSSUI NOTAS FISCAIS?

9.10-PAGA TRIBUTOS MUNICIPAIS, FEDERAIS OU ESTADUAIS (ISSQN, IR, ICMS, OUTROS)?

Anexo B - Decreto Nº 5.198, de 25 de agosto de 2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 5.198, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

Estabelece normas e procedimentos complementares para funcionamento do MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL durante a fase de transição, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

DECRETA:

Art. 1º - O Mercado Público Municipal de Pelotas, bem público de uso comum do povo, tombado como Patrimônio Histórico do Município de Pelotas, inapropriável pelo particular, com seu uso e ocupação atual definidos pelo Decreto Municipal nº 5.079/08, tem regulamentação complementada, durante sua fase de transição, em face da implementação do Projeto de Restauração e de Requalificação do Mercado Público Municipal, pelo presente Decreto e seus anexos.

Art. 2º - Os atuais ocupantes de lojas, bancas e espaços públicos situados no Mercado Público através deste ficam notificados para desocupação destes, a critério da Administração Municipal, visando o cumprimento do cronograma das obras de restauro e requalificação.

Art. 3º - O Município buscará oferecer espaço alternativo para a continuidade das atividades econômicas dos atuais ocupantes das lojas, das bancas e dos espaços públicos situados no Mercado Público, exclusivamente durante a fase de transição, desde que comprovados o preenchimento dos requisitos do Decreto Municipal nº 5.079/08, e de acordo com os recursos públicos disponíveis e o interesse público.

Parágrafo único – Exclui-se dessa prerrogativa o atual ocupante que esteja desenvolvendo qualquer atividade expressamente proibida por lei.

Art. 4º - Fica criada a Comissão Administrativa de Transição, composta por membros da Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, à qual caberá, dentre outras atribuições, a realização de sorteio para a utilização dos espaços alternativos fornecidos pelo Município.

Art. 5º - O Município editará Regimento Interno para a regulamentação das atividades dos permissionários e definição de encargos devidos durante a fase de transição.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as disposições do Decreto Municipal nº 5.079/08.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 25 de agosto de 2009.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Secretário de Governo



Prefeitura Municipal de Pelotas
Gabinete do Prefeito

O **Município de Pelotas**, com endereço na Praça Coronel Pedro Osório, n.º 101, por seu Prefeito Municipal, Sr. Adolfo Antonio Fetter Junior, vem, com base no Decreto nº 5.198/2009, NOTIFICAR PARA DESOCUPAÇÃO DA (O) (LOJA, LOTE OU ESPAÇO PÚBLICO) NO PRAZO DE _____, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DESTA, o Sr. (a) _____, qualificação, sob pena de imediata revogação da permissão de uso da referida área.

Pelotas, 25 de agosto de 2009.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Anexo C - Edital de Concorrência nº 11/2012



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS



CONCORRÊNCIA Nº 11/2012
MERCADO PÚBLICO – SMDT

Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 (doze) bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos

Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP

– Outubro, 2012 –



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014688/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

SUMÁRIO

I.	EDITAL DE LICITAÇÃO.....	03
	1. Do Aviso de Licitação.....	03
	2. Do Preâmbulo.....	03
	3. Do Objeto da Licitação.....	04
	4. Das Vedações.....	04
	5. Dos Procedimentos.....	05
	6. Da Habilitação – Envelope nº. 01.....	08
	7. Da Proposta Financeira – Envelope nº. 02.....	12
	8. Do Julgamento.....	12
	9. Dos Recursos e Dos Prazos.....	13
	10. Do Regime de Permissão de Uso.....	14
	11. Da Prestação da Garantia.....	16
	12. Das Tarifas.....	17
	13. Das Disposições Finais.....	17
	14. Das Informações.....	18
II.	ANEXOS.....	19



**PREFEITURA
DE PELOTAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

I – EDITAL DE LICITAÇÃO

1. DO AVISO DE LICITAÇÃO:

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO Concorrência Pública 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT</p>
<p>OBJETO: Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 (doze) bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.</p> <p>DATA E HORA DA ABERTURA: 27 de novembro de 2012 às 10h30min.</p> <p>LÓCAL: Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), sito à Rua Professor Araújo, 1.653, Centro, CEP 96020-360, Pelotas/RS.</p> <p>EDITAL: www.pelotas.com.br</p> <p>INFORMAÇÕES: ugp@pelotas.com.br ou (53) 3284-4476.</p> <p style="text-align: right;">Adolfo Antonio Fetter Junior – Prefeito Municipal</p>	

2. DO PREÂMBULO:

2.1. O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelos Decretos Municipais n.º 5.079 de 18 de maio de 2008, n.º 5.198 de 25 de agosto de 2009 e pelas normas contidas neste Edital, torna público, para o conhecimento dos Interessados, que às 10h30min, do dia 27 do mês de novembro do ano de 2012, na sala de reuniões da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), sito a rua Professor Araújo, 1.653, Centro, CEP 96020-360, Pelotas/RS, se reunirá a "Comissão Especial de Licitações, designada pela Portaria nº. 041, de 07 de novembro de 2011, com a finalidade de receber as propostas e iniciar a abertura dos envelopes referente à licitação Concorrência 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT, Mem 013510/2012 – Mem 014668/2012, licitação do tipo maior lance, tendo como objeto: a Permissão Administrativa de Uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 12 (doze) bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

3. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

3.1 Constitui objeto da presente licitação a Permissão Administrativa de Uso de espaço Público, Onerosa e por prazo certo, de 12 (doze) bancas do Mercado Público Municipal, assim identificadas (bancas n.º): 01, 04, 05, 07, 08, 29, 30, 39, 40, 41, 79 e 84, para Exercício de Atividades Comerciais destinadas a “restaurante, lancheria, doçaria, sorveteria, café e açougue”, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

3.2 A identificação da banca, as características do estabelecimento, o ramo de atividade, a forma de comercialização e o preço mensal da permissão de uso encontram-se nos Anexos deste Edital.

3.3 A permissão de uso decorrente desta licitação é concedida a título precário e oneroso.

3.4. Para participar desta licitação, os licitantes deverão ofertar um preço de Ingresso no Mercado Público de Pelotas, que deverá ser pago pelo licitante vencedor, em Reais, em parcela única e à vista, o que deverá ser comprovado no ato da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

3.4.1. O pagamento deverá ser efetuado por meio de depósito identificado, em favor do Município de Pelotas, conta bancária: 11255901-3, Banco Brantsul, agência n.º 0320.

3.5. Pelo uso das bancas objeto desta licitação, o permissionário pagará, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, um preço mensal, correspondente à banca permissionada (vide: Anexo 03 do Edital), arcando ainda, com a tarifa de condomínio, conforme descrito na cláusula 12 deste Edital.

4. DAS VEDAÇÕES:

4.1. É vedada a participação de pessoa física e de consórcios.

4.2. É vedada a participação de pessoa jurídica:

a) Declarada Inidônea por ato do Poder Público;



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

- b) Empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do Município;
- c) Sob processo de concordata, falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- d) Impedida de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados; e
- e) Que não possua atividade compatível com o objeto da presente licitação.

4.3. Também será vedada a participação, direta ou indireta, de uma mesma pessoa jurídica, em mais de uma proposta, bem como a participação em favor de outra empresa.

5. DOS PROCEDIMENTOS:

5.1. A proposta contempla (I) documentação de habilitação e a (II) proposta de preços (proposta financeira). A proposta deverá ser apresentada em 02 (dois) envelopes lacrados, distintos e numerados (01 e 02), contendo o envelope de n.º 01, a documentação de habilitação (parágrafo 06 deste Edital), e no de n.º 02, a proposta financeira (parágrafo 07 deste Edital), com a indicação da banca pretendida.

5.2. Para melhor identificação, recomenda-se que os envelopes contenham na parte externa e frontal a seguinte inscrição:

I – ENVELOPE n.º01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)
Nome completo da licitante
Prefeitura Municipal de Pelotas
Data e Horário: <i>[inserir data e horário de abertura da proposta]</i>
Concorrência __/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

Tabela 1

II – ENVELOPE n.º02 (PROPOSTA FINANCEIRA) – BANCA N.º XX
Nome completo da licitante
Prefeitura Municipal de Pelotas
Concorrência __/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

Tabela 2



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

5.3. Os documentos da proposta (habilitação e preço) devem ser legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

5.4. Recomenda-se que cada envelope seja organizado, de forma preferencial, com seus documentos encadernados, dispostos ordenadamente e com todas as folhas numeradas em ordem sequencial na margem inferior direita, sendo esta numeração feita de forma a incluir o número total de páginas, no formato n° da página/n° total de páginas.

5.5. Documentos apresentados pela licitante, emitidos por esta ou por terceiros, devem ser redigidos em folha com timbre ou logotipo, contendo o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do emissor. E os documentos relativos à regularidade fiscal poderão, ainda, ser extraídos de sistemas informatizados (Internet), ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

5.6. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou por cópia a ser autenticada por membros da Comissão Especial de Licitações, mediante a apresentação do documento original, até (e inclusive) 01 (um) dia útil anterior à data de entrega e abertura dos envelopes. Não serão aceitos documentos enviados pelo processo de fac-símile (fax). Não serão autenticados os documentos na sessão pública de licitação.

5.7. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não o contenham especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, terão sua validade considerada por 90 (noventa) dias contados da data da expedição.

5.8. Somente poderão participar da licitação as empresas que atenderem às exigências deste Edital, que será entregue na forma de "Caderno de Licitação".

5.9. O "Caderno de Licitação" é composto de:

- a) Edital
- b) Anexo 01: Formulários (modelos);
- c) Anexo 02: Especificações das bancas;
- d) Anexo 03: Planilha com a identificação das bancas disponíveis, contendo o preço mensal da permissão de uso e lance mínimo para outorga;
- e) Anexo 04: Regulamento do Mercado Público de Pelotas - Decreto Municipal n.º 5.571, de 11 de setembro de 2012;
- f) Anexo 05: Minuta do Termo de Permissão Onerosa de Uso;



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência n.º 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

g) Anexo 06: Planta baixa de Setorização e Usos.

5.10. O "Caderno de Licitação" está disponível no site www.pelotas.com.br, guia Licitações – Concorrência – 2012. No ato do recebimento do Edital, o Interessado deverá verificar seu conteúdo, não sendo aceitas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

5.11. Os documentos deste processo de licitação devem ser interpretados (na fase licitatória) obedecendo a seguinte ordem de prioridade: (01) Edital; (02) Anexo 04 - Regulamento do Mercado Público de Pelotas - Decreto Municipal n.º 5.571, de 11 de setembro de 2012; (3) Anexo 03 – Planilha com a Identificação das bancas disponíveis, contendo o preço mensal da permissão de uso e lance mínimo para outorga; (04) Anexo 02 – Especificações das bancas; (05) Anexo 06 – Planta baixa de Setorização e Usos; (06) Anexo 05 – Minuta do Termo de Permissão Onerosa de Uso; (07) Respostas aos Pedidos de Esclarecimentos (caso aplicável).

5.12. A obtenção de esclarecimentos sobre a presente licitação deverá ser formulada por escrito, endereçada à Comissão Especial de Licitações da UGP, podendo o Pedido de Esclarecimento ser encaminhado também por e-mail, conforme parágrafo 14 deste Edital. Em qualquer caso, os Licitantes somente podem pedir esclarecimentos até (e inclusive) 05 (cinco) dias úteis antes da data da apresentação da proposta. Quaisquer reclamações, consultas ou pleitos que tenham sido enviados intempestivamente, serão desconsiderados pela Comissão de Licitação e pelo corpo técnico.

5.13. Quando o Pedido de Esclarecimento for de competência da Comissão de Licitação, esta comunicará, também por escrito, em até (e inclusive) 02 (dois) dias úteis anteriores a data da apresentação da proposta, as respostas aos Pedidos de Esclarecimentos, que serão publicados no mesmo local do Edital, conforme parágrafo 5.10 deste documento. Tais Esclarecimentos, feitos através de Comunicações, passarão a fazer parte integrante dos documentos desta licitação.

5.14. Se a empresa licitante não estiver representada no(s) ato(s) da abertura dos envelopes por sócio com poderes de decisão, poderá fazer-se representar por preposto, portando credencial ou procuração que lhe confira poderes para acordar, discordar, impugnar, requerer e desistir de prazos recursais.

5.14.1. Será admitida, em todas as etapas da licitação, a presença de apenas um representante de cada proponente.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014668/2012 – Condição nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMD/ET

5.15. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e membros da Comissão Especial de Licitações. Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como, por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira.

5.16. Após declarada iniciada a sessão de abertura do(s) envelope(s) de habilitação, não serão recebidas quaisquer outras documentações. Nesta sessão, a Comissão, ao seu critério exclusivo, poderá solicitar à(s) licitante(s) presente(s) a renúncia ao prazo recursal (reconhecido o direito à negativa), desde que havendo renúncia por meio documental da(s) licitante(s) ausente(s), para promover, neste mesmo ato, a abertura do(s) envelope(s) da(s) proposta(s) financeira(s). Caso contrário, a abertura do(s) envelope(s) da(s) proposta(s) financeira(s) será realizada em outra data a ser comunicada ao(s) licitante(s).

5.17. Esta licitação será processada e julgada conforme artigos 43 e 44 da Lei 8.666/93. De forma que é facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme art. 43, § 3º, da referida lei.

6. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 01:

6.1. Para serem considerados habilitados no procedimento licitatório, os licitantes deverão cumprir todas as exigências deste Edital e da legislação pertinente. Será inabilitada a licitante que deixar de cumprir quaisquer das condições previstas neste Edital ou na lei.

6.2. O proponente deverá comprovar a sua qualificação jurídica, a regularidade fiscal, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica. É facultado ao licitante comprovar sua habilitação através do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas (CRC), com prazo de validade em curso.

6.3. As empresas não cadastradas poderão requerer sua inscrição no Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio da Secretaria Municipal de Gestão Financeira até o terceiro dia útil, inclusive, anterior à data de recebimento dos envelopes. O mesmo prazo também deverá ser observado pelas empresas que necessitarem atualização do CRC.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

6.4. Os documentos e exigências requeridos nesta licitação que não constarem no CRC deverão ser entregues. Se o documento ou certidão constante no referido cadastro estiver com seu prazo de validade vencido, deve o licitante suprir tal desatualização, com apresentação do respectivo documento ou certidão, na forma deste Edital.

6.5. Os documentos relacionados neste parágrafo 05 deverão ser incluídos no envelope de nº 01.

6.6. São requisitos para a habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que a mesma atende o Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (Anexo 1 – Modelo A: Declaração Negativa de Infrção ao Inciso XXXIII, art. 7º, CF/88).
- f) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que não foi declarado inidôneo e de que não está impedido de participar de licitações (Anexo 1 – Modelo B: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público).



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

6.7. São requisitos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e de Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedida pela Receita Federal ou similar.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede da licitante.
- e) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) do INSS.
- f) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pela Caixa Econômica Federal.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- h) A licitante que pretende se utilizar dos benefícios previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa, micro ou empresa de pequeno porte, ou, em caso de cooperativa, declaração, firmada por contador, de que se enquadra no limite de receita bruta de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) relativo ao ano calendário anterior. A não apresentação ou apresentação inadequada da referida declaração não inabilita a licitante, mas resulta somente em não ser beneficiária das vantagens conferidas pela LC 123/06.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concordância nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

6.8. Como prova da regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

6.9. O benefício de que trata a alínea anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos exigidos nesta Licitação, ainda que apresentem alguma restrição.

6.10. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previsto neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

6.11. O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo Interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

6.12. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

6.13. São requisitos para a qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de concordata, falência, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão Civil Negativa, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa física, referente aos últimos 60 (sessenta) dias, em se tratando de empresário Individual.

6.14. São requisitos para a qualificação técnica:

- a) Apresentação de um atestado de visita onde conste que a empresa visitou e reconheceu o local a ser objeto da permissão pretendida, conforme Anexo 1 – Modelo C: Atestado de Visita. A visita deverá ser agendada através do telefone (53) 3225-8355, com o Eng. Ricardo Silveira, servidor da Secretaria Municipal de Cultura, com 24 horas de antecedência, devendo ser realizadas até (e inclusive) 05 (cinco) dias antes da data de entrega da proposta.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEMO13510/2012 – MEMO14668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

7. DA PROPOSTA FINANCEIRA – ENVELOPE Nº. 02:

7.1. A proposta financeira deverá ser incluída no envelope de nº. 02, devidamente datada e assinada pelo representante legal do proponente e, poderá ser apresentada conforme Anexo 1 – Modelo D: Carta de Apresentação de Proposta Financeira, deste Edital.

7.2. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega, em havendo interposição de recurso, o referido prazo será suspenso.

7.3. Os preços deverão ser cotados exclusivamente em moeda corrente nacional, com truncamento na segunda casa dos centavos, não se admitindo rasuras e entrelinhas.

7.4. No caso de divergência entre o valor numérico e o valor por extenso, será considerado o valor por extenso.

8. DO JULGAMENTO:

8.1. Esta licitação é do tipo maior lance ou oferta e o julgamento será realizado pela Comissão Especial de Licitações, pelo critério de maior preço de Ingresso ofertado, de acordo com a banca pretendida, classificando-se os licitantes em ordem decrescente de preço, obedecendo ao disposto na Lei Federal 8.666/93.

8.2. As propostas estarão em julgamento a partir do momento da sua abertura em sessão pública, não sendo admitidas, desde então, quaisquer informações adicionais das licitantes, ou modificações das condições ofertadas, ressalvadas apenas aqueles esclarecimentos e ou informações solicitadas expressamente pela Comissão.

8.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às condições deste Edital (como, por exemplo, as que contiverem rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ou estejam incorretas) e/ou não tenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação, ou ainda que apresentem preço inferior aos limites estabelecidos neste Edital.

8.4. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta apresentar o maior lance ou oferta por banca.

8.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecida a Lei Complementar nº. 123 (caso aplicável) e o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

classificação se fará por sorteio a realizar-se, em ato público, para qual os licitantes serão convocados, em data e horário designados pela Comissão de Licitação. A(s) situação(s) de empate somente serão verificadas após ultrapassada a fase recursal da proposta.

9. DOS RECURSOS E DOS PRAZOS:

9.1. Dos atos praticados pela Comissão de Licitação neste procedimento licitatório, cabem os recursos nos prazos e na forma prevista no artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se-á o dia de Início e Inclui-se-á o de vencimento.

9.3. Se o início ou término do prazo ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Pelotas, considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente.

9.4. A Prefeitura Municipal de Pelotas convocará o licitante vencedor, com vista à assinatura do Termo de Permissão de Uso, ato que deverá ser celebrado, no máximo, em 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

9.4.1. Este prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente licitante.

9.5. O vencedor da licitação, após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar à Administração, para aprovação, o conjunto completo do projeto do estabelecimento, conforme descrito no Caderno de Obrigações, sendo este parte integrante do Regulamento do Mercado Público – Decreto Municipal n.º 5.571/2012, constante no Anexo 4 do presente Edital. A Administração terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para aprovar ou reprovar o projeto apresentado.

9.6. A contar da data de aprovação do projeto pela Administração, o permissionário terá o prazo de 15 (quinze) dias para execução do projeto e início das atividades no Mercado Público.

9.6.1. O permissionário não iniciando suas atividades no prazo referido nesse item sujeitar-se-á à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do preço ofertado para ingresso no Mercado Público, por dia de atraso, salvo justo motivo, devidamente comprovado e aceito pela Administração.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

9.7. O prazo da permissão será de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, podendo este prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 10 (dez) anos, a critério da Administração e mediante prévia solicitação da permissionária, nas condições previstas no Termo firmado com a permissionária e somente através de Termo Aditivo.

9.8. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo Administrativo ou Instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou, a exclusivo critério daquela, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa ao primeiro convocado, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

10. DO REGIME DE PERMISSÃO DE USO:

10.1 O uso das áreas ou espaços físicos para a exploração das atividades comerciais dar-se-á em regime de permissão de uso, a título oneroso e precário, mediante assinatura de Termo Administrativo, cuja minuta encontra-se no Anexo 05 deste Edital.

10.2 Pelo uso das bancas objeto desta licitação, o permissionário pagará, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, um preço mensal, correspondente à banca permissionada, de acordo com a tabela de valores, constante no Anexo 03 deste Edital, a ser pago, em Reais, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês correspondente ao débito.

10.2.1 O preço mensal da permissão de uso será reajustado, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, ao final de cada período de 12 (doze) meses, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), de forma a manter o equilíbrio determinado pela Lei Complementar 101/2000, da Responsabilidade Fiscal.

10.2.2 No caso do IGP-M vir a ser extinto ou deixar de ser calculado, o reajustamento do preço da permissão de uso se dará pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC/FIPE).



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

10.2.3 Havendo a extinção do IPC/FIPE, a Administração definirá o novo índice de reajustamento do preço da permissão.

10.3 A banca deverá ser inaugurada, assim como o início das atividades, devem ocorrer em um prazo não superior a 15 (quinze) dias, a contar da aprovação do projeto pela Administração, conforme estabelecido no item 9.6 deste Edital.

10.4 Ao final do prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, caso não haja renovação, serão considerados rescindidos de pleno direito as concessões de uso outorgadas, mediante simples notificação administrativa, devendo os ocupantes dos espaços ou áreas proceder a desocupação se assim determinado pelo Município, sem qualquer direito à indenização, compensação ou retenção, ou mantendo a ocupação até resultado de nova licitação que deverá ser imediatamente realizada pela municipalidade.

10.5. Caso não haja as desocupações dos espaços ou áreas de uso permitidas ao final dos contratos ou por qualquer motivo de rescisão, os ocupantes estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, mais juros de mora e correção monetária até a efetiva desocupação, assim como responderão pelas custas do processo judicial e eventuais perdas e danos.

10.6. Ficará a cargo do futuro permissionário o pagamento de todos os impostos, taxas e demais tributos que incidam ou vierem a incidir sobre o espaço licitado.

10.7 As obrigações, responsabilidades e penalidades por descumprimento por parte da permissionária, decorrentes desta licitação, constarão no Termo de Permissão de Uso a ser firmado com o Município de Pelotas, no Regulamento do Mercado Público de Pelotas, cujas minutas constituem os Anexos 03 e 04, respectivamente, deste Edital.

10.8 A Ocupação e funcionamento do Mercado Público Municipal serão regidos pelas normas e procedimentos estabelecidos neste Edital e pelo Decreto Municipal n.º 5.571, de 11 de setembro de 2012.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/013510/2012 – MEM/014688/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

11. DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA:

11.1. No ato da assinatura do termo de permissão de uso, o licitante vencedor deverá apresentar como garantia de pagamento, o equivalente a 3 (três) meses do preço mensal referente à permissão pretendida (vide Anexo 03), em qualquer uma das modalidades elencadas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

11.2. Sempre que houver atualização monetária ou reajustamento do preço mensal da permissão, nas condições previstas no Termo de Permissão de Uso, a permissionária deverá recompor o valor da garantia, no mesmo prazo para pagamento do preço mensal da permissão.

11.3. A garantia de pagamento do preço mensal da permissão prestada pela empresa permissionária será liberada ou restituída após o término do prazo da permissão e, quando caucionada em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.4. O não atendimento das condições e exigências deste Edital e dos seus anexos importará na reversão do valor da garantia a favor do Poder Público permitente, nos casos e proporções devidas.

11.5. Se, por qualquer razão, durante a execução do Objeto, for necessária a prorrogação do prazo de duração do Termo de Permissão de Uso, a Permissionária ficará obrigada a providenciar a renovação da garantia, nos mesmos termos e condições originalmente aprovados pela Administração.

11.6. A Garantia tipo caução será obrigatoriamente depositada em conta da Fazenda Municipal.

11.7. A licitante/permissionária que não apresentar a garantia devida e na forma legal ser-lhe-á aplicada a penalidade por descumprimento da obrigação assumida, nos termos da Lei 8.666/93, inclusive multa no valor correspondente a 01% (um por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 01 (um) ano.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/0135/10/2012 – MEM/014668/2012 – Concordância nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

12. DAS TARIFAS:

12.1 A proponente vencedora pagará, mensalmente, como taxa de condomínio valor a ser definido pela Administração Municipal.

12.1.1 No valor do condomínio estará incluso custos decorrentes das despesas de pessoal próprio e/ou terceirizado, diretamente envolvidos nas atividades de limpeza, manutenção e segurança.

12.2 O início da cobrança da tarifa de Condomínio se dará em, no mínimo, 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo Administrativo.

12.3 A proponente vencedora se obriga a pagar todo e qualquer tributo, incidente sobre a loja ou comércio ali exercido, do sistema de lançamento ou cobrança, pontualmente.

12.4 Os encargos financeiros previstos nos itens acima são devidos independentemente do funcionamento regular da proponente vencedora.

12.5 Os encargos financeiros previstos nos itens anteriores deverão ser pagos até 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês correspondente ao débito, na forma e no local indicado pela PREFEITURA DE PELOTAS.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou revogar a presente licitação, sem que isto seja motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

13.2. A entrega dos envelopes pressupõe a concordância e aceitação total da licitante com as disposições inseridas neste processo licitatório, através do presente Edital e seus anexos, incluindo as condições técnicas e especificações do projeto apresentado.

13.3. A Comissão Especial de Licitações, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições da presente licitação, bem como decidir no tocante às dúvidas ou omissões.

13.4. Com vistas a somente padronização dos documentos, os modelos do Anexo 01: Formulários (modelos) podem ser utilizados pelas partes como referência.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM/0135-10/2012 – MEM/014668/2012 – Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

14. DAS INFORMAÇÕES:

14.1. As informações a respeito do presente Edital deverão ser buscadas junto à Comissão Especial de Licitações: E-mail ujpv@pelotas.com.br, Endereço: Centro Administrativo Professor Araújo (CAPA), Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), à rua Professor Araújo, 1.653, CEP 96020.360, Pelotas/RS, ou Telefone: (53) 3284-4476, durante o expediente de segunda à sexta-feira das 8h00min às 14h00min. E as informações referentes às especificações técnicas poderão ser buscadas junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo: E-mail scde@pelotas.com.br, direcionado ao responsável técnico, Eng. Ricardo Silveira, telefone (53) 3225-8355.

Pelotas, 24 de outubro de 2012.

Aline Fernandes dos Santos
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Habitação

Roberto Ramalho
Comissão Especial de Licitações

Michele Velleda dos Santos
Comissão Especial de Licitações



**PREFEITURA
DE PELOTAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEM013510/2012 – MEM014889/2012 - Concessãocia nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDET

ANEXO 03 – PLANILHA COM A IDENTIFICAÇÃO DAS BANCAS DISPONÍVEIS, CONTENDO O PREÇO MENSAL DA PERMISSÃO DE USO E LANCE MÍNIMO PARA OUTORGA

Exploração de atividades de natureza cultural, turística, gastronômica e de lazer

BANCAS	LANCE MÍNIMO DE OUTORGA	VALOR MENSAL DAS CONCESSÕES (aluguel)
<p>Banca 01 – O espaço da banca 01 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 152,83m². Localizada na Rua Andrade Neves, com acessos pela Rua Andrade Neves e pelo Pátio Interno 02.</p>	<p>R\$ 79.921,47</p>	<p>R\$ 3.396,66</p>
<p>Banca 04 – O espaço da banca 04 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 38,90m². Localizado no Largo Edmar Fetter, com acesso pelo Largo Edmar Fetter.</p>	<p>R\$ 32.793,04</p>	<p>R\$ 1.393,70</p>
<p>Banca 05 – O espaço da banca 05 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 38,90m². Localizado no Largo Edmar Fetter, com acesso pelo Largo Edmar Fetter.</p>	<p>R\$ 32.793,04</p>	<p>R\$ 1.393,70</p>



**PREFEITURA
DE PELOTAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEMO135102012 – MEMO14668/2012 - Concorrência nº. 1102012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

<p>Banca 07 - O espaço da banca 07 será destinado para Lancheria conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15.36m². Localizado no Largo Edmar Fetter, com acesso pelo Largo Edmar Fetter.</p>	<p>R\$ 17.165,57</p>	<p>R\$ 729,54</p>
<p>Banca 08 – O espaço da banca 08 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 152.83m². Sendo a área do pavimento térreo de 100,21m², a área do mezzanino de 20.17m² e a área do terraço de 32.45m². Localizada no Torreão da esquina do Largo Edmar Fetter com a Rua XV de Novembro, com acessos pelo Largo Edmar Fetter, pela Rua XV de Novembro e pelo Pátio Interno 04.</p>	<p>R\$ 79.921,47</p>	<p>R\$ 3.396,66</p>
<p>Banca 29 – O espaço da banca 29 será destinado para Açougue conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 16.68m². Localizado na Rua Andrade Neves, com acesso pela Rua Andrade Neves.</p>	<p>R\$ 17.391,74</p>	<p>R\$ 739,15</p>
<p>Banca 30 – O espaço da banca 30 será destinado para Açougue conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15.36m². Localizado na Rua Andrade Neves, com acesso pela Rua Andrade Neves.</p>	<p>R\$ 17.165,57</p>	<p>R\$ 729,54</p>
<p>Banca 39 – O espaço da banca 39 será destinado para Sorveteria conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente ao Pátio Interno 02.</p>	<p>R\$ 17.762,26</p>	<p>R\$ 754,90</p>



**PREFEITURA
DE PELOTAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

MEMO135102012 – MEMO148882012 - Concorrência nº. 11/2012 (Mercado Público – 1º GRUPO) – SMDT

<p>Banca 40 – O espaço da banca 40 será destinado para Doçaria conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente ao Pátio Interno 02.</p>	<p>R\$ 20.722,63</p>	<p>R\$ 880,71</p>
<p>Banca 41 – O espaço da banca 41 será destinado para Doçaria conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente ao Pátio Interno 04.</p>	<p>R\$ 20.722,63</p>	<p>R\$ 880,71</p>
<p>Banca 79 – O espaço da banca 79 será destinado para Café conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 41.22m². Localizado em frente o Pátio Interno 01.</p>	<p>R\$ 20.998,66</p>	<p>R\$ 892,44</p>
<p>Banca 84 – O espaço da banca 84 será destinado para Café conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 41.22m². Localizado em frente o Pátio Interno 03.</p>	<p>R\$ 20.998,66</p>	<p>R\$ 892,44</p>

Anexo D - Edital de Concorrência nº 12/2013



MEM003123/2013 - MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) - SMDET

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PELOTAS

CONCORRÊNCIA Nº 12/2013
MERCADO PÚBLICO – SMDET

Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 36 (trinta e seis) bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos

Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP



MEM005123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDT

SUMÁRIO

I.	EDITAL DE LICITAÇÃO.....	03
	1. Do Aviso de Licitação.....	03
	2. Do Preâmbulo.....	03
	3. Do Objeto da Licitação.....	04
	4. Das Vedações.....	05
	5. Dos Procedimentos.....	05
	6. Da Habilitação – Envelope nº. 01.....	09
	7. Da Proposta Financeira – Envelope nº. 02.....	13
	8. Do Julgamento.....	14
	9. Dos Recursos e Dos Prazos.....	15
	10. Do Regime de Permissão de Uso.....	16
	11. Das Tarifas.....	18
	12. Das Disposições Finais.....	18
	13. Das Informações.....	19
II.	ANEXOS.....	20



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

I – EDITAL DE LICITAÇÃO

1. DO AVISO DE LICITAÇÃO:

 PREFEITURA PELOTAS	AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET	
<p>OBJETO: Permissão Administrativa de uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 36 (trinta e seis) bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.</p> <p>DATA E HORA DA ABERTURA: 10 de dezembro de 2013 às 14h.</p> <p>LOCAL: Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), sito à Avenida Ferreira Viana, 1.135, Areal, CEP 96085-000, Pelotas/RS.</p> <p>EDITAL: www.pelotas.com.br</p> <p>INFORMAÇÕES: ugp@pelotas.com.br ou (53) 3227-1513.</p> <p style="text-align: right;">Roberto dos Santos Ramalho – Presidente da Comissão Especial de Licitações</p>	

2. DO PEÃMBULO:

2.1. O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelos Decretos Municipais n.º 5.079 de 18 de maio de 2008, n.º 5.198 de 25 de agosto de 2009 e pelas normas contidas neste Edital, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14h, do dia 10 do mês de dezembro do ano de 2013, na sala de reuniões da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), sito à Avenida Ferreira Viana, 1.135, Areal, CEP 96085-000, Pelotas/RS, se reunirá a Comissão Especial de Licitações, designada pela Portaria nº. 004, de 25 de janeiro de 2013, com a finalidade de receber as propostas e iniciar a abertura dos envelopes referente à licitação Concorrência 12/2013 (Mercado Público) – SMDET, Mem 003123/2013 – MEM 014199/2013, licitação do tipo maior lance, tendo como objeto: a Permissão Administrativa de Uso de espaço Público, precária, onerosa e por prazo certo, de 36 (trinta e seis) bancas do Mercado Público Municipal, para Exercício de Atividades Comerciais, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

3. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES:

3.1 Constitui objeto da presente licitação a Permissão Administrativa de Uso de espaço Público, Onerosa e por prazo certo, de 36 (trinta e seis) bancas do Mercado Público Municipal, assim identificadas (bancas n.º): 01, 05, 08, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 37, 39, 46, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 79, 80, 81, 83 e 84, para Exercício de Atividades Comerciais destinadas a *Restaurantes, artesanato, souvenir, confeitaria, esportivas, produtos coloniais, produtos orgânicos, açougue, sorveteria, cafeteria, hortifruti/granjeiro e floricultura*, conforme condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

3.2 A identificação da banca, as características do estabelecimento, o ramo de atividade, a forma de comercialização e o preço mensal da permissão de uso encontram-se nos Anexos deste Edital.

3.3 A permissão de uso decorrente desta licitação é concedida a título precário e oneroso.

3.4. Para participar desta licitação, os licitantes deverão ofertar um preço de Ingresso no Mercado Público de Pelotas, que deverá ser pago pelo licitante vencedor, em Reais, através de uma das seguintes formas:

- a) em parcela única (à vista), admitida carência de três meses para o pagamento, a contar do início das atividades;
- b) entrada de 20% (vinte por cento) do valor ofertado e o saldo parcelado em seis parcelas mensais e consecutivas; sendo que para o pagamento do valor de entrada, o permissionário terá carência de 3 (três) meses a contar do início das suas atividades no Mercado Público.

3.4.1. O pagamento deverá ser efetuado por meio de depósito identificado, em favor do Município de Pelotas/Mercado Público, conta bancária: 04.112559.0-7, Banco Bradesul, agência n.º 0320.

3.5. Pelo uso das bancas objeto desta licitação, o permissionário pagará, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, um preço mensal, correspondente à banca



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

permissionada (vide: Anexo 03 do Edital), arcando ainda, com a tarifa de condomínio, conforme descrito na cláusula 12 deste Edital.

4. DAS VEDAÇÕES:

- 4.1. É vedada a participação de pessoa física, salvo para o empresário Individual.
- 4.2. É vedada a participação de pessoa jurídica ou empresário Individual:
 - a) Declarada Inidônea por ato do Poder Público;
 - b) Empresa que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do Município;
 - c) Sob processo de concordata, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência civil;
 - d) Impedida de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados; e
 - e) Que não possua atividade compatível com o objeto da presente licitação.
- 4.3. Também será vedada a participação, direta ou indireta, de uma mesma pessoa jurídica ou empresário Individual, em mais de uma proposta, bem como a participação em favor de outra empresa.

5. DOS PROCEDIMENTOS:

- 5.1. A proposta contempla (I) documentação de habilitação e a (II) proposta de preços (proposta financeira). A proposta deverá ser apresentada em 02 (dois) envelopes lacrados, distintos e numerados (01 e 02), contendo o envelope de n.º 01, a documentação de habilitação (parágrafo 06 deste Edital), e no de n.º 02, a proposta financeira (parágrafo 07 deste Edital), com a indicação da banca pretendida.
- 5.2. Para melhor identificação, recomenda-se que os envelopes contenham na parte externa e frontal a seguinte inscrição:



MEM008123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDT

I – ENVELOPE nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) – BANCA N.º XX
Nome completo da licitante
Prefeitura Municipal de Pelotas
Data e Horário: <i>[inserir data e horário de abertura da proposta]</i>
Concorrência 12/2013 (Mercado Público) – SMDT

Tabela 1

II – ENVELOPE nº 02 (PROPOSTA FINANCEIRA) – BANCA N.º XX
Nome completo da licitante
Prefeitura Municipal de Pelotas
Concorrência 12/2013 (Mercado Público) – SMDT

Tabela 2

5.3. Os documentos da proposta (habilitação e preço) devem ser legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas.

5.4. Recomenda-se que cada envelope seja organizado, de forma preferencial, com seus documentos encadernados, dispostos ordenadamente e com todas as folhas numeradas em ordem seqüencial na margem inferior direita, sendo esta numeração feita de forma a incluir o número total de páginas, no formato n° da página/n° total de páginas.

5.5. Documentos apresentados pela licitante, emitidos por esta ou por terceiros, devem ser redigidos em folha com timbre ou logotipo, contendo o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do emissor. E os documentos relativos à regularidade fiscal poderão, ainda, ser extraídos de sistemas informatizados (internet), ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

5.6. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou por cópia a ser autenticada por membros da Comissão Especial de Licitações, mediante a apresentação do documento original, até (e inclusive) 01 (um) dia útil anterior à data de entrega e abertura dos envelopes. Não serão aceitos documentos enviados pelo processo de fac-símile (fax). Não serão autenticados os documentos na sessão pública de licitação.



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMD/ET

5.7. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não o contenham especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, terão sua validade considerada por 90 (noventa) dias contados da data da expedição.

5.8. Somente poderão participar da licitação as empresas que atenderem às exigências deste Edital, que será entregue na forma de "Caderno de Licitação".

5.9. O "Caderno de Licitação" é composto de:

- a) Edital
- b) Anexo 01: Formulários (modelos);
- c) Anexo 02: Memorial Descritivo - Especificações das bancas;
- d) Anexo 03: Planilha com a identificação das bancas disponíveis, contendo o preço mensal da permissão de uso e lance mínimo para outorga;
- e) Anexo 04: Regulamento do Mercado Público de Pelotas - Decreto Municipal n.º 5.571, de 11 de setembro de 2012;
- f) Anexo 05: Minuta do Termo de Permissão Onerosa de Uso;
- g) Anexo 06: Planta baixa de Setorização e Usos.

5.10. O "Caderno de Licitação" está disponível no site www.pelotas.com.br, guia Licitações – Concorrência – 2013. No ato do recebimento do Edital, o Interessado deverá verificar seu conteúdo, não sendo aceitas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

5.11. Os documentos deste processo de licitação devem ser interpretados (na fase licitatória) obedecendo a seguinte ordem de prioridade: (01) Edital; (02) Anexo 04 - Regulamento do Mercado Público de Pelotas - Decreto Municipal n.º 5.571, de 11 de setembro de 2012; (3) Anexo 03 – Planilha com a identificação das bancas disponíveis, contendo o preço mensal da permissão de uso e lance mínimo para outorga; (04) Anexo 02 – Memorial Descritivo - Especificações das bancas; (05) Anexo 06 – Planta baixa de Setorização e Usos; (06) Anexo 05 – Minuta do Termo de Permissão Onerosa de Uso; (07) Respostas aos Pedidos de Esclarecimentos (caso aplicável).

5.12. A obtenção de esclarecimentos sobre a presente licitação deverá ser formulada por escrito, endereçada à Comissão Especial de Licitações da UGP, podendo o Pedido de Esclarecimento ser encaminhado também por e-mail, conforme parágrafo 14 deste Edital. Em qualquer caso, os Licitantes somente podem pedir esclarecimentos até (e



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMD/ET

Inclusive) 05 (cinco) dias úteis antes da data da apresentação da proposta. Quaisquer reclamações, consultas ou pleitos que tenham sido enviados intempestivamente, serão desconsiderados pela Comissão de Licitação e pelo corpo técnico.

5.13. Quando o Pedido de Esclarecimento for de competência da Comissão de Licitação, esta comunicará, também por escrito, em até (e Inclusive) 02 (dois) dias úteis anteriores a data da apresentação da proposta, as respostas aos Pedidos de Esclarecimentos, que serão publicados no mesmo local do Edital, conforme parágrafo 5.10 deste documento. Tais Esclarecimentos, feitos através de Comunicações, passarão a fazer parte integrante dos documentos desta Licitação.

5.14. Se a empresa licitante não estiver representada no(s) ato(s) da abertura dos envelopes por sócio com poderes de decisão, poderá fazer-se representar por preposto, portando credencial ou procuração que lhe confira poderes para acordar, discordar, impugnar, requerer e desistir de prazos recursais.

5.14.1. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de apenas um representante de cada proponente.

5.15. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e membros da Comissão Especial de Licitações. Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como, por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira.

5.16. Após declarada iniciada a sessão de abertura do(s) envelope(s) de habilitação, não serão recebidas quaisquer outras documentações. Nesta sessão, a Comissão, ao seu critério exclusivo, poderá solicitar à(s) licitante(s) presente(s) a renúncia ao prazo recursal (reconhecido o direito à negativa), desde que havendo renúncia por meio documental da(s) licitante(s) ausente(s), para promover, neste mesmo ato, a abertura do(s) envelope(s) da(s) proposta(s) financeira(s). Caso contrário, a abertura do(s) envelope(s) da(s) proposta(s) financeira(s) será realizada em outra data a ser comunicada ao(s) licitante(s).

5.17. Esta Licitação será processada e julgada conforme artigos 43 e 44 da Lei 8.666/93. De forma que é facultada à Comissão, em qualquer fase da Licitação, a



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

promoção de diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a Instrução do processo, conforme art. 43, § 3º, da referida lei.

6. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 01:

6.1. Para serem considerados habilitados no procedimento licitatório, os licitantes deverão cumprir todas as exigências deste Edital e da legislação pertinente. Será inabilitada a licitante que deixar de cumprir quaisquer das condições previstas neste Edital ou na lei.

6.2. O proponente deverá comprovar a sua qualificação jurídica, a regularidade fiscal, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica. É facultado ao licitante comprovar sua habilitação através do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas (CRC), com prazo de validade em curso.

6.3. As empresas não cadastradas poderão requerer sua inscrição no Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio da Secretaria Municipal de Gestão Financeira até o terceiro dia útil, inclusive, anterior à data de recebimento dos envelopes. O mesmo prazo também deverá ser observado pelas empresas que necessitem atualização do CRC.

6.4. Os documentos e exigências requeridos nesta licitação que não constarem no CRC deverão ser entregues. Se o documento ou certidão constante no referido cadastro estiver com seu prazo de validade vencido, deve o licitante suprir tal desatualização, com apresentação do respectivo documento ou certidão, na forma deste Edital.

6.5. É permitida a participação de proponentes em consórcio para prestar os serviços ora licitados. É vedada aos licitantes a participação em mais de um consórcio e a participação em consórcio e isoladamente e, em isso ocorrendo, será inabilitada a proponente e o(s) consórcio(s) em que figura como proponente consorciante. Todos os integrantes do consórcio deverão apresentar todos os documentos de habilitação, salvo exceções expressamente definidas neste Edital.

6.6. Os documentos relacionados neste parágrafo 06 deverão ser incluídos no envelope de nº 01.



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDT

6.7. São requisitos para a habilitação jurídica:

- a) Requerimento de Empresário ou Certidão Simplificada da Junta Comercial, no caso de empresa Individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que a mesma atende o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (Anexo 1 – Modelo A: Declaração Negativa de Infração ao Inciso XXXIII, art. 7º, CF/88).
- f) Declaração assinada pelo representante legal da proponente de que não foi declarado inidôneo e de que não está impedido de participar de licitações (Anexo 1 – Modelo B: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público).
- g) No caso de consórcio, comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, assinado por todos os promitentes consorciantes, que contenha: (I) a responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio na execução do contrato; (II) indicação, em forma de percentual, da participação de cada promitente consorciante, vedada a previsão de percentual cujo somatório seja diverso de cem; (III) indicação do promitente consorciante que exercerá a liderança do consórcio. Caso seja o licitante vencedor, este fica



MEM003123/2013 – MEM014109/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso apresentado.

6.8. São requisitos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e de Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedida pela Receita Federal ou similar.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede da licitante.
- e) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) do INSS.
- f) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pela Caixa Econômica Federal.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- h) A licitante que pretende se utilizar dos benefícios previstos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa, micro ou empresa de pequeno porte, ou, em caso de cooperativa, declaração, firmada por contador, de que se enquadra no limite de receita bruta de R\$ 2.400.000,00



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMD/ET

(dois milhões e quatrocentos mil reais) relativo ao ano calendário anterior. A não apresentação ou apresentação inadequada da referida declaração não inabilita a licitante, mas resulta somente em não ser beneficiária das vantagens conferidas pela LC 123/06. Os benefícios desta LC somente se aplicam a Consórcio quando todas as empresas consorciadas forem EPP, ME ou cooperativa.

6.9. Como prova da regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

6.10. O benefício de que trata a alínea anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos exigidos nesta Licitação, ainda que apresentem alguma restrição.

6.11. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previsto neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

6.12. O prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo Interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

6.13. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

6.14. São requisitos para a qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de concordata, falência, recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão Civil Negativa, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa física, referente aos últimos 60 (sessenta) dias, em se tratando de empresário individual.



MEM003125/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

6.15. São requisitos para a qualificação técnica:

- a) Apresentação de um atestado de visita onde conste que a empresa ou uma das empresas do consórcio visitou e reconheceu o local a ser objeto da permissão pretendida, conforme Anexo 1 – Modelo C: Atestado de Visita. A visita deverá ser agendada através do telefone (53) 3222-0808, com Bianca Brahm, servidora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, com 24 horas de antecedência, devendo ser realizadas até (e inclusive) 03 (três) dias antes da data de entrega da proposta;
- b) Exclusivamente para licitantes que pretenderem concorrer às bancas 01, 05 e 08 – atividade Restaurantes, apresentar:
 - I. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes a "Restaurante" e compatíveis, em características e quantidades; e prazo mínimo de 02 (dois) anos de atividade comercial gastronômica, feita mediante a apresentação de Certidões e/ou Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a atuação da proponente, destacando os empreendimentos em que está ou esteve efetivamente envolvida. Essa comprovação poderá ser feita em relação à pessoa jurídica, sócio ou acionista, bem como de profissional que integre seu quadro permanente, devidamente comprovado o vínculo trabalhista.

7. DA PROPOSTA FINANCEIRA – ENVELOPE Nº. 02:

7.1. A proposta financeira deverá ser incluída no envelope de nº. 02, devidamente datada e assinada pelo representante legal do proponente e, poderá ser apresentada conforme Anexo 1 – Modelo D: Carta de Apresentação de Proposta Financeira, deste Edital.



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

7.2. Em caso de consórcio, a proposta financeira deve ser indicada em um único preço proposto pelo consórcio, vedada a apresentação de preços fracionados ou indicados individualmente por promitente consorciante.

7.3. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega, em havendo interposição de recurso, o referido prazo será suspenso.

7.4. Os preços deverão ser cotados exclusivamente em moeda corrente nacional, com truncamento na segunda casa dos centavos, não se admitindo rasuras e entrelinhas.

7.5. No caso de divergência entre o valor numérico e o valor por extenso, será considerado o valor por extenso.

8. DO JULGAMENTO:

8.1. Esta licitação é do tipo maior lance ou oferta e o julgamento será realizado pela Comissão Especial de Licitações, pelo critério de maior preço de Ingresso ofertado, de acordo com a banca pretendida, classificando-se os licitantes em ordem decrescente de preço, obedecendo ao disposto na Lei Federal 8.666/93.

8.2. As propostas estarão em julgamento a partir do momento da sua abertura em sessão pública, não sendo admitidas, desde então, quaisquer informações adicionais das licitantes, ou modificações das condições ofertadas, ressalvadas apenas aquelas esclarecimentos e ou informações solicitadas expressamente pela Comissão.

8.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às condições deste Edital (como, por exemplo, as que contiverem rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ou estejam incorretas) e/ou não tenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação, ou ainda que apresentem preço inferior aos limites estabelecidos neste Edital.

8.4. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta apresentar o maior lance ou oferta por banca.

8.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecida a Lei Complementar nº. 123 (caso aplicável) e o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará por sorteio a realizar-se, em ato público, para qual os licitantes serão



MEM003123/2013 – MEM014100/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMD/ET

convocados, em data e horário designados pela Comissão de Licitação. A(s) situação(s) de empate somente serão verificadas após ultrapassada a fase recursal da proposta.

9. DOS RECURSOS E DOS PRAZOS:

9.1. Dos atos praticados pela Comissão de Licitação neste procedimento licitatório, cabem os recursos nos prazos e na forma prevista no artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se-á o dia de início e inclui-se-á o de vencimento.

9.3. Se o início ou término do prazo ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura Municipal de Pelotas, considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente.

9.4. A Prefeitura Municipal de Pelotas convocará o licitante vencedor, com vista à assinatura do Termo de Permissão de Uso, ato que deverá ser celebrado, no máximo, em 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

9.4.1. Este prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente licitante.

9.5. O vencedor da licitação, após a assinatura do Termo de Permissão de Uso, terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar à Administração, para aprovação, o conjunto completo do projeto do estabelecimento, conforme descrito no Caderno de Obrigações, sendo este parte integrante do Regulamento do Mercado Público – Decreto Municipal n.º 5.571/2012, constante no Anexo 4 do presente Edital. A Administração terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para aprovar ou reprovar o projeto apresentado.

9.6. A contar da data de aprovação do projeto pela Administração, o permissionário terá o prazo de 30 (trinta) dias para execução do projeto e início das atividades no Mercado Público.

9.6.1. O permissionário não iniciando suas atividades no prazo referido nesse item sujeitar-se-á à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) do preço ofertado para



MEM005123/2013 – MEM014100/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

Ingresso no Mercado Público, por dia de atraso, salvo justo motivo, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

9.7. O prazo da permissão será de 5 (cinco) anos, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração e mediante prévia solicitação da permissionária, nas condições previstas no Termo firmado com a permissionária e somente através de Termo Aditivo.

9.8. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo Administrativo ou Instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou, a exclusivo critério daquela, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa ao primeiro convocado, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

10. DO REGIME DE PERMISSÃO DE USO:

10.1 O uso das áreas ou espaços físicos para a exploração das atividades comerciais dar-se-á em regime de permissão de uso, a título oneroso e precário, mediante assinatura de Termo Administrativo, cuja minuta encontra-se no Anexo 05 deste Edital.

10.2 Pelo uso das bancas objeto desta licitação, o permissionário pagará, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, um preço mensal, correspondente à banca permissionada, de acordo com a tabela de valores, constante no Anexo 03 deste Edital, a ser pago, em Reais, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês correspondente ao débito.

10.2.1 O preço mensal da permissão de uso será reajustado, a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso, ao final de cada período de 12 (doze) meses, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-MFGV), de forma a manter o equilíbrio determinado pela Lei Complementar 101/2000, da Responsabilidade Fiscal.



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDT

10.2.2 No caso do IGP-M vir a ser extinto ou deixar de ser calculado, o reajustamento do preço da permissão de uso se dará pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC/FIPE).

10.2.3 Havendo a extinção do IPC/FIPE, a Administração definirá o novo índice de reajustamento do preço da permissão.

10.3 A banca deverá ser inaugurada, assim como o início das atividades, devem ocorrer em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da aprovação do projeto pela Administração, conforme estabelecido no item 9.6 deste Edital.

10.4 Ao final do prazo máximo de 60 (sessenta) meses, caso não haja renovação, serão considerados rescindidos de pleno direito as concessões de uso outorgadas, mediante simples notificação administrativa, devendo os ocupantes dos espaços ou áreas proceder a desocupação se assim determinado pelo Município, sem qualquer direito à indenização, compensação ou retenção, ou mantendo a ocupação até resultado de nova licitação que deverá ser imediatamente realizada pela municipalidade.

10.5. Caso não haja as desocupações dos espaços ou áreas de uso permitidas ao final dos contratos ou por qualquer motivo de rescisão, os ocupantes estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, mais juros de mora e correção monetária até a efetiva desocupação, assim como responderão pelas custas do processo judicial e eventuais perdas e danos.

10.6. Ficará a cargo do futuro permissionário o pagamento de todos os impostos, taxas e demais tributos que incidam ou vierem a incidir sobre o espaço licitado.

10.7 As obrigações, responsabilidades e penalidades por descumprimento por parte da permissionária, decorrentes desta licitação, constarão no Termo de Permissão de Uso a ser firmado com o Município de Pelotas, no Regulamento do Mercado Público de Pelotas, cujas minutas constituem os Anexos 03 e 04, respectivamente, deste Edital.

10.8 A Ocupação e funcionamento do Mercado Público Municipal serão regidos pelas normas e procedimentos estabelecidos neste Edital e pelo Decreto Municipal n.º 5.571, de 11 de setembro de 2012.



MEM003123/2013 – MEM014100/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

11. DAS TARIFAS:

11.1 A proponente vencedora pagará, mensalmente, como taxa de condomínio valor a ser definido pela Administração Municipal.

11.1.1 No valor do condomínio estará incluso custos decorrentes das despesas de pessoal próprio e/ou terceirizado, diretamente envolvidos nas atividades de limpeza, manutenção e segurança.

11.2 O início da cobrança da tarifa de Condomínio se dará em, no mínimo, 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo Administrativo.

11.3 A proponente vencedora se obriga a pagar todo e qualquer tributo, incidente sobre a loja ou comércio ali exercido, do sistema de lançamento ou cobrança, pontualmente.

11.4 Os encargos financeiros previstos nos itens acima são devidos independentemente do funcionamento regular da proponente vencedora.

11.5 Os encargos financeiros previstos nos itens anteriores deverão ser pagos até 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês correspondente ao débito, na forma e no local indicado pela PREFEITURA DE PELOTAS.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. O Município se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar ou revogar a presente licitação, sem que isto seja motivo para que as empresas participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

12.2. A entrega dos envelopes pressupõe a concordância e aceitação total da licitante com as disposições insertas neste processo licitatório, através do presente Edital e seus anexos, incluindo as condições técnicas e especificações do projeto apresentado.

12.3. A Comissão Especial de Licitações, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições da presente licitação, bem como decidir no tocante às dúvidas ou omissões.



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público-Grupo Único) – SMDET

12.4. Com vistas a somente padronização dos documentos, os modelos do Anexo 01: Formulários (modelos) podem ser utilizados pelas partes como referência.

13. DAS INFORMAÇÕES:

13.1. As informações a respeito do presente Edital deverão ser buscadas junto à Comissão Especial de Licitações: E-mail www@pelotas.com.br, Endereço: Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), sito à Avenida Ferrelra Viana, 1.135, CEP 96085.000, Pelotas/RS, ou Telefone: (53) 3227-1513, durante o expediente de segunda à sexta-feira das 12h30min às 18h30min. E as informações referentes às especificações técnicas poderão ser buscadas junto à equipe técnica da Secretaria Municipal de Cultura: E-mail secult@pelotas.com.br / secultpel@omail.com, telefone (53) 3225-8355.

Pelotas, 1º de novembro de 2013.

Fernando Estima,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Roberto Ramalho,
Comissão Especial de Licitações.

Michele Velleda dos Santos,
Comissão Especial de Licitações.



MEM009123/2013 – MEM014190/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público) – SMDET

ANEXO 03 – PLANILHA COM A IDENTIFICAÇÃO DAS BANCAS DISPONÍVEIS, CONTENDO O PREÇO MENSAL DA PERMISSÃO DE USO E LANCE MÍNIMO PARA OUTORGA

BANCAS	VALOR DE OUTORGA	PAGAMENTO MENSAL DAS CONCESSÕES (aluguel)
Banca 01 – O espaço da banca 01 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 152,83m ² . Localizada na Rua Andrade Neves, com acessos pela Rua Andrade Neves e pelo Pátio Interno 02.	R\$ 13.586,65	R\$ 3.396,66
Banca 05 – O espaço da banca 05 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 38,90m ² . Localizado no Largo Edmar Fetter, com acesso pelo Largo Edmar Fetter.	R\$ 5.574,82	R\$ 1.393,70
Banca 08 – O espaço da banca 08 será destinado para Restaurante conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 152,83m ² . Sendo a área do pavimento térreo de 100,21m ² , a área do mezzanino de 20,17m ² e a área do terraço de 32,45m ² . Localizada no Torreão da esquina do Largo Edmar Fetter com a Rua XV de Novembro, com acessos pelo Largo Edmar Fetter, pela Rua XV de Novembro e pelo Pátio Interno 04.	R\$ 13.586,65	R\$ 3.396,66
Banca 13 – O espaço da banca 13 será destinado para artesanato, souvenir, mercearia, especiarías, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15,36m ² . Localizada na Rua XV de Novembro, com acesso pela Rua XV de Novembro.	R\$ 2.918,15	R\$ 729,54
Banca 14 – O espaço da banca 14 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarías, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15,36m ² . Localizada na Rua XV de Novembro, com acesso pela Rua XV de Novembro.	R\$ 2.918,15	R\$ 729,54



MEM009123/2013 – MEM014100/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público) – SMDT

Banca 15 – O espaço da banca 15 será destinado para Comércio artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15.36m². Localizada na Rua XV de Novembro, com acesso pela Rua XV de Novembro.	R\$ 2.918,15	R\$ 729,54
Banca 16 – O espaço da banca 16 poderá ser destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 16.88m². Localizada na Rua XV de Novembro, com acesso pela Rua XV de Novembro.	R\$ 2.956,60	R\$ 739,15
Banca 29 – O espaço da banca 29 será destinado para Açougue conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 16.88m². Localizado na Rua Andrade Neves, com acesso pela Rua Andrade Neves.	R\$ 2.956,60	R\$ 739,15
Banca 30 – O espaço da banca 30 será destinado para Açougue conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15.36m². Localizado na Rua Andrade Neves, com acesso pela Rua Andrade Neves.	R\$ 2.918,15	R\$ 729,54
Banca 31 – O espaço da banca 31 será destinado para Açougue conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15.36m². Localizado na Rua Andrade Neves, com acesso pela Rua Andrade Neves.	R\$ 2.918,15	R\$ 729,54
Banca 37 – O espaço da banca 37 poderá ser destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 15.36m². Localizado na Rua Andrade Neves, com acesso pela Rua Andrade Neves.	R\$ 2.918,15	R\$ 729,54
Banca 39 – O espaço da banca 39 será destinado para Sorveteria conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente ao Pátio Interno 02.	R\$ 3.019,58	R\$ 754,90



MEM003123/2013 – MEM014106/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público) – SMDET

Banca 46 – O espaço da banca 46 poderá ser destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 17.64m². Localizado em frente ao Pátio Interno 04.	R\$ 2.975,82	R\$ 743,96
Banca 53 – O espaço da banca 53 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 9.70m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.237,47	R\$ 809,37
Banca 55 – O espaço da banca 55 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 11.34m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.816,46	R\$ 704,11
Banca 56 – O espaço da banca 56 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 7.66m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.177,26	R\$ 794,32
Banca 57 – O espaço da banca 57 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 7.66m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.177,26	R\$ 794,32
Banca 58 – O espaço da banca 58 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 11.34m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.816,46	R\$ 704,11
Banca 59 – O espaço da banca 59 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, confeitaria, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.56m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.796,73	R\$ 699,18



MEM009123/2013 – MEM014106/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público) – SMDET

Banca 60 – O espaço da banca 60 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 9.70m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.237,47	R\$ 809,37
Banca 62 – O espaço da banca 62 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.56m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.796,73	R\$ 699,18
Banca 64 – O espaço da banca 64 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 7.66m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.177,26	R\$ 794,32
Banca 65 – O espaço da banca 65 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 7.66m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.177,26	R\$ 794,32
Banca 67 – O espaço da banca 67 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.56m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.796,73	R\$ 699,18
Banca 68 – O espaço da banca 68 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 9.70m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.237,47	R\$ 809,37
Banca 69 – O espaço da banca 69 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, mercearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 11.63m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.823,79	R\$ 705,95



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concordância nº. 12/2013 (Mercado Público) – SMDET

Banca 70 – O espaço da banca 70 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, comearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 11.63m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.823,79	R\$ 705,95
Banca 72 – O espaço da banca 72 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, comearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.92m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.805,83	R\$ 701,46
Banca 73 – O espaço da banca 73 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, comearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.92m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 2.805,83	R\$ 701,46
Banca 76 – O espaço da banca 76 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, comearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.31m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.255,47	R\$ 813,87
Banca 77 – O espaço da banca 77 será destinado para Comércio de artesanato, souvenir, comearia, especiarias, produtos coloniais, produtos orgânicos, conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 10.31m². Localizado no Corredor Central.	R\$ 3.255,47	R\$ 813,87
Banca 79 – O espaço da banca 79 será destinado para Cafeteria conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 41.22m². Localizado em frente o Pátio Interno 01.	R\$ 3.569,77	R\$ 892,44
Banca 80 – O espaço da banca 80 será destinado para Hortifrutigranjeiro conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente o Pátio Interno 01.	R\$ 3.019,58	R\$ 754,90



MEM003123/2013 – MEM014199/2013 - Concorrência nº. 12/2013 (Mercado Público) – SMDIET

<p>Banca 81 – O espaço da banca 81 será destinado para Hortifrutigranjeiro conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente o Pátio Interno 01.</p>	<p>R\$ 3.522,85</p>	<p>R\$ 880,71</p>
<p>Banca 83 – O espaço da banca 83 será destinado para Hortifrutigranjeiro conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 19.37m². Localizado em frente o Pátio Interno 03.</p>	<p>R\$ 3.019,58</p>	<p>R\$ 754,90</p>
<p>Banca 84 – O espaço da banca 84 será destinado para Floricultura conforme planta dos usos do Mercado Público Municipal. A área total da banca é de 41.22m². Localizado em frente o Pátio Interno 03.</p>	<p>R\$ 3.569,77</p>	<p>R\$ 892,44</p>

Anexo E - Planta baixa do Mercado Público Central



PRAÇA 7 DE JULHO/ LARGO EDMAR FETTER - LOJAS:
 PRAÇA 7 DE JULHO/ RUA XV DE NOVENBERO - LOJAS:
 PRAÇA 7 DE JULHO/ RUA TIRADENTES - LOJAS:
 PRAÇA 7 DE JULHO/ RUA ANDRADE NEVES - LOJAS:

LEGENDA - PROPOSTA DE USO:

- GASTRONOMIA:**
 - RESTAURANTE 01, RESTAURANTE 02;
 - LANCHERIA 01, LANCHERIA 02, LANCHERIA 03, LANCHERIA 04;
 - SORVETERIA 01;
 - DOÇARIA 01, DOÇARIA 02, DOÇARIA 03;
 - CAFÉ 01, CAFÉ 02.
- COMÉRCIO DE CARNES:**
 - FEIXARIA 01, FEIXARIA 02, FEIXARIA 03, FEIXARIA 04, FEIXARIA 05;
 - AÇUGUE 01, AÇUGUE 02, AÇUGUE 03.
- AGRONEGÓCIOS**
- USO CULTURAL/ INFORMAÇÕES**
 - MEMÓRIA MERCADO PÚBLICO.
- ADMINISTRAÇÃO**
- SERVIÇO:**
 - BARBEARIAS.
- POSTO POLICIAL**
- COMÉRCIO:**
 - FLORICULTURA 01, FLORICULTURA 02.
- COMÉRCIO:**
 - HORTIFRUTO - 04 BANCAS.
- COMÉRCIO:**
 - ARTESANATO;
 - PORCELANAS;
 - REVISTARIAS/ TABACARIA;
 - SOUVENIRS;
 - CONGELADOS;
 - ESPECIARIAS;
 - PRODUTOS COLONIAIS;
 - COOPERATIVA DAS DOÇEIRAS.

Anexo F- Termos de consentimento dos entrevistados

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Reassignificação Social
 RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
 PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima, eu MARCIA FERREIRA DE PEREIRA

_____ , aceito participar voluntariamente da desta pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 06 de março de 2017

Marcia Ferreira de Pereira
 Assinatura do Entrevistado

Ana Estela Vaz Xavier
 Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Resignificação Social
 RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
 PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima,
 eu Ernando C. Oliveira
 _____, aceito participar voluntariamente da desta
 pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 06 de março, de 2017

Ernando C. Oliveira

Assinatura do Entrevistado

Ana Estela Vaz Xavier

Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Resignificação Social
 RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
 PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima,
 eu Márcia Sandoz de Farias
 _____, aceito participar voluntariamente da desta
 pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 06 de março, de 2017.

Márcia S. de Farias

Assinatura do Entrevistado

[Assinatura]

Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Re-significação Social
 RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
 PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima,
 eu José Carlos Vitor Casotti
 _____, aceito participar voluntariamente da desta
 pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 10 de maio, de 2017

 Assinatura do Entrevistado

 Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS:
 Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Re-significação Social
 RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
 PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

**TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA
 E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA**

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima,
 eu PAULO FERNANDO LUIZ ESTEVA
 _____, aceito participar voluntariamente da desta
 pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 17 de MARÇO, de 2017

Paulo Fernando Luiz Esteva

Assinatura do Entrevistado

Ana Estela Vaz Xavier

Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Resignificação Social
 RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
 PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima, eu MARCO ANTONIO MACALUZZE VIDAL
 _____, aceito participar voluntariamente da desta pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 06 de março de 2017

Marco A. Vidal

Assinatura do Entrevistado

Rosier

Assinatura do pesquisador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



PESQUISA: A Revitalização do Mercado Central de Pelotas e a sua Resignificação Social
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Ana Estela Vaz Xavier (Mestranda)
PROFESSORA ORIENTADORA: Dra. Maria Thereza Rosa Ribeiro

**TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE USO DE ENTREVISTA
 E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DA PESQUISA**

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas/RS, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de compreender o processo de revitalização do Mercado Público Central da cidade de Pelotas/RS. A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. Você responderá livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. As informações obtidas a partir das entrevistas e as imagens (fotografias e outros documentos) fornecidas pelos entrevistados serão utilizadas na elaboração da dissertação de mestrado. Os resultados desta pesquisa serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos.

Após os esclarecimentos prestados acima, eu Renata Lima Teixeira, aceito participar voluntariamente da desta pesquisa e autorizo minha identificação.

Pelotas, 06, de maio, de 2017.

[Assinatura]
Assinatura do Entrevistado

[Assinatura]
Assinatura do pesquisador

Anexo H - Planta baixa com Legenda de proposta de uso do MCP/2016



LEGENDA DA PROPOSTA DE USO

	GASTRONOMIA:
	- REST.01, REST.02, REST.03, REST.04, REST.05, REST.06, REST.07;
	- LANCHERIA 01, LANCHERIA 02, LANCHERIA 03, LANCHERIA 04;
	- SORVETERIA 01;
	- DOÇARIA 01, DOÇARIA 02, DOÇARIA 03;
	- CAFÉ 01, CAFÉ 02.
	COMÉRCIO DE CARNES:
	- PEIXARIA 01, PEIXARIA 02, PEIXARIA 03, PEIXARIA 04, PEIXARIA 05.
	INSTITUCIONAL
	USO CULTURAL/ INFORMAÇÕES:
	- MEMORIAL MERCADO PÚBLICO.
	ADMINISTRAÇÃO/ZELADORIA E MANUTENÇÃO.
	SERVIÇO:
	- BARBEARIAS;
	- SALÃO DE BELEZA.
	COMÉRCIO:
	- FLORICULTURA.
	COMÉRCIO:
	- EMPÓRIO.
	COMÉRCIO:
	- ARTESANATO; - ESPECIARIAS;
	- SOUVENIRS; - PRODUTOS COLONIAIS;
	- CORREARIA; - PRODUTOS ORGÂNICOS;
	- CONGELADOS; - DOCES E CHOCOLATES ARTESANAIS;
	- CAMPING; - TABAGISTA.
	AGÊNCIA

QUADRO DE ÁREAS DAS BANCAS (1 -33):

1 152.83 m²	2 15.36 m²	3 30.72 m²	4 38.90 m²	5 38.90 m²
6 30.72 m²	7 15.36 m²	8 152.83 m²	9 30.72 m²	10 30.72 m²
11 15.36 m²	12 15.36 m²	13 15.36 m²	14 15.36 m²	15 15.36 m²
16 18.11 m²	17 15.36 m²	18 15.36 m²	19 15.36 m²	20 15.36 m²
21 23.54 m²	22 23.54 m²	23 30.72 m²	24 15.36 m²	25 15.36 m²
26 94.73 m²	27 56.43 m²	28 31.35 m²	29 54.72 m²	30 35.76 m²

QUADRO DE ÁREAS DAS BANCAS (34-63):

34 35.76 m²	35 24.00 m²	36 30.72 m²	37 15.36 m²	38 15.36 m²
39 19.37 m²	40 19.37 m²	41 19.37 m²	42 19.37 m²	43 17.64 m²
44 10.31 m²	45 10.31 m²	46 17.64 m²	47 17.64 m²	48 10.92 m²
49 10.92 m²	50 17.64 m²	51 11.63 m²	52 11.63 m²	53 9.70 m²
54 10.56 m²	55 11.34 m²	56 7.66 m²	57 7.66 m²	58 11.34 m²
59 10.56 m²	60 9.70 m²	61 9.70 m²	62 10.56 m²	63 11.34 m²

QUADRO DE ÁREAS DAS BANCAS (64-83):

64 7.66 m²	65 7.66 m²	66 11.34 m²	67 10.56 m²	68 9.70 m²
69 11.63 m²	70 11.63 m²	71 17.64 m²	72 10.92 m²	73 10.92 m²
74 17.64 m²	75 17.64 m²	76 10.31 m²	77 10.31 m²	78 17.64 m²
79 19.37 m²	80 19.37 m²	81 19.37 m²	82 19.37 m²	-



PREFEITURA DE PELOTAS

SECRETARIA DA CULTURA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO



PROJETO: PLANTA DOS USOS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

ENDEREÇO: LARGO EDEMAR FETTER, Nº 179

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS

SECRETÁRIO DE CULTURA GIORGIO RONNA
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO FERNANDO ESTIMA

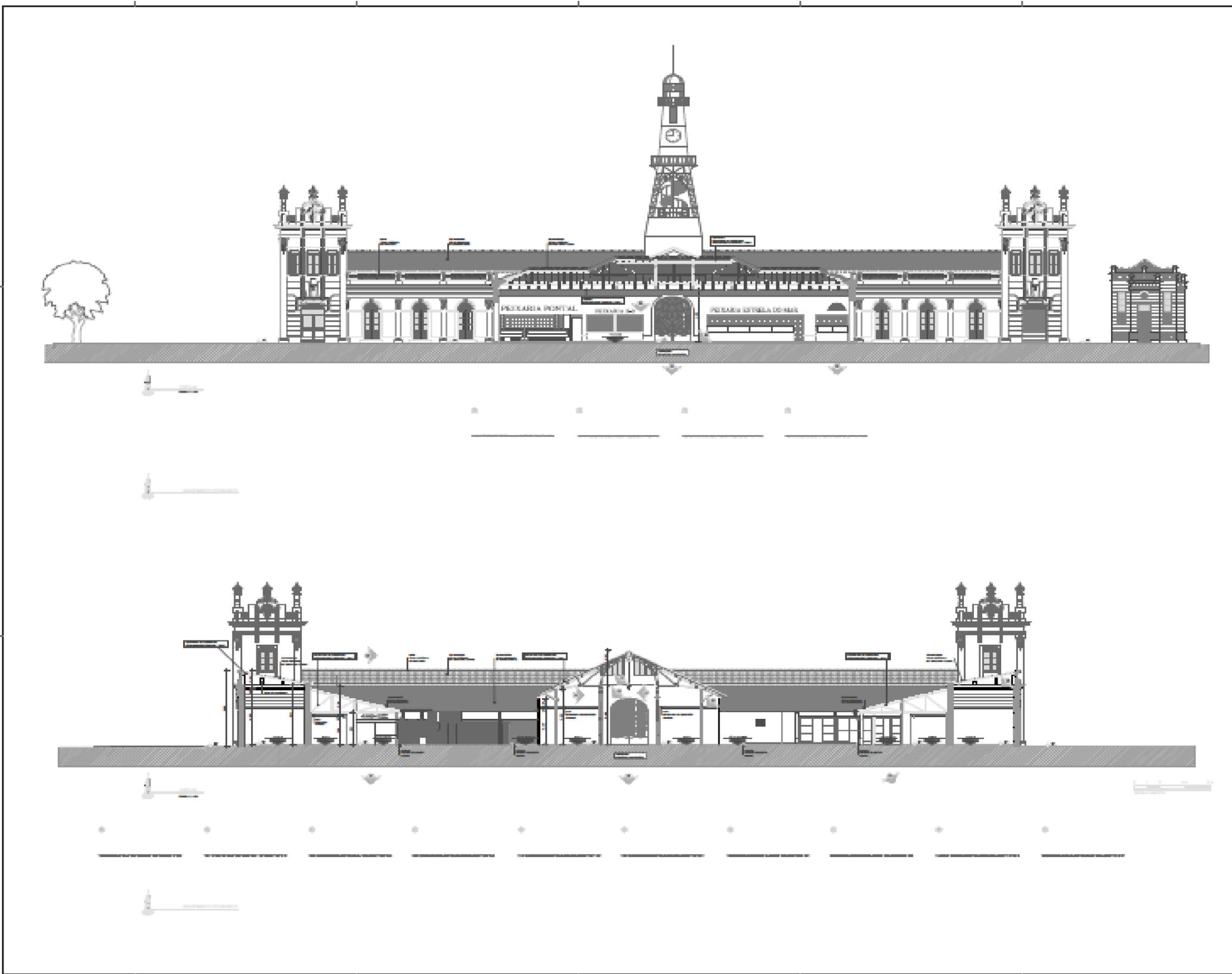
DATA: JUL. 2016

ESCALA: 1/150

ARQ. FÁBIO CAETANO
CRAJ nº 426736-B
RESPONSÁVEL TÉCNICO

ENG. GISELA FRATTINI
GER. DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Anexo J – Corte do Mercado Público de Pelotas



LEGENDA E NOTA

Simbolização

- Estrutura de aço
- Estrutura de concreto
- Estrutura mista
- Acabamento externo
- Acabamento interno
- Acabamento de piso

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Projeto de Renovação do Centro Histórico de Pelotas	
Projeto Executivo de Arquitetura	Edifício Público Geral
Projeto Executivo de Engenharia	Reabilitação
Corte AA e Corte BB	Localização: Pelotas
Arquiteto	Projeto Executivo
Engenheiro	Projeto Executivo
Escala	1:50
AutoCAD	2010

08
13